UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS DE CHAPECÓ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JOSÉ ROBERTO SANTOS ALBUQUERQUE

O CONHECIMENTO DA VERDADE: O CAMINHO METODOLÓGICO DE RENÉ DESCARTES NA BUSCA DE UM CONHECIMENTO CERTO E SEGURO NAS TRÊS PRIMEIRAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS.

CHAPECÓ
2024

JOSÉ ROBERTO SANTOS ALBUQUERQUE

O CONHECIMENTO DA VERDADE: O CAMINHO METODOLÓGICO DE RENÉ DESCARTES NA BUSCA DE UM CONHECIMENTO CERTO E SEGURO NAS TRÊS PRIMEIRAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS.

Dissertação apresentada à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. FLÁVIO MIGUEL DE OLIVEIRA ZIMMERMANN

CHAPECÓ
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Albuquerque, José Roberto Santos
O CONHECIMENTO DA VERDADE: O CAMINHO METODOLÓGICO DE RENÉ DESCARTES NA BUSCA DE UM CONHECIMENTO CERTO E SEGURO NAS TRÊS PRIMEIRAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS. / José Roberto Santos Albuquerque. -- 2024.
108 f.

Orientador: Doutor Flávio Miguel de Oliveira Zimmermann

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Chapecó,SC, 2024.

1. Descartes; Cogito ergo sum; Dúvida; Método; Razão.. I. Zimmermann, Flávio Miguel de Oliveira, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOSÉ ROBERTO SANTOS ALBUQUERQUE

O CONHECIMENTO DA VERDADE: O CAMINHO METODOLÓGICO DE RENÉ DESCARTES NA BUSCA DE UM CONHECIMENTO CERTO E SEGURO NAS TRÊS PRIMEIRAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS.

Dissertação apresentada à banca de defesa do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 29/04/2024.

BANCA EXAMINADORA

gov.br
Documento assinado digitalmente
FLAVIO MIGUEL DE OLIVEIRA ZIMMERMANN
Data: 27/06/2024 18:35:14-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Flávio Miguel de Oliveira Zimmermann – UFFS
Orientador

ICP-Edu
Documento assinado digitalmente
Cleber Duarte Coelho
Data: 01/07/2024 16:36:18-0300
CPF: ***.654.979-**
Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br

Prof. Dr. Cleber Duarte Coelho
Avaliador

gov.br
Documento assinado digitalmente
EDIOVANI ANTONIO GABOARDI
Data: 01/07/2024 16:03:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Ediovani Antônio Gaboardi
Avaliador

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela sua fidelidade, pois mesmo diante de várias situações adversas que enfrentei para chegar até aqui ele não me abandonou. Também me dando força para passar todas as madrugadas estudando mesmo depois de ter trabalhado quinze aulas e de ter lecionado nesse mesmo dia para quatrocentos alunos em média.

Também quero agradecer a minha esposa, Graciela Ramos Albuquerque, que esteve ao meu lado em todos os momentos. Sem o suporte e o incentivo dela eu não conseguiria obter o título de mestre em filosofia, uma vez que ela abriu mão momentaneamente dos seus sonhos para realização dos meus.

Quero expressar minha imensa gratidão em especial ao professor Flávio Miguel de Oliveira Zimmermann pela sua dedicação como orientador. Deste do início não somente me orientou, mas me deu todo o suporte intelectual para que eu pudesse trilhar até o final dessa pesquisa. Com a sua orientação pude estudar e aprender grande parte das obras de Descartes, e assim me aproximar mais ainda do filósofo que admiro. Ademais, a partir de suas objeções realizadas, estudei outros filósofos que ampliaram imensamente meu intelecto. Professor Flávio, agradeço pela sua disponibilidade em me orientar mesmo nos finais de semanas, à noite, no feriado ou fora do seu horário de trabalho. Obrigado por tudo, tudo mesmo que você fez por mim.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar o resultado da pesquisa respeito do desenvolvimento do método para um conhecimento certo e seguro nas *Meditações Metafísicas* de René Descartes. Para alcançarmos o objetivo desta pesquisa, primeiramente, iremos fazer uma análise do pensamento cartesiano em função do seu contexto histórico. Além disso, será pesquisado o caminho epistemológico para chegar a uma verdade que seja para todos e para o campo científico como algo inquestionável. Outro ponto que será analisado ao decorrer da pesquisa é a certeza indubitável que procede da razão a respeito do *cogito*. Com isso, René Descartes buscou formular uma nova teoria para a compreensão da verdade e do conhecimento nas ciências mediante as mudanças que a modernidade apresentou como sendo problema no século XVII. Concluiremos que o pensamento filosófico cartesiano, através de um método analítico e dedutivo, tem como função fornecer uma certeza certa e evidente para aquilo que, na modernidade, deixou dúvidas para prática do exercício da ciência e do conhecimento humano.

Palavras-chaves: Descartes; Cogito ergo sum; Dúvida; Método; Razão.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the development of the method for certain and safe knowledge in René Descartes' Metaphysical Meditations. To achieve the objective of this research, first, we will analyze Cartesian thought according to its historical context. Furthermore, the epistemological path will be researched to reach a truth that is for everyone and for the scientific field as something unquestionable. Another point that will be analyzed throughout the research is the undoubted certainty that comes from reason regarding the cogito. With this, René Descartes sought to formulate a new theory for understanding truth and knowledge in the sciences through the changes that modernity presented as a problem in the 17th century. We will conclude that Cartesian philosophical thought, through an analytical and deductive method, has the function of providing a certain and evident certainty for what in modernity left doubts for the practice of science and human knowledge.

Keywords: Descartes; Cogito ergo sum; Doubt; Method; Reason

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo investigar el desarrollo del método para el conocimiento cierto y seguro en las Meditaciones metafísicas de René Descartes. Para lograr el objetivo de esta investigación, en primer lugar, analizaremos el pensamiento cartesiano según su contexto histórico. Además, se investigará el camino epistemológico para llegar a una verdad que sea para todos y para el campo científico como algo incuestionable. Otro punto que será analizado a lo largo de la investigación es la indudable certeza que proviene de la razón respecto del cogito. Con ello, René Descartes buscó formular una nueva teoría para la comprensión de la verdad y del conocimiento en las ciencias a través de los cambios que la modernidad presentaba como un problema en el siglo XVII. Concluiremos que el pensamiento filosófico cartesiano, a través de un método analítico y deductivo, tiene la función de brindar una certeza cierta y evidente sobre lo que en la modernidad dejó dudas para la práctica de la ciencia y del conocimiento humano.

Palabras clave: Descartes; Cogito ergo sum; Duda; Método; Razón

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

1.1 OS ANTECEDENTES QUE MOLDARAM O PENSAMENTO CARTESIANO RUMO AO CONHECIMENTO INDUBITÁVEL. 16

1.2 A INVESTIGAÇÃO DA VERDADE SÃO AS BASES QUE SUSTENTAM A FILOSOFIA DESDE SUA ORIGEM 18

1. 3 O CONHECIMENTO CERTO E SEGURO ESTABELECIDO NO PERÍODO MEDIEVAL E O SURGIMENTO DAS IDEIAS RENASCENTISTA..... 28

1.4 RENASCIMENTO: A RECUPERAÇÃO DO ANTIGO ESPLENDOR EM BUSCA DE UM CONHECIMENTO FILOSÓFICO E CIENTÍFICO VERDADEIRO..... 36

1.5 CARACTERÍSTICAS RENASCENTISTAS IMPORTANTES PARA RESTABELECER O MÉTODO EPISTEMOLÓGICO NA BUSCA PELA VERDADE 40

1.6 O FUNDADOR DA FILOSOFIA MODERNA: ETAPAS PRINCIPAIS DA VIDA E DAS OBRAS 47

2 O CAMINHO METODOLÓGICO DE RENÉ DESCARTES NA BUSCA DE UM CONHECIMENTO CERTO E SEGURO NAS TRÊS PRIMEIRAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS..... 53

2.1 O CAMINHO DO ENTENDIMENTO VERDADEIRO: O PODER DA DÚVIDA 55

2.2 AS PRIMEIRAS DETERMINAÇÕES DA DÚVIDA COMO SISTEMA EM BUSCA DE UM CONHECIMENTO INDUBITÁVEL 59

2.3 A DÚVIDA SOBRE AS IDEIAS QUE NASCEM DOS SENTIDOS É O PRIMEIRO NÍVEL DA DÚVIDA COMO MÉTODO..... 61

2.4 A AMPLIAÇÃO DA DÚVIDA METÓDICA: O ARGUMENTO DO SONHO COMPROVA A INCONFIABILIDADE DOS SENTIDOS..... 65

2.5 A DÚVIDA DAS IDEIAS QUE NASCEM DA RAZÃO E AS RELAÇÕES MATEMÁTICAS COMO UMA VERDADE PROVISÓRIA 71

2.6 O ARGUMENTO DO DEUS ENGANADOR ANULA A VERDADE QUE PROVÉM DA RAZÃO..... 74

2.7 A UNIVERSALIZAÇÃO DA DÚVIDA COM O ARGUMENTO DO GÊNIO MALIGNO..... 76

2.8 O COGITO: A ÚNICA VERDADE INDUBITÁVEL 78

2.9 CRÍTICA AO COGITO 83

2.10 AFINAL, POR QUE DESCARTES ACREDITA SER NECESSÁRIO PROVAR A EXISTÊNCIA DE DEUS?..... 91

2.11 CRITÉRIO DA VERDADE 97

2.12 CONCEITO DE IDEIA 101

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....102

REFERÊNCIAS..... 107

1 INTRODUÇÃO

Dentro da área da filosofia, uma questão bastante relevante diz respeito à sua metodologia, e como a prática filosófica é exercida para encontrar a verdade. E é sobre esse assunto, a partir das três primeiras *Meditações Metafísicas* de René Descartes, que o presente estudo busca tratar. Ou seja, o foco central dos esforços investigativos desta dissertação é buscar verificar como a partir de etapas metodológicas é possível encontrar um conhecimento certo e seguro. Uma vez que, para construir conhecimento verdadeiro e duradouro, tanto na ciência quanto em qualquer outra área de estudo, geralmente é necessário seguir um método bem estruturado e sistemático, baseado em regras fundamentadas e explicações sólidas para alcançar um entendimento correto. No entanto, quando isso não ocorre, pode surgir uma sensação de inquietação no campo do conhecimento.

E, no período de Descartes, essa preocupação surgiu como resultado da ausência de um método claramente definido pelo período anterior ao do filósofo. Devido à falta de um método bem rigoroso, algumas questões eram justificadas pela fé, e nem sempre era necessário demonstrar o que se afirmava ou negava. E esse período que antecede ao tempo de Descartes passou a ser denominado como Idade Média ou período Medieval.

O período conhecido como Idade Média, ocorrido na Europa, durou cerca de dez séculos, aproximadamente do século V ao XV. Durante esse tempo, o cristianismo teve uma influência significativa. Essa influência cristã não se limitou à cultura, ética, tradição e arte, mas também se estendeu ao campo científico. Como resultado, o período subsequente, chamado de Idade Moderna e fortemente influenciado pelo Renascimento, continuou a sentir os efeitos das ideias da Idade Média.

Isso ocorreu porque o período Moderno não foi uma ruptura radical com o período anterior. Esse caminho aconteceu de forma gradual através de diversos fatores. Dessa forma, duas principais características foram cruciais para esse modo de renovação intelectual. Primeiro, a valorização central do homem e não mais de Deus para compreender o mundo, e a segunda característica importante foi a valorização da razão como método de conhecimento. Consequentemente, isso

proporcionou mesmo que de forma gradual, uma separação entre a filosofia e o cristianismo, de certa maneira uma separação entre a razão e a fé na busca do saber.

Nesse ambiente, o mundo Medieval foi questionado e aos poucos foi sendo desmistificado a partir das novas concepções da ciência nascente. E essa nova forma de pensar que trazia muitas incertezas, influenciada pelas conquistas do Renascimento, deixava a maioria das pessoas desorientadas e desconfiadas a respeito da verdade e da certeza do conhecimento. É nesse contexto que temos o filósofo francês René Descartes, considerado o fundador da filosofia Moderna. Diante dessas circunstâncias, Descartes tinha como objetivo constituir um método para alcançar um conhecimento seguro e certo na ciência. Ou seja, a sua estratégia era desenvolver um método que tem como ponto fixo a verdade, mas uma verdade indubitável.

Para isso, primeiramente o filósofo francês vai duvidar de forma hiperbólica de todas as coisas. E nesse ponto vai chegar à conclusão de que tudo é passível de dúvida, até mesmo o fato de ele existir enquanto substância corpórea. Apenas uma coisa não vai ser possível dele desacreditar, a saber, seu próprio pensamento. Ou seja, seu próprio ato ou ação de colocar todas as coisas em dúvida de forma hiperbólica, disso ele tem certeza que é impossível se duvidar. Essa é sua primeira verdade, e uma verdade que não deixa dúvida. Dessa forma, a verdade indubitável, para ser alcançada, tem como um dos critérios a reflexão puramente intelectual. Ou seja, a certeza do conhecimento não se dá a partir de uma análise baseada na fé ou nos sentidos, mas sim na razão. Desse jeito, mostrar o caminho da verdade era a melhor alternativa para superar toda essa inquietação e incerteza diante desse cenário. E, é a partir de um método que ele vai propor essa tarefa. Sendo assim, a presente pesquisa tem como foco principal desenvolver o caminho metodológico de René Descartes em busca da verdade nas três primeiras *Meditações Metafísicas.*

Assim sendo, no contexto da filosofia cartesiana, a filosofia é uma disciplina fundamental na formação acadêmica. Ela nos ensina a pensar criticamente, a questionar e a ter um raciocínio lógico. Haja vista que essas são habilidades fundamentais para a realização de qualquer tarefa, principalmente acadêmica. Estabelecer um sistema de pensamento rigoroso e preciso para que a filosofia venha

garantir confiabilidade a respeito daquilo que está sendo analisado é fundamental para o avanço da ciência e do conhecimento. Por meio desta, a escolha da pesquisa acerca do conhecimento da verdade, justifica-se porque discutir sobre o tema da investigação filosófica desenvolvida por René Descartes foi e ainda é de fundamental importância para o progresso da filosofia e da pesquisa.

Ademais, a partir de sua abordagem racional e sistemática, o filósofo desenvolveu um método que buscava a verdade absoluta por meio da análise. E, com este método, iniciou o que se tornaria conhecido mais tarde como a revolução científica, mudando a forma como a ciência moderna era conduzida. Portanto, ao valorizar a filosofia como ferramenta essencial para a descoberta de verdades fundamentais, Descartes tornou-se um dos principais nomes da ciência moderna, e o seu método de investigação continua influenciando o pensamento científico até os dias atuais.

Assim sendo, esse tema é importante para se pesquisar, pois revela ele nos mostra como a filosofia tem sido crucial para o avanço científico e nos convida a pensar sobre o papel da filosofia em nossa vida cotidiana. Além disso, mostra sua relevância ao destacar que a busca pela verdade se tornou fundamental para o desenvolvimento tanto da filosofia quanto da ciência, ressaltando a importância de discernir criticamente o que é verdadeiro do que é falso para progredirmos no conhecimento

Neste contexto, a realização de uma dissertação sobre este tema tem a finalidade de explorar as características de um conhecimento verdadeiro. Pois, ao abordar esta questão de forma metódica e rigorosa, espera-se que se possa chegar a um entendimento mais profundo sobre o que é verdade, como ela é estabelecida e como pode ser aplicada. Além disso, espera-se que esta dissertação possa fornecer uma compreensão mais clara do que deve ser retirado ao buscar o conhecimento correto, especialmente naqueles assuntos que geram incerteza. Por estas razões, este trabalho oferecerá um entendimento aprofundado sobre o tema da verdade e seu papel na ciência, contribuindo assim para o avanço do conhecimento acadêmico e da filosofia contemporânea. Além do mais, o conhecimento adquirido a partir desta

dissertação pode servir como base direta ou indireta para o desenvolvimento de futuras pesquisas no campo do conhecimento e da metodologia.

Assim, o estudo do método cartesiano é essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico, pois se baseia na análise de argumentos lógicos para a construção de um raciocínio coerente. Ou seja, o método cartesiano permite uma visão mais clara sobre as implicações lógicas e as conexões entre as diferentes ideias, o que torna possível uma análise profunda das crenças e opiniões, de modo a encontrar uma base mais consistente para o conhecimento. Mostrando assim que a capacidade de questionar e analisar conceitos argumentativos é fundamental para que se possa compreender e refletir sobre o tema de forma mais abrangente.

Dessa maneira, o estudo do método cartesiano não apenas promove o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade de questionar e analisar conceitos argumentativos, como também oferece ferramentas para aperfeiçoar o raciocínio lógico e o pensamento criativo. Assim, uma dissertação sobre o tema “O conhecimento da Verdade: O Caminho Metodológico de René Descartes na Busca de um Conhecimento Certo e Seguro nas Três Primeiras *Meditações”,* partiu da necessidade de entender diferentes aspectos relacionados ao desenvolvimento do pensamento questionador e da capacidade de examinar criticamente conceitos sobre todas as crenças e opiniões, a fim de encontrar uma base sólida para a construção do conhecimento, que pode trazer contribuições fundamentais para a vida acadêmica, profissional, social e pessoal do ser humano.

Desse modo, é possível notar que o tema proposto oferece a oportunidade de realizar um estudo aprofundado sobre o desenvolvimento de métodos filosóficos e como estes contribuem para o progresso e avanço de diversas áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, pretende-se fornecer elementos para o desenvolvimento de posteriores métodos científicos e filosóficos mais modernos. Esta temática representa, portanto, uma significativa contribuição para o saber, pois trata de assuntos importantes relativos ao estado atual da ciência.

Diante dos fatos, esta dissertação poderá contribuir para a ampliação dos conhecimentos científicos e filosóficos, como também resultará em um trabalho

acadêmico para o estudo da obra cartesiana. Além disso, o tema proposto ainda é um assunto de grande relevância, pois nos ajuda a avançar no campo do saber, trazendo novas perspectivas sobre o seu caminho metodológico na busca pela verdade nas três primeiras *Meditações*.

E, como o objetivo geral é identificar os principais caminhos metodológicos de René Descartes em busca da verdade nas três primeiras *Meditações Metafísica*. Assim sendo, esta dissertação encontra-se organizada em dois capítulos, e para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos serão: Apresentar o contexto histórico-filosófico do Renascimento europeu na filosofia Moderna dentro do primeiro capítulo. No conteúdo do capítulo dois é analisado o caminho metodológico para o conhecimento verdadeiro nas três primeiras *Meditações Metafísicas* de René Descartes. Finalmente, discutir a questão da verdade segundo Descartes.

Para o efetivo desenvolvimento dos objetivos dessa dissertação, o presente estudo adota como processo metodológico de pesquisa de caráter descritivo com um conjunto consistente de análise e argumentação, que visa não somente buscar a verdade do conhecimento científico, bem como identificar os principais caminhos metodológicos de René Descartes na busca pela verdade nas três primeiras *Meditações Metafísicas*. Nesse sentido os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, incluindo revisão analíticas de pesquisa bibliográfica. Autores, como por exemplo John Cottingham, Stephen Gaukroger, Alexandre Koyré, Ètienne Gilson, Ferdinand Alquié, Giovanne Reale e Dario Antisseri, Janet Broughton, também serão utilizados, na tentativa de promover uma análise mais sistemática das variáveis relacionadas aos caminhos metodológicos cartesianos na busca de um conhecimento certo e seguro nas três primeiras *Meditações.*

1.1 OS ANTECEDENTES QUE MOLDARAM O PENSAMENTO CARTESIANO RUMO AO CONHECIMENTO INDUBITÁVEL

No decorrer deste capítulo, serão explorados de forma mais profunda os elementos históricos que moldaram o pensamento cartesiano, não somente em busca de um conhecimento certo e seguro, mas também os elementos importantes que pavimentaram o caminho metodológico de René Descartes na busca da verdade nas três primeiras *Meditações Metafísicas*. Além disso, serão abordados detalhadamente os aspectos conflitantes que contribuíram para a formação da cultura filosófica no período moderno, com destaque para a influência do Renascimento para a formação epistemológica cartesiana na busca de certezas. Serão apresentados também, os movimentos filosóficos de maior relevância que marcaram aquele período. Dessa forma, serão pesquisados os fatores que desempenharam um papel fundamental na organização do pensamento de Descartes, além de fatores históricos que irão influenciar no período Moderno a importância do desenvolvimento metodológico para o conhecimento científico.

Começar com essas explicações se revela como um imperativo metodológico necessário, uma vez que se afigura essencialmente importante para compreender o contexto inicial do filósofo de firmar um alicerce epistêmico sólido e duradouro, em consonância com os preceitos cartesianos de rigor e certeza na investigação científica. Pois tal postura é adotada por René Descartes com o intuito de posteriormente investigar a efetiva aplicação do método que possibilitará primeiramente colocar todo “edifício” científico abaixo para que seja reerguido, mas agora com bases sólidas na sua jornada em busca de um conhecimento indubitável. E para a compreensão do contexto inicial no parágrafo, ou seja, o de reconstruir e fundamentar no campo das ciências um conhecimento sólido e duradouro cito o próprio filósofo que afirma “recomeçando dos primeiros fundamentos, se desejasse estabelecer em algum momento algo firme e permanente nas ciências” (DESCARTES, 2004, p. 15).

Nesse sentido Descartes busca uma base filosófica fundada no Racionalismo e na Matemática, fontes de inspiração teórica para alcançar o seu objetivo cognitivo. Em outras palavras, para a estruturação de seu caminho epistemológico, existem

componentes teóricos e filosóficos importantes que possibilitam ao filósofo Moderno começar com o estabelecimento dos alicerces que ele considerava imprescindíveis para o desenvolvimento do pensamento científico. Simultaneamente, outro fator importante para a implementação de seu método, Descartes também recorre, além da Matemática e do Racionalismo, a elementos do pensamento cético, empregando a dúvida como um instrumento metodológico.

1.2 A INVESTIGAÇÃO DA VERDADE É A BASE QUE SUSTENTA A FILOSOFIA DESDE SUA ORIGEM

A pergunta referente à verdade de um conhecimento ou o que é um conhecimento verdadeiro já está presente no período Antigo da filosofia desde que a filosofia foi inaugurada pelos gregos em Atenas no século VI a.C. Conforme Reale e Antisere, “o objetivo ou fim da filosofia está no puro desejo de contemplar a verdade. Em suma, a filosofia grega é o amor desinteressado pela verdade” (REALE; ANTISERE, 1996. p.22). E, ao longo dos séculos de desenvolvimento do pensamento filosófico, foram concebidos diferentes conceitos daquilo que foi atendido como um conhecimento verdadeiro e também qual o caminho que deve ser realizado para que o conhecimento seja alcançado.

A reflexão inicial está no período clássico da filosofia. Os filósofos denominados pré-socráticos iniciaram um processo de rompimento, mesmo de forma gradual, com o pensamento mítico. Também chamados de filósofos naturalistas, eles vão tratar de como é possível obter um conhecimento verdadeiro a respeito do cosmo e qual a melhor forma de conduzir o pensamento para alcançar esse objetivo. E passam a se perguntar sobre qual é o princípio de todas as coisas. Isso não somente faz com que eles tentem explicar todas as coisas que existem de forma racional, mas também obter o conhecimento verdadeiro a respeito da realidade. Em suma, a melhor maneira de conduzir o pensamento para um conhecimento certo e seguro é de maneira racional, e além do mais com essa racionalidade é possível compreender todas as coisas de maneira correta.

Contudo, se seu conteúdo é a explicação da realidade; seu objetivo ou fim está no puro desejo de contemplar a verdade; e se o método para alcançar esse fim é a razão; alguns questionamentos são possíveis, tais como: como será possível a explicação da realidade? Por onde começar para alcançar esse objetivo ou fim para contemplação da verdade? Em que lugar está ou pode estar essa segurança? Para eles um conhecimento seguro se encontra em analisar o *princípio*, ou seja*, a Arkhé,* em grego. Portanto para os filósofos pré-socráticos a verdade do conhecimento ou um conhecimento seguro não se encontra no pensamento mitológico, mas sim em um

caminho teórico que fundamenta todas as coisas do universo. Logo, a verdade do conhecimento não está mais contida na ordem temporal narrada por Hesíodo na Teogonia. Segundo essa narrativa, no começo o Caos deu origem a Gaia e Tártaro, e através da ação de Eros, eles deram origem aos deuses e a todas as coisas. No entanto, agora essa verdade será investigada pelos primeiros filósofos por um princípio diferente. E o caminho teórico para buscar a verdade são os elementos contidos na própria natureza. Dessa forma, não apenas a verdade do conhecimento passa de uma teogonia para uma cosmologia, como também o caminho que deve ser trilhado como método para encontrar um conhecimento certo reside na observação da *physis* (natureza).

Filósofos como Tales de Mileto vão buscar a verdade para explicar a formação e origem do mundo no elemento *água*. Ou seja, para Tales o fundamento de todas as coisas está contido a partir do elemento água como princípio teórico fundamental para formação do cosmo. Esse elemento é vital para construção da vida na terra. Sem esse elemento primeiro não existiria vida, pois é da possibilidade dos estados físicos que todas as coisas se transformam.

Outro filósofo desse período que viveu em Eleia, uma cidade localizada no sul da Magna Grécia, que procurou compreender a verdade a partir da imobilidade das coisas, é Parmênides. Parmênides procurou compreender a verdade da multiplicidade, rejeitando a teoria de Heráclito, que afirmava que todas estão em constante mudança.

Ou seja, todos os filósofos pré-socráticos irão romper com a verdade temporal trazida pela mitologia. Essas crenças místicas até então representavam a verdade inquestionável para a explicação de todas as coisas. Porém, quando os primeiros filósofos, a partir do *logos* (pensamento racional), vão em busca de uma outra possibilidade de explicação da realidade, eles estão abrindo caminho para outra possibilidade de verdade mais certa e segura para a origem, portanto o *logos* se opõe como verdade, a verdade estabelecida pelo pensamento mítico.

Sobre a verdade produzida pelo *logos* em relação ao pensamento mitológico, o historiador francês Pierre Grimal (1912- 1996) em “A mitologia Grega”, afirma:

> O mito se opõe ao *logos* como a fantasia à razão, como a palavra que narra à palavra que demostra. O *logos*, sendo uma argumentação, pretende convencer. O *logos* é verdadeiro, no caso de ser justo e conforme à "lógica"; é falso quando dissimula alguma burla secreta (sofisma). Mas o mito tem por finalidade apenas a si mesmo. Acredita-se ou não nele, conforme a própria vontade, mediante um ato de fé, caso pareça "belo" ou verossímil, ou simplesmente porque se quer acreditar. O mito, assim, atrai em torno de si toda a parcela do irracional existente no pensamento humano; por sua própria natureza, é aparentado à arte, em todas as suas criações (GRIMAL, 1982, p. 89).

Em síntese, com os pré-socráticos, o conhecimento verdadeiro estava condito na possibilidade de encontrar um elemento na natureza que tivesse a possibilidade de se transformar e dar origem a todas as coisas, mas sem perder a essência.

Porém, não apenas no período pré-socrático que a busca de algo verdadeiro se encontra. Também no período denominado Clássico da filosofia antiga, a filosofia se debruçou em tentar encontrar não somente a verdade do conhecimento, mas o caminho ou método para se alcançar essa possibilidade diante de todos os impasses que tomou um conhecimento claro.

O filósofo Sócrates, por exemplo, ao trazer o pensamento filosófico para humanidade, o que ficou conhecido como virada antropológica, vai tratar também do conceito de verdade. Porém agora um conceito de verdade que está relacionado com o caminho que deve ser trilhado para um raciocínio bem formulado e convincente, especialmente nas questões coletivas da Cidade-Estado de Atenas. E, umas das características dessa Cidade-Estado era o debate entre os cidadãos na praça pública, o que era denominado de *ágora* pelos gregos.

Assim, a verdade que antes já esteve contida nas lendas e nas histórias primordiais mitológica; em seguida na busca da *arché*, a partir da investigação dos elementos da natureza (*physis*), onde a verdade passa a estar contida no mundo físico e não mais em ideias sobrenaturais; agora no período clássico da filosofia antiga a verdade se caracteriza pela palavra contida no discurso dos cidadãos na ágora. A partir do contexto, em um lugar em que o poder da palavra é o termômetro para a verdade, contudo, essa mesma palavra, que ao mesmo tempo tem poder, mas não tem compromisso com a verdade, é que temos o filósofo Sócrates como protagonista. E por isso Sócrates não foi somente um marco temporal para história da filosofia, mas

mais do que isso, ele foi um grande nome para a filosofia, pois foi um divisor de água na forma de conhecimento ao questionar os cidadãos atenienses a respeito da verdade e da falsidade do conhecimento. Mediante esse questionamento Sócrates vai pagar com a própria vida.

Com Sócrates outros questionamentos tomam importância. Questões como, por exemplo: o que é a verdade? Qual a diferença de um conhecimento verdadeiro para a opinião? agora fazem parte da investigação filosófica[1]. Logo, a investigação da verdade primeira que dá origem a tudo que existe no mundo vai dar lugar a uma outra maneira de buscar aquilo que não deixa dúvida. Ou seja, um conhecimento certo e seguro vai trilhar um novo caminho nunca antes trilhado. Dessa forma, a partir de Sócrates, as questões existenciais farão parte do cotidiano de Atenas.

Contudo, se a verdade dos filósofos da *Physis* está na busca da *Arché*, um questionamento é possível que esteja sendo realizado: onde se encontra a segurança e certeza do conhecimento no período socrático? Resposta: a verdade na pólis grega no período de Sócrates está no discurso que convence. Ou seja, é no jogo de palavras e raciocínios argumentativos capazes de convencer o ouvinte que se encontra a verdade agora.

E, é relevante esclarecer que a característica importante para essas ferramentas se dá justamente por causa da política, mais especificamente por causa da democracia. Em que nessa forma de governo são os cidadãos que decidem e exercem o poder, consequentemente a argumentação se torna a arma mais poderosa para o estabelecimento da verdade.

Para melhor compreender o poder que a palavra tem com relação ao conhecimento verdadeiro, Vernant (2002), na obra: *As origens do pensamento grego,* diz que:

[1] Esse é o Sócrates representado por Platão em alguns dos seus diálogos, onde Sócrates quase sempre é o protagonista que dialoga com o interlocutor. Por exemplo, no diálogo platônico Teeteto, Sócrates tem como questão principal discutir a respeito da natureza do conhecimento. Essa posição em relação a Sócrates também é explicada no primeiro volume da obra *História da Filosofia* (REALE; ANTISERI, 2003) nas páginas 94,103, 108.

> O que implica o sistema da polis é primeiramente uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder. [...] A palavra não é mais o termo ritual, a fórmula justa, mas o debate contraditório a discussão a argumentação [...]. A arte política é essencialmente exercício da linguagem; e o *logos*, na origem, toma consciência de si mesmo, de suas regras, de sua eficácia, através da sua função política. [...] uma segunda característica da pólis é o cunho de plena publicidade dada às manifestações mais importantes da vida social. [...] A cultura grega constitui-se, dando a um círculo sempre mais amplo - finalmente *demos* [povo] todo - o acesso ao mundo espiritual, reservado no início a uma aristocracia [...]. Tornando-se elemento de uma cultura comum, os conhecimentos, os valores, até as técnicas mentais são levadas à praça pública, sujeitos à crítica e à controvérsia. [...] Doravante, a discussão, a argumentação, a polêmica tornam-se as regras do jogo intelectual, assim como o jogo político. Era a palavra que formava, no quadro da cidade, o instrumento da vida pública; é a escrita que vai fornecer o plano propriamente intelectual o meio de uma cultura comum e permite uma completa divulgação de conhecimentos previamente reservados ou interditos. (VERNANT, 1984, p. 34-37)

Nesse contexto em que a verdade pertence a uma boa oratória praticada na pólis, e uma boa oratória é a que convence mesmo que seja com ideias relativista, existem professores que por um determinado valor monetário se dedicam a ensinar essa arte a todos aqueles que querem se destacar não somente na vida pública, mas também na vida pessoal. Justamente porque o poder e o status social no período socrático estavam com aquele que conseguia com a política visibilidade. Assim, com uma cultura que valoriza a palavra e uma boa argumentação, desempenhar uma convincente oratória é uma habilidade cada vez mais apreciada pelos cidadãos e isso consequentemente vai servir de terreno fértil para o aparecimento de professores na arte de falar em público denominado de Sofistas.

Os sofistas, termo que em grego quer dizer “sábio ou especialista do saber”, tinham como principal objetivo ensinar aos seus alunos a melhor maneira de desenvolver habilidades capazes de convencer pessoas através da argumentação, além de ensinar destreza de doutrinas divergentes ou concepções úteis para vencer qualquer debate. Ademais, com a influência desses professores de oratória que cobram pelos ensinamentos, a verdade sobre as coisas se torna relativa. Ou seja, a verdade de algo, quiçá um conhecimento claro e correto a respeito de alguma coisa ou a ideia de um conhecimento que proporciona nitidez não é mais possível já que o que é verdadeiro para uma pessoa pode não servir de verdade para outra. Dessa forma, com o surgimento de concepções filosóficas aparentemente relativistas sobre as coisas não seria mais possível um conhecimento verdadeiro universalizado a respeito de mais nada. A partir desse contexto, a verdade ou um conhecimento claro

e certo vai depender agora do que o indivíduo entende e aceita como verdadeiro. E para exemplificar melhor esse relativismo, analisaremos através da citação abaixo a filosofia que foi desenvolvida por Protágoras, um importante sofista desse período:

> A proposta basilar do pensamento de Protágoras era o axioma "o homem é a medida de todas as coisas, das que são por aquilo que são e das que não são por aquilo que não são" (princípio do *homo mensura).* Por "medida", Protágoras entendia a "norma de juízo", enquanto por "todas as coisas" entendia todos os fatos e todas as experiências em geral. (REALE; ANTISERI. 2003, p. 77).

Em outras palavras, Protágoras afirma que não existem mais verdades absolutas e universais. Agora o que pode ser verdadeiro está na maneira de pensar e no pensamento adota pelo sujeito. O que está em jogo a partir desse momento é ganhar os debates e conseguir convencer o maior número de pessoas possíveis, mesmo que seja com ideias aparentemente relativistas. Essa é a concepção da verdade dos sofistas. Para melhor compreender essa nova concepção de verdade cito Danilo Marcondes:

> A crítica de Sócrates aos sofistas consiste em mostrar que o ensinamento sofístico limita-se a uma mera técnica ou habilidade argumentativa que visa a convencer o oponente daquilo que se diz, mas não leva ao verdadeiro conhecimento. A consequência disso era que, devido à influência dos sofistas, as decisões políticas na Assembleia estavam sendo tomadas não com base em um saber, ou na posição dos mais sábios, mas na dos mais hábeis em retórica, que poderiam não ser os mais sábios ou virtuosos. Os sofistas não ensinavam portanto o caminho para o conhecimento, para a verdade única que resultaria desse conhecimento, mas para a obtenção de uma “verdade consensual”, resultado da persuasão. (MARCONDES, 2010, p. 48).

Diante da complexidade do conceito de conhecimento verdadeiro, os Sofistas e a escola socrática debatem suas diferentes perspectivas sobre o que constitui esse conhecimento correto. Como resultado desse debate, Sócrates demonstra que existe um método de reflexão capaz de ser seguido para alcançar a verdade no conhecimento. Um método que busca compreender a essência do que é a justiça, do que é a virtude entre outras coisas conforme apresenta Platão. Dessa maneira, Sócrates vai trilhar uma atitude diferente de caracterizar a verdade, ou seja, para ele a verdade não está relacionada à subjetividade de cada indivíduo. Por isso o método socrático serve não somente para mostrar como sair de um conhecimento que muitas vezes se mostra subjetivo, como também demonstrar que a verdade a respeito do conhecimento vai além da percepção pessoal e de um possível relativismo. E, para

esse propósito, Sócrates vai desenvolver o método dialético maiêutico com intuito de levar as pessoas à luz do conhecimento correto.

Em relação as exposições defendidas por Sócrates e as que foram defendias pelos Sofistas no tocante a natureza do conhecimento, como também os caminhos distintos que serão propostos por essas duas escolas filosóficas referentes ao assunto, podem ser vistos, por exemplo, no diálogo platônico *Teeteto*.

> Contudo, arriscas-te a não teres emitido uma definição trivial sobre o saber, mas sim aquela que diz também Protágoras. [152a] O modo é algo diferente, mas diz a mesma coisa, pois afirma que «a medida de todas as coisas» é o homem, «das que são, enquanto são, das que não são, enquanto não são». Leste isto em algum lado? (PLATÃO, 2010, p. 205).

Na citação temos Sócrates em conversa com Teeteto. O filosofo pré-socrático inspirado na filosofia do Heráclito, defendia que toda a realidade é fruto de uma mudança constante. Ou seja, conforme o protagonista do diálogo platônico, ao olhar para a filosofia que é realizada em Antenas, percebe que aquilo que diz respeito a natureza do conhecimento estar em todos os sentidos mudando, logo não há nenhum tipo de verdade que seja universal, fixa e que alcance toda a eternidade ou todos os espaços. Assim sendo, não só as coisas materiais (*Arché* de Heráclito), mas também aquelas coisas que são os frutos do discurso e das ideias também têm uma espécie de fluidez e uma espécie de mudança constante, consequentemente, isso traz um impacto para aquilo que pode ser definido como verdadeiro.

Quando o sofista, ao dialogar com Sócrates diz que o “homem é a medida de todas as coisas”, em outras palavras, é possível considerar que o que está sendo dito é que o conhecimento daquilo que é verdadeiro não deve ter mais um valor universa ou caráter absoluto, mas sim a verdade passa por modificação, podendo ser alterado segundo a capacidade que o homem tem de perceber as coisas, graças a inúmeras circunstancias que o rodeia. Circunstâncias essas que irão depender, por exemplo, da sua utilidade, do poder de convencimento, do interesse de quem a profere, do tempo em que ela está sendo proferida e da cultura que está sendo expressa. Para exemplificar melhor, levanto um questionamento: apedrejar uma mulher que cometem adultério é certo ou errado? Levando em consideração a ressignificação de verdade apresentada por Protágoras, depende. Isso pode ser é relativo uma vez que as ideias,

os fatos, as situações, os valores, os comportamentos, por exemplo, podem interferir no conceito de verdade. Por isso, aquilo que é verdadeiro dura “enquanto são” (PLATÃO, 2010, p. 205).

Dessa maneira o sujeito se torna o aferidor de medidas daquilo que pode ser definido como verdadeiro no mundo. Então, depende do sujeito dizer o que uma coisa é e o que ela não é; o que uma coisa pode determinar através das suas ações e o que ela não pode determinar; como também determinar o seu importância, o seu sentido e também sua qualidade enquanto verdade. De acordo com isso, é possível interpretar que o conhecimento verdadeiro agora é estabelecido pelo nível da significação do sujeito, e, consequentemente, isso sentencia também o nível da verdade das coisas. Dessa forma, não existem verdade internas, prontas e acabadas, que instituem ao ser humano aquilo que é verdadeiro, como defende a escola socrática, mas é o próprio homem que as manipula e as determina. Para enfatizar essa ideia sofistica cito outra parte do diálogo platônico entre Sócrates e Teeteto.

> S. – A minha percepção é verdadeira para mim – pois é sempre parte da minha natureza - e eu sou juiz, segundo Protágoras, das coisas que são para mim, enquanto são, e das coisas que não são, enquanto não são.
> T. – Assim parece. (PLATÃO, 2010, p. 222).

Assim, é possível estabelecer uma relação diretamente oposta à filosofia de Sócrates, que defende que as ideias são universais, uma vez que elas já existem no ser humano e somente precisam ser geradas. Nesse sentido, a concepção de verdade dos sofistas se opõe a de Sócrates porque segundo eles as ideias são uma construção do ser humano e por isso elas podem ser utilizadas e manipuláveis de acordo com a sua percepção.

Continuando com a questão do problema da verdade que traz clareza a respeito do conhecimento, a reflexão agora se concentra naquele que é considerado por grande parte da academia filosófica um dos mais notáveis pensadores de toda a história não somente da filosofia, mas da humanidade. A reflexão se concentra agora em Platão.

Platão foi discípulo de Sócrates e consequentemente, depois da morte do seu mestre, também refletiu sobre a verdade do conhecimento. Como grande parte dos pensadores do mesmo período em que Platão viveu, ele também refletiu e desenvolveu concepções filosóficas sobre o conhecimento pois o problema da permanência levantado por Parmênides e o problema da mudança defendida por Heráclito foi a questão central a ser pensada. E para resolver esse problema da multiplicidade e do uno sobre o conhecimento verdadeiro das coisas, Platão propôs o que ficou conhecido como dualismo platônico. Ou seja, para ele a realidade tinha uma duplicidade opostas. Uma realidade seria a sensível. Nessa realidade corresponde às coisas que conseguimos perceber pelas sensações (olfato, audição, tato, visão e o paladar). Assim, o mundo dado pelos sentidos é o mundo que conseguimos perceber cotidianamente, é a realidade que permite a capacitação dos sons, das imagens, dos sabores, dos toques e dos odores. Porém para o filósofo essa realidade não traz conhecimento seguro e certo sobre as coisas. Isto é, o que Platão está dizendo em síntese é que o verdadeiro conhecimento não é alcançado através dessa realidade. “Portanto, os sentidos nos proporcionam apenas conhecimentos imperfeitos” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 147). Dessa forma, “as Ideias, em suma, não são simples pensamentos, mas aquilo que o pensamento pensa quando liberto do sensível: constituem o “verdadeiro ser", "o ser por excelência” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 140). E o motivo está na ferramenta usada para o processo de conhecer que são os sentidos. Assim, para o filósofo, o mundo dos sentidos é um mundo temporário, mutável e corruptível. Ou seja, é o mundo da mudança defendido por Heráclito. A partir disso, segundo ele, não é possível a certeza do conhecimento diante da mudança, das coisas que se deterioram e desaparecem com o passar do tempo. Além do mais, ele também reflete que os cinco sentidos como ferramenta usada para o processo do conhecimento verdadeiro é uma ferramenta falha em busca da clareza do saber. Porquê? Porque, segundo Platão, os sentidos são limitados, ou seja, trazem limitações em conhecer aquilo que se mostra de forma verdadeira justamente porque os sentidos somente alcançam o conhecimento das aparências das coisas. Além disso, a realidade do mundo físico ao conter características daquilo que são passageiras, daquilo que se modificam e que tem um tempo para durar não são bases seguras para um conhecimento nítido. “Impõe-se, portanto, postular a existência de uma causa ulterior, que, para constituir verdadeira causa, deverá ser algo não sensível, mas inteligível” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 138).

Todavia, se os sentidos não são a ferramenta correta para o conhecimento, segundo Platão qual seria? Para ele, a razão é o lugar das certezas intelectuais justamente porque aquilo que é compreendido pelo intelecto tem características totalmente opostas. Isso significa que o conhecimento que parte da razão tem características eternas, imutáveis, perfeitas e verdadeiras.

Assim, pode-se concluir que o problema a respeito de um conhecimento verdadeiro é parte central da filosofia desde o seu nascimento na Grécia com os primeiros pensadores. Em seguida, com a filosofia clássica na disputa entre os ensinamentos sofistas e os ensinamentos de Sócrates, continuando depois de Platão até os dias atuais. E na era Moderna não vai ser diferente, o problema a respeito do conhecimento certo e seguro irá influenciar também a Modernidade e por conseguinte o filósofo, Matemático e cientista, René Descartes em suas pesquisas.

1.3 O CONHECIMENTO CERTO E SEGURO ESTABELECIDO NO PERÍODO MEDIEVAL E O SURGIMENTO DAS IDEIAS RENASCENTISTA

Parece inegável que somos seres imbuídos de razão, sendo a capacidade de pensar uma característica intrínseca ao ser humano, como definido por Aristóteles. Portanto, é por meio da razão, do logos, que a filosofia se empenha na busca pela verdade, conforme foi previamente desenvolvida. Entretanto, em um certo momento histórico, a racionalidade deixou de ser vista como uma característica humana mais distintiva. Diante dessa conjuntura, observamos o ressurgimento do debate sobre a razão, particularmente no período conhecido como Renascimento.

O Renascimento é o período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna que vai perdurar do século XV até o século XVI. Esse período trouxe à Europa aspectos que irão influenciar não somente os aspectos culturais, políticos, literários, artísticos, filosóficos e religiosos, como também o pensamento científico da Europa. E entender esse contexto é de extrema importância para que seja alcançado o objetivo da pesquisa. E para adentrar na análise dos diversos problemas pertinentes a esse período, faz-se necessário, inicialmente direcionar a atenção para alguns conceitos anteriores basilares do período Medieval. Estes irão estimular o conhecimento da verdade e o caminho metodológico de René Descartes na busca de um conhecimento certo e seguro nas três primeiras *Meditações Metafísicas*. Neste período histórico específico, observamos uma transição na concepção do homem de compreender e explicar as coisas. Logo, ele deixa de ser visto principalmente como um ser eminentemente racional para ser um sujeito também dotado de fé. Diante dessa mudança paradigmática, a razão perdeu sua preeminência como guia exclusivo para a verdade. Consequentemente, a verdade religiosa voltou a ser considerada como umas das principais fontes de conhecimento aceita. Dessa forma, torna-se crucial examinar com precisão o momento e os mecanismos pelos quais tal transformação ocorreu.

Isto posto, a questão tem como objetivo maior compreender a maneira diferente que o homem passou a pensar e como que o homem pensava na era medieval, ou

seja, como o homem passou a pensar na chamada Modernidade depois da idade média.

A partir dessa perspectiva, o esclarecimento se faz importante porque assim é possível entender de forma mais clara o que houve de mudança no pensamento científico, o que se formalizou enquanto conhecimento verdadeiro e o que se construiu a partir daí na filosofia.

A contar deste momento histórico, ainda que “a religião cristã tomou contato com a filosofia no século II da nossa era, assim que houve convertidos da cultura grega” (GILSON, 2001, p. XV), a Idade Média se inicia efetivamente somente em meados do século V d.C. Dentro desse contexto, inúmeros conflitos resultaram na decadência gradual do domínio romano enquanto instituição. Como consequência, surgiu uma reorganização substancial da estrutura da sociedade europeia, caracterizando o período medieval.

É possível perceber a crise que assolava o império Romano em sua fase final através do relato feito pelo escritor Salviano no ano 440, citado por Sánchez e Guadalube em *História da Idade Média.*

> Os pobres são despojados, as viúvas gemem, os órfãos são esmagados, a tal ponto que muitos dentre eles, incluídas gentes de bom nascimento que tinham recebido uma educação superior, refugiam-se entre inimigos. [...] Emigram, pois, até os godos ou até os burgúndios ou até outros bárbaros que dominam por toda parte. E não têm motivo para se arrepender deste desterro. Porque preferem viver livres sob a aparência de escravidão a serem escravos sob a aparência de liberdade”. (SALVIANO 440 *aput* Sánchez; Guadalube, 2000. p. 44).

Nesse horizonte de transformações profundas e com a consolidação da religião houve uma clericalização da sociedade e um acentuado progresso do cristianismo. Dessa forma, a igreja agora no período medieval passou a exercer também além de estabelecimento social e religioso, um importante papel de influência política na sociedade medieval, sendo esse poder “possuidor de privilégios especiais e de grande poderio político e econômico” (FRANCO JR., 1986. p. 21). Em vista disso, “o cristianismo se dirige ao homem para aliviá-lo da sua miséria, mostrando a sua causa e oferecendo remédio para ela” (GILSON, 2001, p. XVI). Assim, em

consequência do enfraquecimento do poder Romano e em consonância dessa crescente influência, a igreja passou a exercer também um importante papel intelectual, transformando, de uma certa forma, o pensamento filosófico produzido nesse período.

Etienne Gilson em sua obra “A filosofia na Idade Média” nos explica claramente essa transformação do pensamento produzido no período:

> O cristianismo é uma religião; empregando por vezes termos filosóficos para exprimir sua fé, os escritores sacros sediam a uma necessidade humana, mas substituíam o sentido filosófico antigo desses termos por um sentido religioso novo. (GILSON, 2001, p. XV).

Isso posto, na Idade Medieval o que se apresentava no campo científico-filosófico era uma visão com influência religiosa de conhecimento do mundo. Assim sendo:

> [...] filosofia apresenta, desde essa época, o sentido de sabedoria pagã, que conservará durantes séculos. Mesmo nos séculos XII e XIII, os termos *philosophi* e *sancti* significarão diretamente a oposição entre as concepções do mundo elaboradas por homens privados das luzes da fé e as dos padres da igreja falando em nome da revelação cristã. (GILSON, 2001, p. 1).

Essa influência religiosa era exercida fundamentalmente por uma instituição: a igreja cristã. Conforme Hilário Franco, “esta sociedade se expandia dentro da sociedade romana, acabando por se identificar com ela” uma vez que “o cristianismo foi reconhecido como religião oficial do Estado” (FRANCO JR., 1986. p. 24). Ademais, essa visão religiosa traz uma modificação do que era produzida intelectualmente seja nas artes, na política, na ciência e na cultura como um todo. E, isso, consequentemente influenciará e altera de uma certa forma o pensamento intelectual filosófico. As transformações na mentalidade, apesar de se darem de forma e ritmos diferentes dos econômicos e políticos, estão ligadas à influência de uma clericalização.

> Contudo, elas são difíceis de serem acompanhadas e impossíveis de serem datadas: a mentalidade tem um ritmo histórico muito mais lento que os fatos sociais, econômicos ou políticos. De qualquer forma, aquelas transformações estiveram ligadas ao cristianismo, que na verdade foi muito mais sua expressão do que sua causa. (FRANCO JR., 1986. p. 25).

Além disso, é importante ressaltar que grande parte dos intelectuais nesse período tinham na filosofia grega sua principal estrutura intelectual do saber. Devido a isso, a base da doutrina cristã que foi elaborada contém vários elementos de diversas correntes da filosofia grega na sua essência. Como resultado, de forma dessemelhante e com inúmeras outras características, o que se tem como um conhecimento certo e indubitável transpassará no campo de interesse do pensamento filosófico com outra configuração. Tomando forma contrária de que “a filosofia é um saber que se dirige à inteligência e lhe diz o que são as coisas” (GILSON, 2001, p. XVI).

Nesse processo de estruturação intelectual, ainda que o pensamento filosófico grego esteja incorporado, essa tarefa realizada pelos padres não poderia de nenhuma forma agir de maneira contrária ao que estava sendo estabelecido pela igreja, caso contrário poderia até mesmo sofrer algum tipo de perseguição. Em suma, a investigação tinha por fim ir ao encontro da criação divina. “Tampouco aqui nenhuma verdade se apresenta ao cabo de uma investigação conduzida pela razão do homem; mesmo o mundo e a sabedoria aqui não são mais que obra é dom de Deus” (GILSON, 2001, p. XVII). E a partir dessa perspectiva no campo do conhecimento correto a razão fica de certa forma circunscrita pela fé. Diante disso, a investigação do conhecimento verdadeiro somado à busca de um conhecimento certo e seguro estava limitado. “Não significa de modo algum que a Escolástica sacrifica os direitos da inteligência; ela apenas os limita (DESCARTES, 2004, p. IX – X)”. Uma vez que o “Logos não era mais uma afirmação filosófica, mas religiosa” (GILSON, 2001, p. XVIII).

“Acima da sabedoria humana, e estultificando-a, está a loucura da pregação, Sabedoria que salva” (GILSON, 2001, p. XIX). Com a aplicação desse procedimento intelectual onde qualquer proposição de verdade seja, no âmbito filosófico, seja no âmbito científico a fé se torna a fonte mais elevada da verdade, portanto, qualquer proposição de verdade no campo epistemológico precisa se harmonizar com a fé, assim os filósofos não se viam mais a empreender na busca ativa por verdades sem que a fé fosse levada em consideração. O que restava à filosofia no sentido clássico, ou seja, no sentido questionador e amante do pensamento reflexivo a respeito das coisas, era em muitos casos a tarefa de demonstrar de maneira racional às verdades

inerentes à crença inabalável daquilo que estava sendo interpretado nas escrituras sagradas.

> Assim, firmava-se aos poucos uma mentalidade simbólica que via no mundo um grande enigma decifrável somente pela fé. Um mundo que ganharia sentido apenas através de Deus. A razão passava a ser vista como um instrumento diabólico, que mantinha o homem na ilusão de uma falsa sabedoria que o afastava da Verdade. (FRANCO JR., 1986. p. 26).

Entretanto, ao ser dito que a fé se torna a fonte mais elevada da verdade, é crucial esclarecer que a crítica à sabedoria grega em detrimento à fé não implicava, de forma alguma, "uma condenação da razão" como afirma (GILSON, 2001, p. XIX). Quando afirmado que a razão está subordinada à fé não se pode entender a mesma coisa que reprovação. No contexto da fé, o conhecimento racional não é excluído, mas sim considerado hierarquicamente inferior, desempenhando um papel secundário e subalterno para a maioria dos pensadores dessa época. "Subordinado à fé, o conhecimento natural não está excluído" (GILSON, 2001, p. XIX).

Isso posto, na era medieval o que se tinha era uma Europa, influenciada pelo poder religioso. Assim, a igreja, além de ser a instituição que trata da alma, vai também, influenciar de certo modo a instituição política. Uma vez que o monarca "Ele era Rex Dei Gratia, 'rei por graça de Deus'. Como ocorria no Antigo Testamento, sua sacralidade era confirmada pela unção, pelo rito de o bispo passar-lhe óleos santos" (FRANCO JR., 1986. p, 42). Diante do conflito entre o Estado e a igreja na Idade Média, vamos examinar o que o influente pensador do século XII, Bernardo Claraval, declara, conforme citado por Touchard, a fim de ilustrar essa influência política e religiosa.

> A espada espiritual e a espada material pertencem, uma e outra, à Igreja; mas a segunda deve ser manejada a favor da Igreja e a primeira pela própria Igreja; uma está na mão do padre, a outra na mão do soldado, mas à ordem do padre e sob o comando do imperador. (CLARAVAL XVII *apud* TOUCHARD, 1970. p. 81).

Diante disso, como a igreja cristã era a principal religião ela também influencia a maneira como a sociedade, que na época feudal, se constituía. É possível perceber essa influência sobre a sociedade medieval através poema do século XVI, que é citado por Franco Junior, de Adalberon de Laon.

> O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Essa raça de infelizes não têm nada sem sofrimento. Quem poderia reconstruir o esforço dos servos, o curso de sua vida e seus inumeráveis trabalhos? Fornecer a todos alimentos e vestimenta: eis a função do servo. Nenhum homem livre pode viver sem eles. Quando um trabalho se apresenta e é preciso encher a despensa, o rei e os bispos parecem se colocar sob a dependência de seus servos. O senhor é alimentado pelo servo que diz alimentar. Não há fim ao lamento e às lágrimas dos servos. A casa de Deus, que parece uma, é, portanto, tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros. (LAON XVI *apud* FRANCO JR., 1986. p. 34.)

Então, com o contexto das camadas sociais organizadas de acordo com a função exercida por seus membros na sociedade medieval, a Igreja desempenhava um papel importante não somente em decorrência de sua justificação social como também contribuirá na manutenção da estrutura feudal. A justificativa primordial advogada pela Igreja era a de se posicionar como a intercessora de Deus na terra e por isso elevando-se acima das organizações seculares.

> É verdade que ela se considerava uma sociedade sobrenatural, que não é deste mundo material, daí reconhecer os direitos do Estado: "dai a César o que é de César, a Deus o que é de Deus". Mas exatamente por isso, a Igreja superava o Estado, visto como transitório. Apesar de "não ser deste mundo", a Igreja estava bem enraizada nele, formando uma sociedade autônoma e completa, com sua organização e suas leis. (FRANCO JR., 1986. p. 24).

Dessa forma, ao harmonizar e integrar os diversos estratos sociais da época, a Igreja não apenas desempenhava um papel influenciador na estruturação social, mas também exercia um impacto significativo no comportamento e na moralidade das pessoas ao administrar os ritos, tais como cerimónias fúnebres, o batismo de crianças e o casamento. “Daí advinha sua imensa autoridade moral, reforçada por normas diferenciadoras que iam se impondo aos poucos, como o celibato ou a tonsura” (FRANCO JR., 1986. p. 22).

Com isso, era ela quem entrava nos feudos e a partir do pensamento religioso cristão tinha poder de influenciar a coletividade principalmente no modo de pensar. Ou seja, na idade média a igreja ao deter as várias formas de domínio vai ter acesso a cada propriedade, vai conviver de uma maneira mais próxima das pessoas,

consequentemente, isso vai convergir para si o poder, centralizando a filosofia e o conhecimento científico europeu. Consequentemente, reduzindo drasticamente qualquer possibilidade de examinar outro caminho metodológico na busca de um conhecimento certo e seguro a partir de outro horizonte.

> Portanto, a existência do homem devia-se a Deus e a Ele estava dedicada: à síntese clássica "o homem é a medida de todas as coisas", contrapunha se a medieval, "Deus é a medida de todas coisas" (FRANCO JR., 1986. p. 28).

Dentro desse contexto, é importante ressaltar que a filosofia tem dois principais períodos medievais em que a produção filosófico-teológica se desenvolveu. O período denominado de Patrística e outro denominado de Escolástica. “Chama-se literatura patrística, em sentido lato, ao conjunto das obras cristãs que datam da idade dos Padres da Igreja” (GILSON, 2001. p. XXI). O período chamado de Patrística é aquele interligado à figura de Santo Agostinho enquanto o período chamado de Escolástica é o ligado à figura de São Tomás de Aquino. Algo também de extrema relevância é entender que Santo Agostinho tem grande influência platônica, ou seja, a filosofia Patrística que tem seu maior expoente em Agostinho, vai usar certos aspectos das ideias de Platão para explicar o mundo. Em contraste, o filósofo escolástico, São Tomás de Aquino, tem grande influência aristotélica. O mesmo usará as ideias de Aristóteles para justificar e filosofar pela fé. “Daí resulta que, todas as vezes que uma conclusão filosófica contradiz o dogma, é um indício certeiro de que essa conclusão é falsa” (GILSON, 2001. p 656). Em suma, é possível perceber que apesar desses dois principais períodos, a saber, a Patrística e a Escolástica, terem como pilares dois grandes pensadores da filosofia clássica, suas principais ideias foram adequadas por autoridades eclesiásticas cristã, moldando assim a possibilidade intelectual do que é certo e seguro no campo do saber. A respeito da Patrística agostiniana a citação abaixo resume bem a influência cristã no pensamento do período.

> [...] Agostinho não se cansa de repetir: *Nisi credideritis*, *non intelligetis*. [...] Um texto célebre do Sermão 43 resume essa dupla atividade da razão numa fórmula perfeita: compreende para crer, crê para compreender (*Cintellige ut credas, crede ut intelligas*). Santo Anselmo exprimirá mais tarde essa doutrina numa fórmula que não é de Agostinho, mas que expressa fielmente seu pensamento: a fé em busca da inteligência, *fides quaerens intellectum.* Presente a seu pensamento desde o início de sua carreira de escritor cristão, essa tese inspira a longa sequência das obras de Agostinho. (GILSON, 2001, p. 144)

Diante dos fatos, essa visão de mundo medieval com características ligadas a Deus, a religião, a fé, a crença, é um tipo de entendimento que vai perdurar durante séculos. O pensamento intelectual filosófico será “invadido” pela fé cristã, transformando a fé como caminho para a busca do conhecimento verdadeiro. Apoiado a isso, a igreja se constituíra como representante da verdade por aproximadamente dez séculos, ou seja, até o início da Idade Moderna.

> Ela pode, primeiramente, acertar as contas com as filosofias que contradizem os dados da fé. Já que o desacordo em questão é um indício de erro e que o erro não pode se encontrar na revelação divina, ele tem de se achar na filosofia. Assim, ou demonstraremos que essas filosofias se enganam, ou mostraremos que elas acreditaram provar numa matéria em que a prova racional é impossível e em que, por conseguinte, a decisão deve ficar com a fé. [...] No entanto, é um fato, e nada mais, que suas obras sistemáticas são sumas de teologia e que, por conseguinte, a filosofia que expõem nos é oferecida segundo a ordem teológica. (GILSON, 2001. p. 256-257).

Etiene Gilson, ao retratar o pensamento de Tomás de Aquino em sua obra “A filosofia na Idade Média”, resume bem a influência cristã no pensamento do período escolástico. É possível perceber com a citação a respeito das ideias de Tomás de Aquino que a fé é guia da razão, ou seja, é um filosofar na fé. Há, sim, na escolástica, as primeiras teorizações entre fé e razão; contudo, o pensamento filosófico não deixa de ser influenciado de forma geral pela Teologia cristão. A questão não é um desprezo da razão e sim uma influência sobre a verdade que está em jogo. Ainda que Tomás de Aquino venha defender uma interpretação racional, ela é uma “interpretação racional dos dados da fé” (GILSON, 2001. p. 256). “Já que o desacordo em questão é um indício de erro e que o erro não pode se encontrar na revelação divina, ele tem de se achar na filosofia (GILSON, 2001. p. 256). Assim, a verdade já está dada: “Deus é a suma verdade porque é o sumo ser” (REALE; ANTISERI, 2003. p. 218).

Porém, em meados do século XV, esse pensamento começa a perder força porque começa a surgir na Europa, especificamente na Itália, um fenômeno social, cultural, econômico e político, que vai ser denominado de Renascimento. Então, “diante da crise espiritual fazia-se necessária uma nova visão de Deus e do homem. Começavam novos tempos” (FRANCO JR., 1986. p. 93).

1.4 RENASCIMENTO: A RECUPERAÇÃO DO ANTIGO ESPLENDOR EM BUSCA DE UM CONHECIMENTO FILOSÓFICO E CIENTÍFICO VERDADEIRO

Em princípio, começamos pelo entendimento do conceito daquilo que significa Renascimento, porque essa compreensão abre portas para um melhor entendimento não somente do período, mas também do objetivo da pesquisa. A ideia de “Renascimento”, que denomina o período, é um movimento cultural que envolveu diversos artistas e pensadores que contribuíram para uma transformação do modo de pensar e agir do homem europeu. Esse movimento iniciado na Itália tinha como objetivo trazer um resgate da filosofia greco-romana, ou seja, é germinar novamente uma ideia que já foi realizada anteriormente. Além desse reavivamento, esses intelectuais tinham certas ideias de exaltação da liberdade e da razão humana.

Segundo Burckhardt, citado por Reale e Antiseri (2004), a “Renascença seria, portanto, uma época que viu surgir nova cultura, oposta à medieval.” Logo, o Renascimento é algo como voltar a dar vida a um modelo cultural, intelectual e político de reflexão.

Veja o que Reale e Antisere declaram a respeito do Renascimento:

> A questão revela-se ainda mais complexa pelo fato de que, nesse período, não ocorre apenas mudança no pensamento filosófico, mas também, em geral, a mudança da vida do homem, em todos os seus aspectos: sociais, políticos, morais, literários, artísticos, científicos e religiosos. (REALE; ANTISERI, 2004, p. 04).

Em vista disso, o período historicamente denominado de Renascimento engloba uma outra complexidade em relação às coisas, caracterizando-se como a propriedade do novo *ethos* intelectual que se gestou na Itália, em associação com os valores e legados da antiguidade clássica. Assim, este *ethos*, ao romper de modo distinto com os paradigmas vigentes da época medieval, desempenhou um papel diferente de estimulações intelectuais. Mediante a isso, tal conjuntura também assinalou uma transição paradigmática marcante na trajetória da civilização ocidental, evidenciando-se como um marco crucial no desenvolvimento da cultura, da arte e do

pensamento. Consequentemente, nesse instante em que o questionamento filosófico aumenta e o poder religioso começa a perder força, temos novas formas de viver e de compreender a realidade.

Porém, em relação a essa perda de força, é importante salientar que o período do Renascimento não nasce de uma suspensão radical do mundo medieval, mas sim por uma ampliação e aprofundamento de tendências e progressos que vão se intensificando. “A mudança espiritual que descrevi não ocorreu, naturalmente, em uma mutação súbita. Também as revoluções precisam de tempo para se consumar; também as revoluções têm uma história” (KOYRÉ, 2006. p. 2). Formando assim um paradigma diferente que será essencial para que seja alcançado o objetivo da pesquisa, a saber: o conhecimento da verdade: o caminho metodológico de René Descartes na busca de um conhecimento certo e seguro nas três primeiras *Meditações Metafísicas*. A respeito desses processos de mudanças da filosofia moderna, o filósofo e historiador Alexandre Koyré observou:

> O homem perdeu seu lugar no mundo, ou, mais exatamente, perdeu o próprio mundo que formava o quadro de sua existência e o objeto de seu saber, e precisou transformar e substituir não somente suas concepções fundamentais, mas as próprias estruturas de seu pensamento. (KOYRÉ, 2006. p. 14.).

Continuando, temos no Renascimento intelectual um período que se remete à volta dos princípios relativos à maneira de filosofar anterior à vivida pela era média, ou seja, fazer reviver o *ethos* da filosofia antiga grega que se contrapõe ao modo de investigação do verdadeiro conhecimento para compreensão das coisas que estava em vigor. Com isso, o sujeito renascentista tinha a ideia, a partir da restituição clássica do *logos* grego, de um resplandecimento em meio à nebulosidade medieval que perdurou por aproximadamente dez séculos. De acordo com Giovanni Reale e Dario Antiseri (2004), “eles sentiam sua mensagem inovadora como mensagem de luz que rompia as trevas.”

Assim sendo, é essencial esclarecer que o Renascimento que caracteriza a singularidade do "fazer reviver", não se configura como um mero ressurgimento da erudição em contraposição à ignorância ou do saber em confronto com o desconhecimento. Ele representa, em essência, o advento de uma civilização

alternativa diferente daquela em que a razão se encontrava de uma certa maneira subjugada pela fé; ela se revela como uma cultura distinta e um corpus de conhecimento totalmente diferente. Essa nova visão do pensamento fica melhor compreendido com a citação abaixo:

> A ciência Moderna não saiu, perfeita e completa, como Atena da cabeça de Zeus, dos cérebros de Galileu e de Descartes. Pelo contrário, a revolução galileana e cartesiana – que, apesar de tudo, permanece como uma revolução -, fora preparado como um esforço de pensamento. [...] É que eles não tinham de descobrir ou estabelecer essas leis simples e evidentes, mas de criar e de construir o próprio contexto que tornaria possíveis essas descobertas. Para começar tiveram de reformar nosso próprio intelecto; fornece-lhe uma série de novos conceitos, elaborar uma nova ideia da natureza, uma nova concepção de ciência, vale dizer, uma nova filosofia. (Koyré, 1982, p. 181).

Esta manifestação histórica transcende a mera restauração das formas culturais e intelectuais do passado, inaugurando, em seu lugar, um cenário de renovação e redefinição conceitual que moldou profundamente o desenvolvimento subsequente da sociedade e do pensamento. Isto é: o renascimento intelectual a partir da filosofia antiga não é pura e simplesmente uma cópia; não é uma imitação clássica grega sem objetivo e sem serventia. Ele é muito mais do que isso; ele é um *ethos* filosófico estimulador para recriação do sujeito que se encontrava dependente das verdades reveladas pela igreja cristã.

Dessa maneira, o caminho filosófico renascentista pela busca de um conhecimento indubitável, configurou-se como uma marcante característica espiritual de reformulação e recuperação. Nele, o movimento do *logos* clássico grego não apenas denota uma revitalização das raízes e uma retomada dos princípios fundamentais, mas também representou um retorno ao autêntico modo de analisar e refletir sobre um conhecimento seguro e certo. Esse processo de resgate e ressurgimento de valores e ideais clássicos exerceu um papel crucial na redefinição e reafirmação da identidade cultural e intelectual do período renascentista. Ademais, essa empreitada de reexame e revalorização das fontes clássicas proporcionou um substrato essencial para o florescimento das artes, da filosofia e da ciência na época. Por conseguinte, proporcionou aos filósofos Modernos ferramentas distintas das que foram usadas na Idade Média para refletir a respeito do conhecimento verdadeiro. E essas ferramentas distintas serão usadas inclusive por René Descartes nas

Meditações Metafísicas. Além disso, a revivência e o retorno aos antigos proporciona a realização de um movimento renovado na busca do conhecimento seguro e certo na ciência, como também abre o caminho para novas descobertas no que diz respeito à metodologia para alcançar a verdade.

Diante dos fatos, é importante a compreensão da existência de várias características consideradas típicas renascentistas. E é crucial compreender essas características com o exame do aspecto Renascentista. Pois essas perspectivas se mostram fundamentais para a compreensão abrangente das transformações intelectuais e culturais que marcaram esse período crucial na história do pensamento Moderno e que irão influenciar a busca do conhecimento da verdade cartesiana.

1.5 CARACTERÍSTICAS RENASCENTISTAS IMPORTANTES PARA RESTABELECER O MÉTODO EPISTEMOLÓGICO NA BUSCA PELA VERDADE

Além da vivificação do pensamento grego clássico que já foi abordado anteriormente, o Renascimento tem outras características importantes e que irão influenciar toda a filosofia posterior e consequente também a filosofia de Descartes. Primeiramente, a pesquisa se dará na característica Humanista do Renascimento. O Humanismo é a ideia de colocar novamente as ideias humanas e não mais divinas no centro da explicação do mundo. Contudo, vale ressaltar, isso não quer dizer que a igreja não vai ter mais importância na valorização daquilo que é humano. Pelo contrário, em determinada escala a igreja tem sim importância, mas o homem dentro dessa perspectiva tem um papel central pois a partir desse novo contexto cultural e intelectual do Renascimento o homem vai criticar diretamente as concepções do pensamento medieval. Concepção essa que se caracteriza, de forma geral, com a participação direta da igreja cristã na produção do saber. Portanto, nesse ponto de vista Humanista, há um aumento na valorização daquilo que é produzido e entendido pela própria humanidade. Dessa forma, colocando o sujeito com uma certa autonomia do saber, uma vez que anteriormente as conclusões finais de suas filosofias deveriam estar o mais ajustada possível com a Palavra Cristã.

Diante dos fatos, para melhor compreensão das ideias humanistas que irão definir uma nova era, cito Giovanni Reale e Dario Antiseri:

> Assim, "humanismo" significa essa tendência geral que, embora com precedentes ao longo da época Medieval, a partir de Francesco Petrarca, apresentava-se agora de modo marcadamente novo por seu particular colorido, por suas modalidades peculiares e pela intensidade, a ponto de marcar o início de um novo período na história da cultura e do pensamento. (REALE; ANTISERI, 2004. p. 05).

Desta maneira, com o renascimento em sua tendência de valorizar ainda mais aquilo que o homem faz e realiza, seja na produção humanista da arte, da escultura, da literatura ou daquilo que o homem produz como fundamental, portas serão abertas principalmente na retomada para uma produção intelectual clássica greco-romana. Isto é, há uma forma intelectual distinta pela busca do saber verdadeiro que não é

mais aquela apoiada na fé cristã. Dessa forma, é readquirido o saber filosófico investigativo clássico grego na ciência. Verdadeiramente renasce na cultura europeia o modo investigativo clássico, pois anteriormente esse modo filosófico experienciou uma influência teológica cristã. E é por isso que o período de transição entre a idade Média e a idade Moderna tem essa nomenclatura, a saber: Renascimento.

O Humanismo pode ser caracterizado pela emergência de uma nova concepção sobre o ser humano e de suas inquietações. Esta nova perspectiva manifesta-se de forma diversificada e, por vezes, antagônica, revelando-se invariavelmente profunda e frequentemente inovadora. Assim, essa nova compreensão atinge seu ápice nas elaborações teóricas que exaltam o valor humano enquanto um ser, em certo sentido, excepcional dentro da totalidade do universo. Ademais, é importante ressaltar que tais reflexões específicas são formulações conceituais que encontram nas representações artísticas, tais como pintura, escultura e em grande parte da poesia, uma correspondência. Ou seja, por meio de um grande arcabouço intelectual, essas representações transmitem a mesma ideia, contudo de várias maneiras. Isto posto, o Humanismo foi o instrumento que fez renascer um novo espírito, um espírito novo que vai valorizar aquilo que é produzido da própria natureza do homem com uma menor intervenção transcendente; é um espírito imanente que é proposto especificamente pelo sujeito com uma influência divina muito menor.

Em última análise, o Humanismo é definido como o processo de conscientização a partir da retomada da maneira clássica de investigação filosófica. Doravante a uma missão intrinsecamente humana, por meio da qual se percebe a capacidade de moldar e aprimorar o próprio modo de ser do sujeito. Nesse sentido, esta característica se alinha integralmente com o renascimento intelectual, ou seja, a revitalização do âmago humano de investigação que esteja em conformidade com os fatos ou a realidade, mas sem se apoiar exclusivamente de algo divino. Portanto, é plausível afirmar que o Humanismo e a Renascença especificamente são duas facetas indissociáveis de uma mesma especificidade.

Além da característica Humanista, e uma revivência do modo investigativo clássico da filosofia, outra característica peculiar do Renascimento cultural que vai influenciar fortemente o sujeito Moderno, e, por conseguinte, Descartes, é a volta da

característica antropocêntrica. Nesse contexto, o Renascimento cultural vai trazer uma lógica do homem ao centro, ou seja, da natureza do homem no comando e uma circunstância em que o homem controla as relações, as sociedades e os aspectos da vida. Nessa ocasião a reafirmação do antropocentrismo durante o Renascimento representa um deslocamento significativo da concepção medieval do ser humano. Nessa conjuntura, o discurso do período médio europeu escolástico, que retratava o homem como sujeito influenciado aos ditames da Igreja, delineando seus limites e situando-o no mundo, começa a ser contestado. Uma vez que dentro desse contexto "o senso comum é – e sempre foi - medieval e aristotélico" (KOYRÉ, 1982. p. 185). Esse movimento, com devidas proporções, marca o declínio das explicações de cunho religioso, à medida que a consciência humana instiga uma revolução tanto filosófica quanto científica, estabelecendo os fundamentos da era Moderna. Nesse paradigma, o homem é recolocado no epicentro da natureza, rompendo significativamente com o pensamento medieval.

Essa nova percepção do papel do homem no mundo confronta com a mesma proposição que guiará o ser humano rumo a uma revolução científica e filosófica, fundando os pilares da modernidade, tal como expresso no pensamento cartesiano. Enquanto nos discursos formativos medievais, a religião cristã estabeleceu as fronteiras do homem e do mundo, o discurso antropocêntrico renascentista posiciona o ser humano no cerne do universo, conferindo-lhe o papel de construtor de sua própria existência enunciando de que o homem é o arquiteto de seu próprio universo. E, essa nova concepção sobre o papel do homem no mundo implica uma transformação na representação da verdade e do conhecimento científico. Sendo assim, o ser humano não é mais visto como mero receptáculo passivo do conhecimento divino, mas como um agente ativo e criador de sua própria realidade, desbravando novos horizontes na busca pela verdade e pela compreensão do universo. Portanto, o ressurgimento do antropocentrismo durante o Renascimento representa uma nítida ruptura em relação à concepção medieval do ser humano. Nesse discurso, o ser humano é reafirmado como o epicentro da natureza, marcando uma clara distância em relação ao pensamento medieval, notadamente oposto ao teocentrismo cristão.

É essencial destacar, no entanto, que o homem renascentista não negou integralmente os aspectos divinos. Em vez disso, enfatizava-se de forma substancial a valorização das capacidades intelectuais humanas, reconhecendo a capacidade do indivíduo de compreensão e influência sobre o mundo e seu entorno. Em relação a essa mudança de pensamento do período medieval, o historiador Alexandre koyré vai esclarecer que:

> Correntes de pensamento atravessam séculos inteiros, se superpõem e se entrecruzam. A cronologia espiritual e a cronologia astronômica não coincidem. Descartes está cheio de concepções medievais. Quantos de nossos contemporâneos não são, aliás, contemporâneos espirituais de Santo Tomás? (KOYRÉ, 1982. p. 16)

É possível entender com o historiador que a mudança de pensamento não acontece através de saltos bruscos, são acontecimentos e mudanças que acontecem de forma gradual. Nesse contexto, o discurso religioso medieval, que antes canonizava o homem sob os preceitos da Igreja, não apenas empunhando limites à capacidade intelectual do indivíduo em detrimento à compreensão intelectual religiosa, como também demarcando o papel do indivíduo no campo científico começa a ser objeto de questionamento, à medida que a explicação do cunho religioso entra em declínio, dando espaço para uma renovação intelectual em consonância com a influência intelectual da tradição greco-romana, culminando em uma transformação intelectual distinta que prefigura a era Moderna. “Petrarca, Maquiavel, Nicolau de Cusa e Cesalpino nos mostram diferentes aspectos desta revolução, lenta mas profunda, que marca o fim, a morte da Idade Média” (KOYRÉ, 1982. p. 17).

Logo, é a partir dessa nova concepção humanista italiana que o pensamento filosófico e científico solidifica suas bases para o conhecimento seguro e fundamentado, sendo agora está a tese de que o ser humano é o arquiteto de seu próprio mundo. No “Estudo da História do Pensamento Científico”, Alexandre Koyré esclarecer melhor a mudança de pensamento teocêntrico medieval frente a substituição do ponto de vista humanista.

> De início, conhecê-lo é impossível e, depois, "o amor é sempre feliz, enquanto o verdadeiro conhecimento por vezes é doloroso..." Não nos enganemos: sem embargo das citações de Santo Agostinho, não é de modo algum a humildade cristã que fala através da pena de Petrarca; e as afirmações que um São Pedro Damião poderia subscrever não significam desconfiança em

> relação à razão humana, tanto mais que a mística franciscana não constitui o rebaixamento da inteligência em face do amor. Trata-se bem do contrário. Trata-se da substituição do teocentrismo medieval pelo ponto de vista *humano-*, da substituição, pelo problema moral, do problema metafísico e, também, do problema religioso; da substituição do problema da salvação pelo ponto de vista da ação. Ainda não é o nascimento do pensamento moderno, mas já é a expressão do fato de que "o espírito da Idade Média" está à beira do esgotamento, agonizando, morrendo. (KOYRÉ, 1982. p. 18).

Assim, essa nova forma de conceber o papel do ser humano no mundo implicou em uma mudança substancial na representação da verdade e do conhecimento científico. No discurso antropocêntrico da Renascença, o ser humano foi novamente posicionado no centro do universo, tornando-se outra vez o arquiteto de sua própria existência como já acontecia no período antecessor à idade média, a saber: na antiguidade clássica da filosofia quando os filósofos procuram explicar de forma racional a origem do universo e assim se distanciando, mesmo que de forma gradual, dos deuses. Dessa forma, esse paradigma desenvolveu uma revolução intelectual que, em última instância, contribuiu para o desenvolvimento do pensamento cartesiano.

Em resumo, o retorno ao antropocentrismo durante o Renascimento marcou uma virada significativa na compreensão do ser humano e do conhecimento científico, enfatizando o potencial intelectual humano e promovendo uma mudança paradigmática em direção ao pensamento Moderno. Uma vez que o homem medieval era caracterizado “sob certos aspectos, ele é seguramente um homem da "Idade Média". É tão teocentrista, tão profundamente e também naturalmente crente e católico quanto quem quer que seja (KOYRÉ, 1982. p. 19).

Em razão disso, esse período de transição para era Moderna vai ser um período que proporcionará o surgimento de grandes nomes na produção artísticas e intelectual e que servirá de grande valia para o conhecimento da verdade: o caminho metodológico de René Descartes na busca de um conhecimento certo e seguro nas três primeiras *Meditações Metafísicas*.

Cito desde Michelangelo, e Leonardo da Vinci nas artes, como também nomes importantes na literatura como por exemplo Thomas Morus ao próprio Nicolau Maquiavel, e principalmente na ciência como Giordano Bruno, Francis Bacon, Galileu

Galilei e Isaac Newton, que trataram não somente uma revolução científica como também serão peças fundamentais para a formação de um novo modo de pensar do sujeito moderno. E para mostrar que essas mudanças não foram exclusivas do campo científico cito por exemplo a mudança ocorrida no pensamento político influenciado filósofo renascentista Nicolau Maquiavel:

> Com Nicolau Maquiavel, encontramo-nos verdadeiramente em todo um outro mundo. A Idade Média está morta. Mais ainda: é como se ela nunca tivesse existido. Nenhum de seus problemas — Deus, salvação, relações entre o mundo dos vivos e o além, justiça, fundamento divino do poder — existe para Maquiavel. Só há uma realidade: a do Estado; um fato: o poder; é um problema: como afirmar e conservar o poder no Estado. (KOYRÉ, 1982. p. 20).

Essa revolução científica renascentista vai ser de extrema importância para o objetivo principal desta pesquisa em relação à verdade epistemológica cartesiana. A importância se dá, dentre vários fatores, em especial ao fato de determinar o que é conhecimento científico e o que não é um conhecimento científico. Igualmente, a partir da revolução científica desse período um conhecimento para ser denominado científico precisa dar importância à hipótese, experimentação e à observação. Sob o mesmo ponto de vista, além do Humanismo, do antropocentrismo e uma revalorização do modo de filosofar clássico, o Renascimento vai trazer também uma ideia racionalista, para o modo intelectual de investigar a verdade, desse modo valorizando aquilo que o homem produz a partir da razão e não mais da fé.

Simultaneamente, temos também uma visão naturalista como característica do renascimento. Isso se dá porque não há mais uma inclinação de explicar o mundo com base em Deus, com base em divindades, consequentemente, é preciso trazer uma perspectiva do homem produzir conhecimentos que sejam úteis para si por isso existe um avanço na medicina, nas ciências naturais, por exemplo, na química, na biologia, na física, na matemática, que vão se tornar fundamentais para o encontro de um conhecimento certo e seguro. Ou seja, se eu não quero mais responder a realidade a partir da perspectiva divina, eu preciso trazer alguma coisa para colocar no lugar, a ponto de dar novas respostas, trazer soluções para os problemas antes influenciados pela fé. Em relação à forma medieval de entender o mundo, reforço com a citação:

> Por vezes, essa revolução é caracterizada e, ao mesmo tempo, explicada por uma espécie de revolta espiritual, por uma transformação completa de toda a atitude fundamental do espírito humano. A vida ativa, *vita activa,* tomando o lugar da *theoria, vita contemplativa,* que até então tinha sido considerada como sua forma mais elevada. O homem moderno procura dominar a natureza, enquanto o homem medieval ou antigo se esforça, principalmente, por contemplá-la. (KOYRÉ, 1982. p. 152).

Diante disso, essas disciplinas serão responsáveis por explicar o mundo e resolver os problemas e as interrogações científicas. Em suma, o naturalismo vai vir como uma valorização das ciências naturais como algo fundamental na busca da verdade.

Para finalizar, com bases nessas principais características que visam estabelecer a busca pela verdade é que temos uma descentralização gradual do poder eclesiástico no modo organizacional social de todas as áreas da humanidade, que proporciona ao sujeito moderno do século XVII outra perspectiva em relação ao conhecimento científico e filosófico. E, é, justamente, a partir dessas principais características que se desenvolveram no século XVII, que Descartes produz o caminho epistemológico na busca do conhecimento indubitável.

1.6 O FUNDADOR DA FILOSOFIA MODERNA: ETAPAS PRINCIPAIS DA VIDA E DAS OBRAS

A fim de elucidar os caminhos trilhados por Descartes em seu embate filosófico, procedemos à contextualização temporal de sua jornada intelectual. Tal empreendimento será desenvolvido mediante a análise de alguns eventos de sua biografia que guardam estreitamente relação com sua empreitada em busca de fundamentos inabaláveis, bem como com a publicação de suas obras de maior relevância para esta investigação. Nessa empreitada, temos como guia primordial as contribuições de Giovanni Reale e Dario Antiseri (2005), além de Stephen Gaukroger, as quais se manifestam por meio de suas introduções e análises críticas, disponíveis no referido compêndio com o título: Descartes: Janet Broughton e John Carreiro e colaboradores (2011).

Dessa maneira, instrumentalizados pelas análises e contextualizações oferecidas por esses pesquisadores, lançamos luz sobre o itinerário intelectual de Descartes, identificando os elementos que permearam sua busca por um fundamento sólido para o conhecimento verdadeiro. Com isso, este arcabouço metodológico nos fornece uma compreensão mais abrangente das influências e motivações que direcionaram o seu pensamento, enriquecendo a apreciação de suas contribuições para a filosofia e para o desenvolvimento do pensamento moderno.

No mesmo ano em que Kepler lança *Mysterium cosmographicum*, em 1596, na região de Touraine em La Haye nasce o filho do conselheiro do parlamento de Bretanha. Conhecido por seu nome latinizado Cartesius, René Descartes que pertence à família de classe burguesa não conhece sua progenitora, pois sua mãe morreu por complicações de parto quando o mesmo ainda era muito criança. O mesmo não tendo muito contato com o pai por consequência de seu ofício, ainda muito pequeno foi morar com a avó. Mesmo sob a guarda da avó, René não teve necessidade de exercer nenhuma ocupação remunerada para se sustentar e para custear seus estudos. Logo, esse amparo financeiro custeado pela família vai lhe proporcionar os meios necessários para se dedicar aos estudos desde cedo.

O filósofo, em 1606 ingressou no estudo primário permanecendo até o término de sua formação básica, que acontece aos dezoito anos, no colégio jesuíta de La Flèche, situado em Anjou. Colégio esse, fundado para servir de modelo educacional para os filhos dos nobres. Nessa instituição, Descartes recebeu sólida formação filosófica e científica. Com efeito dessa sólida formação intelectual constituída pelos seis anos de estudos humanísticos, três de matemática e teologia, o filósofo francês tem algumas inquietações intelectuais antes mesmo de se tornar um acadêmico. Na organização realizada por John Cottingham a respeito de Descartes é possível verificar o resultado dessas inquietações.

> [...] O padre Charlet, diz ele, permitia que Descartes "ficasse deitado" todas as manhãs, notando que sua mente era "naturalmente" inclinada à meditação" (mesmo sendo tão jovem!); "estas manhãs passadas na cama" foram a "fonte dos mais importantes resultados filosóficos que sua mente produziu (*Vie* I 28). (COTTINGHAM, 2009. p. 37).

Isso se dá, na medida em que a base dos princípios da filosofia medieval, especificamente aquela que posteriormente foi denominada de Escolástica, naquele momento era considerada a defesa mais sólida da religião cristã, uma vez que as constantes manifestações de ideias rejeitadas pela igreja tinham uma grande discrepância entre essa orientação cultural e as crescentes inovações que surgem particularmente no campo científico e filosófico. "Mas considerava que a filosofia que havia aprendido ali, "apesar de cultivada por muitos séculos pelas melhores mentes, não continha nenhum ponto de que não fosse disputado, e portanto duvidoso" (AT VI 8: CSM I 115)"" (COTTINGHAM, 2009. p. 14). "Evidentemente, o interesse filosófico de Descartes se desenvolveu de modo bastante independente de sua formação escolástica" (BROUGHTON & JANET, 2011. p. 21). Ademais, essas ideias, consideradas muitas delas hereges pela fé eclesiástica, estavam surgindo em toda parte. Diante desse contexto, René Descartes percebe que o método de ensino adotado, embora estivesse aberto às descobertas científicas e à exploração da matemática, não conseguiu satisfazê-lo intelectualmente, deixando-o desejoso de melhores explicações. Assim, rapidamente, ele logo percebe a carência de uma metodologia sólida capaz de estabelecer, monitorar e organizar com nitidez as ideias existentes para uma melhor orientação epistemológica na busca pela verdade.

Ou seja, ao criticar a filosofia daquela época, Descartes não deixou de considerar a importância atribuída aos desafios científicos e à exploração da matemática. No entanto, mesmo no que diz respeito à filosofia da natureza e às disciplinas humanísticas, ao concluir seus estudos ele experimentou uma profunda insatisfação. Pois, o ensino de filosofia, ministrado segundo os preceitos medievais direcionava os estudantes para o passado, imergindo-os nas intermináveis controvérsias dos teóricos escolásticos, consequentemente dedicando escasso espaço às questões científicas e filosóficas contemporâneas.

Descartes, portanto, deixou o colégio de La Flêche em um estado de desorientação e com uma carência de conhecimento ao que pudesse se apegar. Após continuar seus estudos na Universidade de Poitiers, onde obteve o bacharelado e a licenciatura em Direito, porém, ainda imerso em profunda confusão intelectual e cultural, optou por embarcar na carreira militar. E no ano de 1618, em meio à efervescência da Guerra dos Trinta Anos, engajou-se junto a Maurício de Nassau numa luta incansável pela emancipação da Holanda do jugo espanhol. Foi nesse contexto que René Descartes estabeleceu um vínculo fraterno com Isaac Beeckman, um jovem fervoroso pelas disciplinas de física e matemática, cujo encorajou Descartes a aprofundar-se nesses campos do saber. Enquanto prestava serviço no exército do duque Maximiliano da Baviera, estacionado em Ulm, que Descartes registrou ter vivenciado, nos dias 10 e 11 de novembro, uma espécie de epifania intelectual, intrinsecamente ligada aos fundamentos de uma ciência admirável.

Decorrente do sonho que expressa uma súbita sensação de entendimento que o "move pelo amor à verdade, cuja busca seria sua preocupação vitalícia"[2] (COTTINGHAM, 2009. p. 47), Descartes assumiu o compromisso solene de empreender uma peregrinação à Santa Casa de Loreto para dar graças ao seu sonho. Ademais, em um registro diarístico, onde consignou seus mais íntimos pensamentos, o filósofo faz menção de uma grande descoberta, o que desdobraria posteriormente no contexto do *Estudo de uma boa mente* em 1623, e nas célebres *as Regras para a orientação do intelecto*, produzidas meticulosamente entre os anos de 1627 e 1628.

[2] "De acordo com Baillet, Descartes fez um "voto" (*voeu*), na manhã seguinte aos sonhos, de ir em peregrinação à capela da Virgem em Loretto e partir para Itália "antes do final de novembro." (COTTINGHAM, 2009. p. 49).

O filósofo francês decidiu se estabelecer na Holanda por sua reputação de terra de tolerância e liberdade. Em que outro país poderia [ele] gozar de tão completa liberdade?”[3] (COTTINGHAM, 2009. p. 56). Ao ser orientado pelos amigos, o padre Marin Mersenne e do cardeal Pierre de Bérulle, começou a escrever um tratado metafísico, mas logo suspendeu o projeto para se concentrar na obra o *Traité de Physique*, que tratava de cosmologia o “que seria denominado *Du Monde ou de La Lumière*” (COTTINGHAM, 2009. p. 59), e a outra antropológica, *L’homme.* Após anunciar a Mersenne que o tratado estava quase pronto, Descartes mudou de ideia quando soube da condenação de Galileu por publicar o "*Sistemi del Mondo”*. Ele decidiu adiar a publicação de sua obra para não ser prejudicado. Similarmente, a lembrança das condenações de Bruno e de Campanella o motivou a não publicar suas obras devido às vicissitudes que acarretaria. Diante do ambiente não propício à produção científica, Descartes diz a Mersenne: "Estou quase decidido a queimar todas as minhas apostilas ou, pelo menos, não mostrá-las a ninguém." (REALE; ANTISERI, 2004. p. 285).

Todavia, com o resultado da condenação da teoria de Galileu por Urbano VIII, Descartes não se deixou hesitar em buscar a autonomia da ciência com relação a Deus por muito tempo ainda que vivendo em um ambiente que não se mostra tão seguro. Nesse contexto, ele tentou compreender a objetividade da razão para lidar com esse problema. Assim, o matemático, filósofo e cientista francês, entre 1633 e 1637, uniu os estudos de metafísica que já tinha começado e com suas investigações científicas, escreveu o conhecido livro intitulado *Discurso sobre o Método*. Nesta obra, Descartes apresenta três ensaios científicos onde mostra os resultados alcançados em suas pesquisas. Descartes acreditava que era importante mostrar que a razão tem um caráter objetivo e era necessário estabelecer regras para alcançar isso. *O Discurso sobre o método* foi escrito por René Descartes para defender a nova ciência - conhecida como filosofia moderna - e tornou-se a "magna carta" de toda a filosofia moderna, pois o filósofo nasceu numa época de grande mudança intelectual, onde havia muitas discussões e debates sobre as novas ideias científicas. Em outras palavras, ele escreveu o “Discurso” para explicar seu método de pensar e ajudar os

[3] “A frase citada no texto encontra-se gravada na placa que G. Cohen a fixou na casa que Descartes habitava em 1634 em frente à igreja ocidental (o endereço exato é conhecido a partir de uma carta: AT I 229)” (COTTINGHAM, 2009. p. 56).

outros a entender melhor essas ideias. Além disso, o livro é considerado uma peça-chave na história da filosofia e influenciou muitas áreas de pensamento.

Outrossim, René Descartes teve um relacionamento com Hélène Jans, com quem teve uma filha chamada Francine. “Ela havia nascido em Denventer em 19 junho de 1635, e fora batizada na Igreja Reformada como filha de Hélène Jans e “René filho de Joaquim”” (COTTINGHAM, 2009. p. 61). Infelizmente, a criança faleceu aos cinco anos de idade, o que causou uma imensa dor em Descartes, que retomou a escrita de seu Tratado de Metafísica, mas desta vez sob a forma de “Meditações”, que inicialmente foram escritas em latim. Mesmo diante de todo contexto de profundo sofrimento do autor devido à perda da menina, Descartes escreveu as *Meditações de Filosofia Primeira*, que foram mostradas ao amigo Mersenne. Estas *Meditações* foram lidas por grandes pensadores da época, como Hobbes, Gassendi, Arnauld e o próprio Mersenne, que fizeram vários questionamentos. Os estudos de Descartes foram finalmente publicados em 1641 e intitulados *Meditações Metafísicas onde Se Demonstra a Existência de Deus e a Imortalidade da Alma*. Descartes respondeu as objeções, inclusive, ao teólogo protestante Gisbert Voet com uma carta na qual frisou a inconsistência das concepções filosóficas e teológicas do seu opositor.

Da mesma maneira, Descartes dedicou-se com empenho a criar uma grande obra de Filosofia chamada *Princípios de Filosofia*. Esta obra, composta de 4 livros, com artigos curtos e organizados com base nos padrões dos manuais escolásticos de sua época, trazia uma exposição sistemática e compilada de sua filosofia e física, destacando os laços entre Filosofia e Ciência. Assim, apesar das controvérsias que seus escritos de Metafísica e Ciência provocavam, Descartes trabalhou com grande dedicação na criação desta obra que foi publicada em Amsterdam, com dedicatória à princesa Isabel, filha de Frederico V do Palatinato.

Profundamente descontente com as controvérsias envolvendo os docentes da Universidade de Leida, que receberam a emissão de uma concessão ao estudo de suas obras, René Descartes, ainda desprovido de qualquer desejo de retorno à sua terra natal, devido ao estado caótico em que a França estava imersa, viu-se compelido, no ano de 1649, a acatar o convite feito pela rainha Cristina da Suécia. Após concluir a edição dos manuscritos de sua obra derradeira, intitulada *As Paixões*

da Alma, ele tomou uma decisão irrevogável de deixar para trás a Holanda, que, anteriormente hospitaleira, agora se apresentava repleta de contrastes. Apesar das inquietações graves que o assolavam, Descartes manteve uma correspondência intelectual com a princesa Isabel, a qual transmitiu uma relevância substancial no esclarecimento de vários aspectos enigmáticos de sua doutrina, especialmente no que tange às interações entre a alma e o corpo, assim como nossos domínios preocupantes ao dilema ético e ao livre-arbítrio.

Contudo, o período de permanência de Descartes na corte sueca foi de efêmera duração, visto que a rainha Cristina, devido ao hábito arraigado de condução suas reuniões matutinas, obrigando, por conseguinte, Descartes a erguer-se em horário bastante precoce, não obstante as condições climáticas adversas e a conclusão física não muito vigorosa do filósofo. Portanto, ao despedir-se da corte sueca em 2 de fevereiro de 1650, o filósofo René Descartes contraiu um resfriado seguido de uma aguda febre, condição que, após uma semana de intensos padecimentos, culminou em seu óbito. “O inverno de 1649-1950 foi mais vigoroso dos 60 anos anteriores e Descarte contraiu pneumonia” (BROUGHTON; CARREIRO, 2011, p. 31). “Embora fosse de carruagem ainda assim ele se resfriou e sucumbiu à febre”[4] (COTTINGHAM, 2009, p. 75). Posteriormente, em 1667, seus restos mortais foram traduzidos para a França e encontraram-se sepultados na Igreja de Saint-Germain des Prés, situada em Paris.

Para concluir o capítulo, postumamente, uma série de escritos de Descartes veio a público, compreendendo *o Compêndio Musical* (1650), *o Tratado sobre o homem* (1664), *o Mundo ou o tratado da Luz* (1664), *as Cartas* (1657-1667), as *Regras para direção do Espírito* (1701) e a *Busca da verdade pela luz natural* (1701).

[4] Mesmo diante das citações, a causa da morte de Descartes hoje em dia vem sendo discutida.

CAPÍTULO 2: O CAMINHO METODOLÓGICO DE RENÉ DESCARTES NA BUSCA DE UM CONHECIMENTO CERTO E SEGURO NAS TRÊS PRIMEIRAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS.

Neste capítulo segundo, dedicarei atenção ao delineamento e progresso do método proposto por Descartes na busca de um conhecimento certo e seguro, extraído das três primeiras *Meditações Metafísicas*. Além disso, também nesta seção, dedicarei atenção primordialmente a uma faceta essencial no processo de filosofar acerca da verdade cartesiana: a dúvida.

Nesse cenário, será observado que o ato de duvidar desvela, em Descartes, a oportunidade de desenvolver uma compreensão mais profunda, nítida e abrangente a respeito de inúmeros elementos tidos como verídicos, os quais serviram de fundamento para a totalidade de seu conhecimento. Da mesma forma, ficará elucidado que esta atitude condensa os dois primeiros estágios da jornada filosófica cartesiana, a saber, o estranhamento inicial seguido pelo subsequente questionamento. E, neste seguimento, a de se compreender que este enfoque se mostra fundamental para uma apreciação aprimorada do percurso intelectual do filósofo para dirigir retamente o pensamento em busca da verdade epistemológica.

Juntamente, com escopo deste capítulo, além da dúvida como método, temos também como premissa elucidar a demonstração da utilização sistemática da verdade por parte de Descartes, extrapolando a mera condução de suas investigações onde admitimos com regra geral que: “não devemos nos deixar persuadir senão pela evidência de nossa razão” (Discurso do Método, 2001, p. 45). Assim, para que seja compreendido o caminho que Descartes propôs na busca de um conhecimento verdadeiro nas três primeiras *Meditações* é preciso de antemão considerar como regra de ouro que “todas as coisas que estabelecemos muito claramente e distintamente são verdadeiras” (DESCARTES 2004, p. 71). A partir disso, a hipótese de estudo, consiste, então, em demonstrar que o método para bem conduzir a razão e procurar a verdade nas ciências somente é possível com o uso da razão. Pois, é somente com ela que, segundo Descartes, teremos o instrumento capaz de conhecer a verdade.

Logo, constataremos que usando corretamente a razão é possível alcançar o indubitável.

Desse modo, o filósofo almeja evidenciar não somente o percurso inovador que empreendeu, mas também evidenciar a busca pelo conhecimento indubitável como alicerce primordial para todas as disciplinas científicas ao desvendar os fundamentos da verdade. Ademais, este exame meticuloso do método cartesiano permitirá uma compreensão mais aprofundada das etapas que resultam na busca pela verdade. Assim, através dessa abordagem, então, pretendemos não somente discernir as nuances do método cartesiano e sua influência abrangente no desenvolvimento do pensamento filosófico e científico de sua época, como também demonstrar o caminho metodológico de René Descartes na busca de um conhecimento certo e seguro nas três primeiras *Meditações Metafísicas*.

2.1 O CAMINHO DO ENTENDIMENTO VERDADEIRO: O PODER DA DÚVIDA.

Como declara René Descartes no *Discurso do método*:

> “O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: pois cada um pensa estar tão bem provido dele, que mesmo aqueles mais difíceis de se satisfazerem com qualquer outra coisa não costumam desejar mais bom senso do que têm”. (DESCARTES, 2001. p. 05).

Dentro dessa perspectiva, a Idade Moderna, que foi compreendida aproximadamente entre os séculos XV e XVII, destacou-se por promover um novo paradigma de pensamento, uma abordagem inovadora na compreensão das coisas, enraizando-se e proliferando-se pela Europa, instaurando uma nova mentalidade. As explicações de cunho religioso, anteriormente acatadas e sustentadas pela escolástica, que situavam o homem em uma condição passiva e entregue aos desígnios divinos no âmbito do pensamento, começam a declinar. Paralelamente, a consciência acerca da razão instaura uma transformação filosófica e científica de caráter revolucionário, sedimentando, assim, os alicerces do mundo moderno. Os pensadores e cientistas desse período emergem em um processo de reflexões profundas sobre o modo de existir, de viver e de perceber a realidade. Diante da conjuntura, emergem correntes de pensamento e descobertas científicas que moldam não apenas a época, mas também o curso da história intelectual e cultural da humanidade. Nessas circunstâncias, ainda que sua concepção prévia fora enunciada em uma circunstância que almejava a refutação do ceticismo e a elaboração do princípio fundamental que estabelece a distinção intrínseca entre a alma humana e o corpo, Descartes, na busca de um conhecimento genuíno e verdadeiro, decide sair a procurar no “grande livro do mundo” (Descartes, 2001, p. 13) algo mais firme e seguro. Então, o que Descartes estava a procurar é somente de um ponto fixo, isto é, ele só precisa encontrar uma única certeza que resista a generalização da dúvida para que o conhecimento seja indubitável. Conforme ele mesmo afirma:

> Arquimedes, para tirar o globo terrestre de seu lugar e transportá-lo para outra parte, não pedia nada mais exceto um ponto que fosse fixo e seguro. Assim, terei o direito de conceber altas esperanças, se for bastante feliz para encontrar somente uma coisa que seja certa e indubitável. (DESCARTES, 2004. p. 24).

Mas ao tomar essa decisão o filósofo acha-se com várias incertezas e a partir de então decide renunciar tudo aquilo que aprendeu até aquele momento como certo e inquestionável, uma vez que percebeu haver acatado muitas proposições falsas como verídicas. Além disso, o filósofo francês também chega à conclusão que tinha construído todo seu conhecimento, e, tudo que aprendeu em cima dessas falsas verdades. Diante disso, René precisa encontrar um método racional que possa dar a possibilidade de iniciar a construção de uma vereda; de uma vereda que sirva como base inabalável a um verdadeiro conhecimento a ele ou a quem aspirasse constituir algo firme e duradouro nas ciências. E é possível perceber, conforme as palavras do próprio Descartes na citação abaixo, a realização da suspensão do juízo nas *Meditações*.

> Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências. (DESCARTES, 2004, p. 20).

Isto posto, é possível verificar que a dúvida é o primeiro passo usado por ele no seu caminho metodológico em direção a vereda da verdade científica. Isso mostra que Descartes, diferente de muitas outras pessoas que vê na dúvida uma fragilidade intelectual, ao contrário, é a partir dela que o filósofo vai começar a estruturar as bases para o conhecimento correto. É na suspensão do juízo, e consequentemente admitindo que não tem certezas, que Descartes vai iniciar a solidificação do caminho para o conhecimento autêntico. E é justamente nesse ponto que Descartes se diferencia dos demais em relação às certezas estabelecidas. Pois, é justamente em razão de colocar insegurança naquilo que aprendeu e não somente aprendeu, mas inclusive edificou suas absolutas certezas, que ele vai se distinguir de outras. Com efeito, é a partir dessa abordagem que se considera a intenção de Descartes no estabelecimento das bases científicas doravante, no que diz aos seus fundamentos inteiramente sólidos e inabaláveis. Assim, o que está em jogo não é colocar em dúvida o que se mostra falso. Muito pelo contrário, a beleza do método cartesiano em relação à dúvida é colocar como incerto o que se mostra e se aceita como um conhecimento óbvio e evidente. Para melhor compreensão do que está sendo analisado, convido o

leitor a refletir em alguns momentos onde estamos blindados por diversas certezas e com elas fundamos nossas crenças cotidianas, todavia, tão somente a abandonamos quando demonstramo-nos propensos a reexaminar e até mesmo a descartar essas crenças à medida que percebemos sua insuficiência e sua falsidade. Por exemplo, em dado momento podemos ter acreditado que a Terra permanece imóvel, enquanto o Sol é que se move, ou até mesmo depositando uma confiança inquestionável na integridade de alguém que se admira. Contudo, somente depois de confrontados com evidências que contradizem tais concepções é que as mesmas são rejeitadas. Porém essa forma de proceder em relação ao conhecimento não é o que se propõe o autor das *Meditações Metafísicas.*

É em relação às certezas que o filósofo diverge de uma grande parte das pessoas, pois essa é a atitude que talvez a maioria das pessoas realizam em relação ao conhecimento verdadeiro de algo. Isto é, somente abandona e declara falsa uma ideia, um conhecimento ou qualquer coisa que seja quando aquilo que acredita não se mostrar mais como tal e, consequentemente, as pessoas estão dispostas a repetir tal processo somente em relação a outra convicção quando identifica também a falsidade. À vista disso, ainda que contendo exceções em relação às pessoas, é possível distinguir que com as nossas crenças costumeiras colocamos poucas incertezas ou às vezes até mesmo nenhuma dúvida, ou seja, estamos seguros em nossas opiniões diárias, e revisando-as apenas quando as mesmas se mostram falsas, mas o que o filósofo Francês apresenta com o ato de duvidar é uma aplicação totalmente distinta para encontrar um conhecimento seguro.

Assim, com o intuito de começar a traçar o caminho onde possa encontrar certeza em relação ao conhecimento, Descartes depois de suspender o juízo sobre as antigas crenças, se vê compelido em seguida a encontrar um conhecimento que esteja em um patamar acima das suas antigas opiniões, a partir das quais seja viável, de forma sistemática, deduzir outras verdades que, consequentemente, se apresentarão como igualmente inquestionáveis. Não obstante o sonho, no qual ele se vê investido da tarefa de erigir uma "ciência universal" (Descartes 2001, p. XXII) ter visitado seu repouso ainda na juventude, ele aguardou pacientemente até alcançar uma idade que pudesse ser considerada como plenamente favorável para sua aspiração. Logo, foi somente nesse estágio de sua vida que ele empreendeu a elaboração desse ambicioso projeto. E, para lograr tal desiderato, segundo a

perspectiva de Descartes, faz-se necessário investigar de maneira metódica todas as antigas opiniões, iniciando com aquelas que detêm em nossas mentes o caráter de serem as mais verdadeiras e que nos trazem as maiores certezas. Por consequentemente, não colocamos nenhuma dúvida a seu respeito. E, este processo se guia pelo princípio primordial que é justamente o de aceitar somente como verdadeiras as proposições nas quais não exista o menor vislumbre de razão para a dúvida. Pois somente por meio deste procedimento é factível excluir as opiniões que se demonstram incapazes de suportar o exame minucioso da dúvida.

2.2 AS PRIMEIRAS DETERMINAÇÕES DA DÚVIDA COMO SISTEMA EM BUSCA DE UM CONHECIMENTO INDUBITÁVEL

> E, para fazê-lo, não será preciso também que as percorra uma por uma, tarefa infindável, mas porque, se os fundamentos se afundam, desaba por si mesmo tudo o que foi edificado sobre eles, atacarei de imediato os próprios princípios em que se apoiava tudo aquilo em que outrora acreditei. (DESCARTES, 2004, p. 18).

Conforme René Descartes, as primeiras determinações da dúvida como método, ele sustenta que não se faz necessário abordar cada opinião individualmente, demonstrando sua incerteza ou falsidade, o que, por óbvio, seria impraticável. Em vez disso, ele propõe questionar as bases que sustentam todo esse conhecimento dos quais emanam suas opiniões e não encontrando algo claro e indubitável tudo precisa ser descartado. Pois a finalidade do sistema de dúvida consiste em identificar verdades inquestionáveis, e qualquer opinião que apresente qualquer razão para ser contestada, ainda que de maneira mínima, pode ser relegada com a mesma consideração de falsidade. Assim, caso as bases que sustentam todo esse conhecimento não se revelem claras e indubitáveis, é evidente que todas as verdades em relação ao conhecimento que delas derivam também se mostrarão da mesma forma, ou seja, partilham dessa mesma incerteza e falsidade e por isso precisam ser descartadas. Entretanto, aqueles conhecimentos que sobreviverem a essa ação, ainda que minimamente, serão usados como os alicerces sólidos nos quais todo o conhecimento será erigido. Desse modo, Conforme John Cottingham (1995, pág. 57) “a dúvida, em suma, é um meio para um fim, não um fim em si.” Nesse processo, o ato de duvidar para Descartes não vai servir somente para confrontar com a tradição medieval, a dúvida é para Descartes mais do que somente isso, a dúvida é um método e um método poderoso para buscar as bases do conhecimento verdadeiro. Nesse sentido, a aplicação de usar a dúvida até que seja capaz de encontrar algo que não possa ser passível de dúvida é importante justamente porque é com essas certezas que o filósofo pretende firmar todas as estruturas do futuro conhecimento ao passo que esse conhecimento vai estar livre justamente dos mesmos erros anteriores. Assim, as primeiras determinações da dúvida como sistema se caracterizam com o indubitável.

A respeito do indubitável, caracteriza Descartes:

> [...] mas, como então desejava ocupar-me somente da procura da verdade, pensei que precisava fazer exatamente o contrário, e rejeitar como absolutamente falso tudo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se depois disso não restaria em minha crença alguma coisa que fosse inteiramente indubitável. (DESCARTES, 2001, p. 37).

Portanto, o sistema de duvidar hiperbolicamente até que possa encontrar verdades inabaláveis tem um objetivo, e o objetivo consiste não só o de eliminar as incertezas, a dúvida cartesiana também serve como uma ferramenta metodológica para construir um sistema de conhecimento seguro e indubitável.

2.3 A DÚVIDA SOBRE AS IDEIAS QUE NASCEM DOS SENTIDOS É O PRIMEIRO NÍVEL DA DÚVIDA COMO MÉTODO

> verdade que, depois, muitas experiências foram abalando paulatinamente toda a confiança que tinha nos sentidos. Às vezes, torres que, vistas de longe, pareciam redondas, de perto mostravam-se quadradas; estátuas muito grandes, postas no alto dessas torres, vistas do chão não pareciam grandes e, assim, em inúmeros outros desses casos, depreendia eu que os juízos sobre as coisas dos sentidos externos eram errôneos. *(*DESCARTES, 2004, p. 165.)

A frequência com que nos deparamos com situações em que a percepção inicial é posteriormente retificada é uma ocorrência notável. Por exemplo, em um jogo de futebol, quando um lance de impedimento é sinalizado pelo árbitro, alguns, incluindo o juiz, podem interpretar a situação como um impedimento, ao passo que outros, ao observarem o mesmo evento, têm convicção absoluta de que não houve irregularidade. Esta discrepância de interpretação entre indivíduos em um mesmo evento evidencia a variabilidade nas percepções individuais. Consequentemente, essa disparidade de percepções gera uma complexidade considerável na obtenção de um consenso unânime acerca da veracidade do conhecimento, particularmente, quando se recorre aos sentidos como fundamento de certeza. E para esclarecer melhor essa relação de certeza e veracidade que procede precipitadamente do conhecimento sensórias, cito o próprio filósofo:

> Assim, embora vejamos o sol muito claramente, nem por isso devemos julgar que ele seja apenas do tamanho que o vemos; e podemos bem imaginar distintamente uma cabeça de leão enxertada no corpo de uma cabra, sem que por isso tenhamos de concluir que haja no mundo uma quimera, pois a razão não nos dita que o que assim vemos e imaginamos seja verdadeiro. (DESCARTES, 2001, p. 46).

E é justamente em decorrência da dificuldade e da incerteza que o conhecimento empírico proporciona que René Descartes, em sua abordagem filosófica, postula que a fundação de uma ciência universal, extensível a todas as formas de existência, não se viabilizaria mediante uma adesão incondicional às percepções sensoriais.

Note que o posicionamento cartesiano de colocar em dúvida os conhecimentos que derivam dos sentidos contraria a concepção predominante da opinião comum, na

qual a confiança nas faculdades perceptivas, a saber, visão, audição e sensação, figura como a principal e primordial fonte de informações acerca do universo circundante. Mas, é justamente negando o que parece óbvio para o senso comum que o filósofo francês empreende o exercício da dúvida, estabelecendo uma investigação meditativa cujo escopo reside na busca de um conhecimento que transcende as limitações impostas pelos sentidos. Nesse contexto, a atitude de duvidar, sob a ótica de Descartes, reveste-se de um caráter premeditado e inelutável, visto que os sentidos, nesse paradigma epistêmico, não desempenham o papel de fundamento sólido para as disciplinas científicas pois contém limitações. Ademais, é pertinente destacar que o próprio filósofo apresenta exemplificações de enganos decorrentes das percepções sensoriais: “Ora, notei que os sentidos às vezes enganam e é prudente nunca confiar completamente nos que, seja uma vez, nos enganaram” (DESCARTES, 2004, p. 23.).

Isto significa, que Descartes adota, portanto, uma postura de ceticismo em relação a todas as noções que foram previamente inculcadas em sua mente pela influência da experiência e do hábito. Pois, de modo geral, tendemos a raciocinar e agir sob a suposição de que habitamos um universo constituído por entidades físicas, cujas características nos são reveladas de forma precisa pelos nossos sentidos. Ou seja, são com sentidos que por via de regra buscamos a contestação da confiabilidade do que sabemos e conhecemos, sobretudo no que tange à capacidade de apresentar fielmente a natureza das coisas. Assim sendo, essa consciência, por assim dizer, embasada na informação sensorial, é o que nos proporciona as mais substanciais convicções em matéria de conhecimento, o que torna a incerteza uma ocorrência rara. E é precisamente em virtude dessa característica de oferecer informações indiscutíveis que Descartes opta por direcionar sua primeira investida crítica.

Incorporando essa premissa, Descartes se embrenha no caminho da dissolução de suas preexistentes concepções, visto que estas, conforme já discutido previamente, têm sua gênese vinculada aos dados sensoriais e se erigiram como alicerce de suas convicções. Mas por qual motivo esse proceder se faz imperativo? A razão reside na congruência da teoria do conhecimento medieval com o postulado de senso comum, que afirma a confiabilidade dos sentidos, que se constituía em uma

fonte idônea de saber. Dessa maneira, não surpreende o fato de Descartes empreender um minucioso escrutínio de suas crenças, priorizando, nesse contexto, aquelas que têm origem nos sentidos como alvo de sua investigação. Convém observar que o primeiro argumento por ele adotado, o argumento das ilusões sensoriais, não apenas suscita uma problematização do realismo aderente ao senso comum, mas também desafia a ortodoxia filosofia dominante tradição.

Nesse sentido, cabe salientar que, a partir deste ponto, quando Descartes se lança à aplicação de seu método, ele nutre a aspiração de desvencilhar-se das preconcepções que anteriormente erigiu como pilares de seu conhecimento. Assim, para efetuar a dissolução destas crenças arraigadas, Descartes concebe que o ponto de partida para tal empreendimento consiste na elucidação da forma pela qual essas crenças se materializaram e solidificaram em sua cosmovisão, ou seja, pelos sentidos. Não obstante, nas *Meditações sobre a Filosofia Primeira,* Descartes expõe, com minúcia, o cerne de seu argumento, conforme se segue:

> Com efeito, tudo o que admiti até agora como o que há de mais verdadeiro, eu o recebi dos sentidos ou pelos sentidos. Ora, notei que os sentidos às vezes enganam e é prudente nunca confiar completamente nos que, seja uma vez, nos enganaram (Descartes, 2004, p. 23).

Ele também expõe argumento similar a respeito da materialização e da solidificação do saber na obra *Princípios da Filosofia*, conforme segue:

> Porque fomos crianças antes de sermos homens, e porque julgámos ora bem ora mal as coisas que se nos apresentaram aos sentidos quando ainda não tínhamos completo uso da razão, há vários juízos precipitados que nos impedem agora de alcançar o conhecimento da verdade; [e de tal maneira nos tornam confiantes que] só conseguimos libertar-nos deles se tomarmos a iniciativa de duvidar, pelo menos uma vez na vida, de todas as coisas em que encontrarmos a mínima suspeita de incerteza. (DESCARTES, 1997. p. 27).

Nesse contexto, torna-se patente que o argumento, tal como delineado por Descartes, estrutura-se mediante a afirmação categoricamente assertiva de que os sentidos, por vezes, conduzem a enganos. A partir desse pressuposto, emerge uma conclusão que se desdobra na constatação de que as percepções sensoriais primordiais não ostentam a chancela da confiabilidade inquestionável. O próprio

Descartes, para sustentar essa alegação, elucida sua posição por meio da apresentação de um exemplo sobre tais enganos: “Assim, embora vejamos o sol muito claramente, nem por isso devemos julgar que ele seja apenas do tamanho que o vemos” (DESCARTES, 2001, p. 45).

Nestes e em outros casos semelhantes, os sentidos dão-nos informações contraditórias. A conclusão a tirar destes casos, pensa Descartes, é que nenhuma crença com origem nos sentidos é indubitável, uma vez que, mesmo quando os sentidos não nos enganam, o facto de às vezes nos enganarem impede-nos de ter a certeza da sua verdade. Assim sendo, os sentidos não são uma fonte de conhecimento acerca da natureza das coisas, porque nenhuma crença com origem nos sentidos, mesmo quando verdadeira, está infalivelmente justificada. Dessa forma, é possível perceber de maneira cartesiana que “os nossos sentidos não nos ensinam a natureza das coisas, mas apenas se nos são uteis ou prejudicais” (DESCARTES, 1977, p. 60).

2.4 A AMPLIAÇÃO DA DÚVIDA METÓDICA: O ARGUMENTO DO SONHO COMPROVA A INCONFIABILIDADE DOS SENTIDOS

Na busca de conhecimento certo e seguro, Descartes, em seu caminho metodológico, parte do pressuposto de que, para ser conhecer a verdade e conduzir bem a razão, ele deve se desvencilhar dos sentidos, pois o mesmo conduz ao erro; por isso o conhecimento sensível não servirá para fundar uma ciência universal, que era seu objetivo. Ou seja, para que o verdadeiro conhecimento possa se revelar é necessário retirar os obstáculos que impedem tal clareza. E um dos obstáculos que impossibilitam o acesso à verdade é justamente os sentidos. Só que ignorá-los não é algo assim tão fácil, como ele mesmo reconhece.

> Mas, ainda que os sentidos nos enganem às vezes no que se refere às coisas pouco sensíveis e pouco distantes, encontramos talvez muitas outras das quais não se pode razoavelmente duvidar, embora as conhecêssemos por intermédio deles: por exemplo, que eu esteja aqui, sentado junto ao fogo, vestido com um chambre, tendo este papel entre as mãos e outras coisas desta natureza. E como poderia eu negar que estas mãos e este corpo sejam meus? (DESCARTES, 2004, p. 24.).

Nesse contexto, é crucial compreender que a dúvida cartesiana, é, na verdade, metódica e progressiva, uma vez que se expande de forma gradual e estruturada. Sob o mesmo ponto de vista, para alcançar a verdade em relação ao conhecimento, é necessário conduzir uma análise rigorosa de todas as informações provenientes dos sentidos, expandindo-a de maneira exagerada. Assim sendo, com intuito de não ser imprudente em razão de qualquer conhecimento torna-se, segundo ele, premente instaurar um procedimento meticuloso, auxiliado através da faculdade da razão pela jornada do conhecimento indubitável. Bem como, é necessário também que cada etapa do percurso seja metódica e rigorosamente seguida para que o verdadeiro conhecimento se revele.

Todavia, na incumbência de repudiar tais dados sensoriais, o filósofo francês percebe que isso não é uma tarefa simples assim, pois a incerteza relacionada à dependência dos sentidos, quando se trata de objetos pouco perceptíveis e consideravelmente distantes do sujeito, contrasta com a hesitação em relação à existência de entidades corporais em proximidade imediata. Assim, para o filósofo, se

as percepções dos sentidos, embora suscitam incertezas em relação à confiabilidade do conhecimento em casos específicos, não podem ser generalizadas para todas as situações. Vamos analisar isso melhor.

Frequentemente, temos a veracidade das informações fornecidas pelos sentidos como indubitáveis em várias ocasiões cotidianas. Tomemos, por exemplo, a possibilidade de o leitor questionar-se de que faz agora a leitura desse texto, possivelmente, sentado, na frente de uma tela de computador. Colocar a impossibilidade dessa ação é pouco provável. Portanto, é indubitável que o leitor esteja atualmente engajado na leitura deste texto e que o ambiente circundante é real, constituindo assim um conhecimento verídico. No entanto, será mesmo assim? É possível afirmar isso com tanta exatidão?

O argumento do sonho propõe que, ao suscitar essa indagação é possível questionar as sensações em relação à forma e ao tamanho das coisas. No entanto, tal questionamento não se manifesta de maneira análoga, tampouco parece viável que nesse momento alguém possa ter dúvidas quanto à percepção nítida de estar lendo este escrito e tão pouco discernir de maneira equivocada todos os elementos que compõem o ambiente onde atualmente se encontra. A não ser que tenha algum problema intelectual, como alguém poderia hesitar em afirmar que, nesse exato instante, se encontra, possivelmente, diante de uma tela de computador, concentrado em seus próprios pensamentos na leitura deste texto. Da mesma forma, como afirmar que os sentidos o enganam quanto aos diversos objetos que o rodeia no lugar que se encontra neste instante? Diante disso, para analisar tal contestação incide a eficácia de ampliar o método da dúvida em relação aos sentidos, surgindo assim a importância do argumento do sonho comprovando a inconfiabilidade dos sentidos como resultado.

> Quantas vezes ocorreu-me sonhar, durante a noite, que estava neste lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro de meu leito? Parece-me agora que não é com olhos adormecidos que contemplo este papel; que esta cabeça que eu mexo não está dormente; que é com desígnio e propósito deliberado que estendo esta mão e que a sinto: o que ocorre no sono não parece ser tão claro nem tão distinto quanto tudo isso. Mas, pensando cuidadosamente nisso, lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões (DESCARTES, 2004, p. 25).

No contexto proposto, é possível analisar que o filósofo sustenta que a semelhança entre as percepções experimentadas em sonhos e as percepções reais demonstra que, fundamentando-se nos sentidos, é impossível estabelecer com segurança absoluta a diferenciação entre o estado de sono e o estado de vigília. Isso ocorre porque, durante um sonho, também percebemos como real todos os elementos que são específicos do conteúdo do sonho, o que impede afirmar, de maneira inequívoca, que as percepções sensoriais que experimentamos no estado de vigilância representam concretamente a realidade. Portanto, de acordo com o raciocínio de Descartes, uma análise minuciosa do método de dúvida em relação ao conhecimento sensório revela que ele também não é tão confiável e indubitável como inicialmente aparenta ser, ainda que nas coisas mais próximas de nós.

Para ilustrar esse ponto, é válido que o leitor reflita sobre a experiência de ter um pesadelo. Em um pesadelo, todas as imagens mentais parecem incrivelmente reais no momento do sonho, muitas vezes gerando uma sensação de pânico, mas ao acordar, percebemos retrospectivamente que aquilo era apenas um sonho. Assim, esse exemplo nos mostra que as representações mentais que ocorrem em um pesadelo são tão vívidas e idênticas aos objetos reais que somos levados a acreditar que o conteúdo do sonho é real. E, apenas após despertar, adquirimos a clareza de que se tratava de uma experiência fantasiosa.

Dessa forma, para Descartes, outra principal complexidade, naquilo que diz respeito ao conhecimento sensorial, se dá justamente na tendência quase que imediata de concluirmos sem hesitar de estar agora acordados, e, em virtude disso, traçarmos certezas e verdades epistemológicas sem sequer cogitar a possibilidade de estarmos imerso em um estado de sonho. É possível que pareça radical e exagerado colocar essas coisas em dúvida, contudo, como o objetivo é alicerçar o conhecimento sobre verdades inquestionáveis o resultado do princípio metodológico cético precisa ser hiperbólico. Pois, uma vez que temos percepções idênticas sonhando e acordado, o conhecimento também sobre esses quesitos precisa ser colocado em dúvida. Assim, com o objetivo de fundar um conhecimento seguro e verdadeiro, por meio desta perspectiva somos conduzidos a questionar as coisas certas que percebemos, seja visualmente, tatilmente ou por meio de qualquer sentido, uma vez que não temos a

certeza de que essas experiências representam a realidade objetiva é preciso suspender o juízo também em relação a esse ponto.

Com características semelhantes e utilizando cartesianamente a dúvida cética, uma objeção se torna imprescindível na busca por um conhecimento sólido e inquestionável: podemos afirmar com absoluta certeza que toda a nossa experiência atual é genuína, ou seria possível concluir, por meio de uma análise mais detalhada, que todas as percepções não passam de uma ilusão dos sentidos? Analisar essa questão é fundamental, pois é exatamente isso que o argumento de Descartes pretende mostrar em relação à inconfiabilidade dos sentidos. Ele revela que ao compararmos apenas esses pensamentos entre si, a distinção entre o sonho e a realidade não pode ser estabelecida como um conhecimento seguro. Pois, se bem analisadas, essas duas perspectivas levam a resultados distintos. E, uma vez que Descartes busca um conhecimento incontestável, é crucial considerar a diferença entre estar convencido da verdade de algo e possuir uma certeza absoluta dessa verdade. Portanto, é necessário ponderar não apenas o que constitui o conhecimento de algo, mas também o que leva a conclusões discrepantes quanto à certeza de algo. Assim, devido a essa circunstância, conclui-se que somos incapazes de afirmar com precisão a veracidade de nossos pensamentos presentes. Isso, por sua vez, nos impede de afirmar que possuímos conhecimento ou sabedoria, uma vez que, como mencionado anteriormente, para Descartes, apenas o que possui uma certeza inabalável pode ser considerado conhecimento válido.

Nesse contexto, o argumento do sonho é crucial ao seguir o método na busca por um conhecimento certo e seguro. Descartes percebe uma situação de insegurança em relação às nossas percepções que supostamente refletem a realidade quando comparadas ao conteúdo de certos sonhos. A semelhança entre essas percepções é tão marcante que, mesmo ao distinguir o que representa a realidade do que não faz parte dela, a certeza absoluta sobre essa distinção permanece inalcançável ao considerar ambas as perspectivas. Como consequência dessa incerteza, o conhecimento obtido pelos sentidos não pode sustentar de forma sólida o objetivo proposto pelo filósofo, e, consequentemente, não pode ser considerado válido para o propósito de conhecimento indubitável.

Nesse contexto, mesmo quando o leitor acredita que firmemente está neste momento lendo esse texto, não pode estar absolutamente certo de que isso de fato está acontecendo se o argumento do sonho for analisado de forma cartesiana. Todavia, em mentes mais questionadoras é possível que algumas objeções possam estar sendo feitas, e assim toda essa incerteza em relação à realidade seria muito improvável. Com efeito, é importante ressaltar que, embora mesmo não concedendo créditos a probabilidade de tal ocorrência ou o leitor não esteja considerando essa hipótese verossímil nesse instante, é preciso ficar esclarecido, no entanto, que o que está em jogo no argumento do sonho não é o de proporcionar confusão na mente das pessoas entre os esses dois estados, pois tal opinião não tem influência na qualidade do argumento do filósofo moderno. O que está em jogo nesse argumento vai muito além disso. O argumento do sonho tem a serventia de analisar, através da dúvida cética cartesiana, a impossibilidade das verdades que partem dos sentidos. Logo, a qualidade do argumento para Descartes “depende apenas da possibilidade de algo ser verdade, não de que o seja efetivamente” (NUNES, 2017, p. 03).

Assim, se existe uma possibilidade metódica do leitor estar em estado de sono e imerso em um sonho, então não é possível afirmar com inabalável certeza de que o mesmo está a efetuar a leitura desta dissertação. E, portanto, é razoável concluir que a extensão da dúvida metódica, que se origina do argumento do sonho, corrobora a falta de confiabilidade dos sentidos não somente em relação às coisas distantes de nós, como também aquelas que percebemos de maneira mais próxima. Dessa forma, é razoável inferir que se o argumento das ilusões dos sentidos suscita questionamentos sobre a nossa certeza em relação ao conhecimento, então o conhecimento sensorial não pode servir como sustentação para que o objetivo cartesiano seja alcançado.

Com efeito, ao estender a dúvida tanto para objetos distantes quanto para aqueles próximos ao sujeito, o argumento dos sonhos oferece uma resposta à dificuldade de discernir a verdade. Pois ele chama a atenção para a inexistência de critérios claros que permitem distinguir com clareza entre o estado de vigília e o estado de sonho. Isso culmina na dificuldade de conhecer de forma clara e verdadeira várias coisas pela experiência. Assim sendo, conforme Descartes, se não posso afirmar com certeza absoluta que não estou em um estado de sonho, também não posso garantir

a veracidade de nenhuma opinião originada na experiência. Consequentemente, a experiência não pode ser considerada uma fonte de verdades indubitáveis para o projeto cartesiano. Assim sendo, para que - *o conhecimento da verdade: o caminho metodológico de René Descartes na busca de um conhecimento certo e seguro nas três primeiras meditações metafísicas* - seja alcançado, uma primeira determinação já está estabelecida: a experiência precisa ser excluída, pois o conhecimento empírico não tem eficácia na busca do conhecimento indubitável.

2.5 A DÚVIDA SOBRE AS IDEIAS QUE NASCEM DA RAZÃO E AS RELAÇÕES MATEMÁTICAS COMO VERDADES PROVISÓRIAS.

A análise dos sentidos revela sua propensão ao engano. Por exemplo, ao observarmos o movimento aparente do sol, percebemos algo que sabemos não corresponder ao conhecimento científico aceito. Além disso, o argumento dos sonhos sugere que os sentidos não são completamente confiáveis não apenas quando se trata de realidades distantes, mas também das realidades que estão ao nosso retor. Neste caco, mesmo que seja naturalmente desafiador questionar a leitura detalhada deste texto neste momento, o método cético de dúvida de Descartes pode abalar essa sensação aparentemente segura e inquestionável, levando-nos de volta ao ponto inicial de completa incerteza. Assim, essas inferências evidenciam que os conhecimentos derivados dos sentidos não são adequados para estabelecer certezas sólidas e seguras. Logo, para alcançar um conhecimento firme e constante, segundo Descartes, é necessário rejeitar qualquer informação ou verdade fundamentada nos sentidos, como já discutido. Em síntese, para que a verdade cartesiana se revele, o primeiro passo em nossa investigação é claro: é essencial descartar todo conhecimento ou verdade baseada nos sentidos.

Depois que a crença sensorial se mostra ineficaz na busca de certezas, Descartes prossegue analisando outra fonte de representação mental, a saber: a razão. Assim, o método cartesiano da dúvida vai dirigir seu foco sobre as ideias racionais. Logo, o filósofo analisará se assim como os sentidos aquilo que parte da razão também é fonte de conhecimento dubitável. E, uma fonte de conhecimento, que parte da razão, é o caso por exemplo das ideias matemáticas. Dessa maneira, não somente será analisado se a razão suporta e não desfalece com a dúvida hiperbólica cartesiana como também se a partir dela é possível construir todo verdadeiro conhecimento científico. Conforme Descartes:

> [...] a Aritmética, a Geometria e outras ciências dessa natureza, que não tratam senão de coisas muito simples e muito gerais, sem cuidarem muito em se elas existem ou não na natureza, contêm alguma coisa de certo e indubitável. Pois quer eu esteja acordado, quer eu esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o número cinco e o quadrado nunca terá mais do que quatro lados; e não parece possível que verdades tão patentes possam ser suspeitas de alguma falsidade ou incerteza. (DESCARTES, 1983. p. 87).

Depois de aplicar o método da dúvida em tudo que tinha aprendido até aquele momento da vida, parece, por fim, que Descartes identifica um tipo de ideia que não suscita dúvidas, uma vez que as ciências exatas não dependem dos sentidos, mas exclusivamente da razão. Porquanto, “a geometria que serve como espécie de modelo para todo conhecimento” (COTTINGHAM, J. 1993, p. 73) e a Aritmética fornecem a evidência, o conhecimento claro e distinto, e as de certezas estabelecidas por ele no início da sua jornada estão fixadas.

Para melhor compreensão, usamos o exemplo simples, mas que é de extrema clareza, 1 + 1 = 2. Nessa equação está justamente a expressão daquilo que Descartes encontra na citação acima. Pois, ao realizar tal operação matemática, o resultado não depende absolutamente de nada que está contido na experiência. O resultado correto dessa operação depende unicamente do intelecto. Ainda que o leitor esteja sonhando ou acordado o resultado é sempre 2 de qualquer forma ou em qualquer circunstância. A não ser que o sujeito não use de forma correta a razão, qualquer pessoa, em qualquer lugar, em qualquer tempo, racionalmente encontrará evidentemente o conhecimento claro e distinto do resultado 2. Assim, ao levar a dúvida metódica até as ideias racionais o filósofo encontra nela a primeira certeza indubitável. Pois, o que provém da razão, como a geometria e a aritmética, é perfeitamente o que se mostra não somente evidente como também claro e distinto, e consequentemente, resultando na verdade.

Dessa forma, concluímos a partir daqui duas ideias essenciais para o conhecimento verdadeiro cartesiano: para que o conhecimento verdadeiro se revele, é preciso retirar todo ou qualquer ideia que parta da experiência; pois, ao somar por exemplo 1 + 1, o resultado não depende se esse 1 é maçã ou laranja, ou seja, o resultado certo não depende em nada daquilo que conhecemos empiricamente, sendo assim, o resultado encontrado nessa equação é puramente intelectual; e a segunda coisa até aqui já esclarecida é o usar a razão como fonte de conhecimento seguro, pois ela é a única que se mostra clara e evidente e o conhecimento que se mostra claro e evidente já definimos cartesianamente como critério de verdade. Visto que se pensarmos, por exemplo, em um quatro, não importa se ele é preto ou branco, grande ou pequeno, se tem cheiro ou não, o conhecimento de quadrado não depende da experiência e sim se racionalmente chegamos ao resultado de um polígono de quadro

lados iguais, com ângulos congruentes de 90°, em que sua área é calculada através da multiplicação da base vezes a altura. Portanto, o conhecimento que parte da razão, como por exemplo a matemática, é um conhecimento que traz certeza pois é um conhecimento evidente; e o que é evidente é aquilo que se mostra claro e distinto; e o conhecimento que possui essas prerrogativas são de fato verdadeiro; logo, conclui-se que é possível sustentar todo o edifício epistemológico sobre as bases da razão.

2.6 O ARGUMENTO DO DEUS ENGANADOR ANULA A VERDADE QUE PROVÉM DA RAZÃO.

Para ter segurança que a razão serve de fato para a sustentação da verdade, o filósofo Moderno vai ampliar seu ceticismo metodológico também às certezas encontradas na razão, consequentemente, precisará também atacar a geometria e a aritmética com a dúvida. Isso se dá por duas razões óbvias: primeiro porque a dúvida é hiperbólica; assim é preciso ir até às últimas consequências, e generalizar todo o conhecimento a ponto de encontrar bases sólidas que possam servir de edificador do estabelecimento de algo firme e constante nas ciências que era seu objetivo primordial. A segunda razão de colocar o conhecimento racional à prova é justamente o de não cometer o mesmo erro que a filosofia do período anterior cometeu. Quando a verdade científica medieval, constituída em aproximadamente dez séculos de filosofia "procedente de Aristóteles. Qualitativa, descritiva e classificatória, de intenção contemplativa, ela se baseava na ideia de que o mundo forma uma totalidade finita, ordenada" (DESCARTES, 2001. p. XIV) se esfarelou e se mostrou falha com o desdobramento científico Moderno.

Porém, como Descartes vai colocar em dúvida ou mostrar falseabilidade do conhecimento que segundo ele é tão evidente, tão claro e tão verdadeiro como as ciências geométricas e aritméticas uma vez que esse conhecimento não depende da experiência? A não ser que use incorretamente a razão, como ele poderia suspeitar de obter dois como resultado ao realizar a soma de uma unidade mais uma unidade? Para duvidar dessa ciência tão exata e tão racional o filósofo vai propor o argumento do Deus enganador.

> Todavia, há muito que tenho no meu espírito certa opinião de que há um Deus que tudo pode e por quem fui criado e produzido tal como sou. [...] mesmo, como julgo que algumas vezes os outros se enganam até nas coisas que eles acreditam saber com maior certeza, pode ocorrer que Deus tenha desejado que eu me engane todas as vezes em que faço a adição de dois mais três, ou em que enumero os lados de um quadrado, ou em que julgo alguma coisa ainda mais fácil, se é que se pode imaginar algo mais fácil do que isso. (DESCARTES, 1983. p. 87).

Segundo o filósofo de que modo, então, poderá não aceitar como válido o resultado dado como correto em uma operação aritmética e geométricas, ou questionar a clareza dos raciocínios matemáticos já que tais proposições são

incontestáveis quando se trata de sua precisão e clareza? O modo de refutar esse conhecimento é justamente com a existência de um Deus que reúne em si a qualidade de ser onipotente e com característica enganadora. E, sob essa definição, com a existência de um Deus com essas características surge a possibilidade de que tenhamos sido criados de tal maneira que nossos processos de julgamento resultem em enganos, mesmo em relação a aspectos que aparentam uma evidência incontestável. Assim sendo, independentemente do grau de certeza de que Descartes possa ostentar a respeito de um determinado domínio do conhecimento, notadamente o campo matemático, a existência de um ser criador e onipotente, como Deus, sugere que tal entidade detém uma capacidade de tê-lo concebido de maneira intrinsecamente enganosa. Consequentemente, isso implica que o próprio Descartes, assim como qualquer pessoa, estariam suscetíveis a um engano permanente, levando-os a acreditar, por exemplo, que 1 + 1 é igual a 2, quando, na realidade, essa proposição seria ilusória. Portanto, por meio do argumento do Deus enganou, todas as ideias, provenientes tanto dos sentidos quanto da razão, emergem como passíveis de serem fraudulentas e, por conseguinte, carentes de fundamento inabalável.

2.7 A UNIVERSALIZAÇÃO DA DÚVIDA COM O ARGUMENTO DO GÊNIO MALIGNO

Como analisado anteriormente, o argumento do Deus enganador coloca entre parênteses as certezas que provém da razão. Todavia, uma objeção é possível em mentes mais reflexivas: mas Deus é a máxima expressão do amor e, consequentemente, não teria tal qualidade enganadora, diria um religioso. Além disso, Deus não passa de uma invenção humana, uma mitologia para aqueles, como por exemplo os ateus. Dessa forma, Descartes, além de ter que enfrentar os céticos na busca do conhecimento verdadeiro, percebe que seu argumento pode perder força entre os teólogos que caracterizam Deus de outra forma e também entre aqueles que não acreditam na existência de tal divindade. Porém, para contornar tanto as convicções dos mais fervorosos crentes quanto as dos mais céticos, Descartes concebeu um último e persuasivo planejamento para submeter tudo à suspeita: trata-se do argumento do "gênio maligno". Este ente, ao contrário de Deus concebido como perfeito e benevolente pelos fiéis e teólogos, seria dotado de imenso poder e astúcia, capaz de induzir qualquer indivíduo a se iludir e se enganar sobre todas as coisas. Por conseguinte, alcança-se a universalização da dúvida, na medida em que o mundo é colocado sob análise.

> Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte de verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda a sua indústria em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos são apenas ilusões e enganos de que ele se serve para surpreender minha credulidade. Considerar-me-ei a mim mesmo absolutamente desprovido de mãos, de olhos, de carne, de sangue, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas essas coisas. (DESCARTES, 1983. p. 89).

É pertinente esclarecer o que está em questão para René Descartes nesse argumento imaginativo não é o fato de acreditar na existência ou não de Deus. A eficácia do argumento do gênio maligno reside no seu caráter metodológico, uma vez que por meio dele, o filósofo é capaz de manter uma vigilância constante sobre seu próprio pensamento. Assim sendo, tal vigilância visa impedir que ele ceda à tentativa de acolhimento de qualquer noção como verdadeira sem a fundamentação devida. Logo, este ceticismo constante é a mola propulsora que conduz Descartes na busca ininterrupta por algum conhecimento que seja, de fato, inquestionável e evidente. “O

gênio, em outras palavras, é um elemento artificial introduzido para auxiliar o meditador a persistir na suspensão de suas confortáveis crenças habituais” (COTTINGHAM, J. 1993, p. 71). Ou seja, o argumento imaginativo em questão pode ser compreendido, consequentemente, como uma representação simbólica de qualquer entidade, indivíduo ou conceito capaz de extraviar nosso discernimento. Assim sendo, a importância de manter tal postura reside na prevenção da prontidão em aceitar, de forma precipitada, como definitiva e inquestionável, uma ideia de que, na realidade, permanece incerta, podendo resguardar a mente de falsas convicções, incentivando, assim, uma abordagem mais criteriosa e fundamentada na busca por conhecimento seguro e indubitável.

2.8 O COGITO: A ÚNICA VERDADE INDUBITÁVEL

Envolvido de total incerteza, uma vez que agora nem a razão e muito menos os sentidos são capazes de fornecer verdades inquestionáveis, Descartes segue meditando até que possa encontrar algum tipo de conhecimento verdadeiro para que assim possa estabelecer um conhecimento firme e constante. Porém, ao seguir essa via sem abrir mão do comprometimento com dúvida hiperbólica.

> Suponho, portanto, que todas as coisas que vejo são falsas; persuado-me de que jamais existiu de tudo quanto minha memória repleta de mentiras me representa; penso não possuir nenhum sentido; creio que o corpo, a figura, a extensão, o movimento e o lugar são apenas ficções de meu espírito. O que poderá, pois, ser considerado verdadeiro? Talvez nenhuma outra coisa a não ser que nada há no mundo de certo. (DESCARTES, 1983. p. 91).

Diante da citação será que nenhum conhecimento verdadeiro é possível? Os céticos tem mesmo razão: não é possível chegar a uma conclusão definitiva verdadeira. Nesse contexto, o objetivo de Descartes, em estabelecer um conhecimento verdadeiro e constante, chega ao fim. O método cartesiano de duvidar foi longe demais ao colocar o conhecimento dos sentidos e das razões como incertos e não confiáveis? Não. É a resposta para todas essas perguntas. O objetivo da dúvida exagerada não é mostrar que conhecimento verdadeiro não existe e sim suspender o juízo sobre suas certezas até que encontre algo claro e evidente. Assim, diferente dos céticos que defendiam a impossibilidade da verdade, o propósito de Descartes contrasta diretamente com o ceticismo. Dessa forma, a dúvida hiperbólica representa, na realidade, um estágio transitório dentro da estratégia cartesiana para estabelecer a existência de verdades incontestáveis. A metodologia de Descartes, conduzindo-o até a primeira verdade desse gênero a partir da dúvida, é descrita da seguinte maneira:

> Eu então, pelo menos, não serei alguma coisa? [...] Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda a sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. (DESCARTES, 1983. p. 100).

Com essa perspectiva, Descartes observa que, caso um ente enganador o submeta a enganos, ele, isto é, Descartes, necessariamente possuía uma existência

enquanto era objeto desses enganos. Além disso, no exercício do ceticismo, ele também deveria ser algo que existia enquanto questionava, ainda que desprovido de uma entidade corpórea. Esta reflexão é de forma mais concisa e sintetizada em sua obra "Discurso do Método":

> [...] ao passo que, se apenas eu parasse de pensar, ainda que tudo o mais que imaginara fosse verdadeiro, não teria razão alguma de acreditar que eu existisse; por isso reconheci que eu era uma substância, cuja única essência ou natureza é pensar, e que, para existir, não necessita de nenhum lugar nem depende de coisa alguma material. (Descartes, 2001. p. 38-39).

O argumento proposto por Descartes consiste na seguinte linha de raciocínio: embora todas as opiniões que abarque seu sistema de conhecimento estejam sujeitas a dúvidas e possam ser, em última instância, duvidosas ou falsas, como a própria atividade da dúvida propõe, há, no entanto, uma assertiva que não pode ser questionada em termos de sua veracidade, a saber, que ele existe como o praticante de todos esses questionamentos. Nessa perspectiva, o filósofo observa que, caso um ente enganador o submeta a enganos, ele, isto é, Descartes, necessariamente possuía uma existência enquanto era objeto desses enganos. Do mesmo modo, com ato de dúvida, Descartes também deveria possuir uma existência que subsistirá enquanto duvidava, independentemente da presença de um corpo. Diante desse contexto, emerge como uma verdade incontestável: sua existência pessoal. Assim, é estabelecida como uma verdade indubitável. Ademais, o *Cogito* além de trazer uma existência e um conhecimento verdadeiro, Cottingham, através da citação abaixo, mostra que ele é de extrema importância para a metafísica e para epistemologia cartesiana.

> Na superfície, a máxima geralmente usada para resumir sua posição - “Penso logo existo” - parece tão óbvia e desinteressante quanto a afirmação de que peixes não precisam de bicicletas. A máxima nem mesmo surge com Descartes uma vez que Agostinho o antecipa. Descartes, admite que sua posição é óbvia, dizendo-nos que sua máxima é “tão simples e natural que poderia ter ocorrido a qualquer escritor” (carta de novembro de 1640, AT II 24: CSMK 159). Ainda assim, a afirmação de certeza sobre o seu pensamento e existência feita por Descartes é extremamente importante, tanto para epistemologia quanto para a sua metafísica, e, quando vamos além de uma leitura superficial do texto, sua explicação de como ele obtém essa certeza revela se um dos aspectos mais desconcertantes de sua filosofia. (COTTINGHAM, 2009. p. 172- 173).

Ressalta-se que o próprio ato de pensar, independentemente dos conteúdos mentais envolvidos, emerge como uma dimensão à prova de dúvida, mesmo para aquele que está engajado no ato da dúvida metódica. Pois, ao tentar questionar a presença do pensamento no momento exato em que se realiza uma dúvida, é rapidamente constatado que a dúvida, enquanto operação mental, pressupõe a atividade do pensamento. Uma vez que a existência do pensamento é inequívoca, visto que é impossível dissociar a dúvida da própria atividade mental. E a partir dessa reflexão, Descartes formulou uma das proposições mais renomadas na história da filosofia, a célebre frase "Penso, logo existo", frequentemente referida como o "cogito", uma versão reduzida da expressão latina "Cogito, ergo sum." Dessa maneira, ao percorrer o caminho metodológico delineado por René Descartes nas três primeiras *Meditações Metafísicas*, emerge uma verdade inquestionável: a existência de um ente definido como uma "coisa que pensa" enquanto está envolvido no ato do pensamento. Descartes, mesmo diante da dúvida hiperbólica de que o impede de concluir inequivocamente a existência de uma substância material, pode afirmar com clareza e evidência a presença de uma entidade pensante. Diz René Descartes no Discurso do Método (2001, p.39) " vejo muito claramente que para pensar é preciso existir, julguei que podia tomar por regra geral que as coisas que concebemos muito clara e distintamente são todas verdadeiras". Consequentemente, a afirmação "cogito, ergo sum" revela-se como uma verdade absoluta, uma vez que uma dúvida, mesmo quando levada aos limites mais extremos e radicalizados, não é capaz de negá-la. Nesse sentido, como o próprio título da segunda meditação declara "sobre a natureza da mente humana: que ela é mais conhecido que o corpo" (2004, p.41).

Descartes mostra essa distinção, entre a certeza do pensamento e as coisas sensíveis, em outras obras. Abaixo é possível averiguar, na obra *A busca da verdade pela luz natural,* essa distinção.

> De fato, eu nem mesmo sei se possuo um corpo; vós me mostrastes que é possível duvidar disso. Possa acrescentar que não sou capaz de negar absolutamente que possuo um corpo. Contudo, mesmo que mantenhamos essas suposições intactas, isto não me impedirá de estar certo de que eu existo. Ao contrário essa suposição simplesmente reforçam a certeza da minha convicção de que eu existo e não sou um corpo. De modo, se eu tivesse dúvidas sobre meu corpo, teria também dúvidas sobre mim mesmo, e não posso ter dúvidas sobre isso. Estou absolutamente convicto de que existo, tão convencido que é para mim totalmente impossível duvidar disso. (DESCARTES, 2018. p. 170).

Descartes também faz o mesmo esclarecimento a respeito da certeza do *Cogito* no *Discurso do Método*:

> Depois, examinando atentamente o que eu era e vendo que podia fingir que não tinha nenhum corpo e que não havia nenhum mundo, nem lugar algum onde eu existisse, mas que nem por isso podia fingir que não existia; e que, pelo contrário, pelo próprio fato de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas, decorria muito evidentemente e muito certamente que eu existia. (DESCARTES, 2001. p. 38).

É possível destacar a mesma conclusão de Descartes também nas *Meditações*:

> Por conseguinte, a partir disso mesmo que eu saiba que existo e, ao mesmo tempo, não note que totalmente nada pertence à minha natureza ou essência senão que sou coisa pensante ou uma substância cuja essência ou natureza inteira não é senão pensar*, concluo retamente que minha essência consiste em que sou somente coisa pensante. (DESCARTES, 2001. p. 169).

Nos *Princípios,* Descartes também mostra a certeza do *Cogito* como um conhecimento claro e distinto:

> Também me parece que este é o meio mais adequado para conhecer a natureza da alma enquanto substância completamente distinta do corpo. porque, examinando o que somos, nós, que pensamos agora, estamos persuadidos de que fora do pensamento não há nada que seja ou exista verdadeiramente, e concebemos claramente que, para ser, não temos necessidade de extensão, de figura, de estar em qualquer lugar, nem de outra coisa que se possa atribuir ao corpo, e que existimos apenas porque pensamos. Por conseguinte, a noção que temos de alma ou de pensamento precede. a que temos de corpo, e esta é mais certa visto que ainda duvidamos que no mundo haja corpos, mas sabemos seguramente que pensamos. (DESCARTES, 1977. p. 29).

É de suma importância compreender que a proposição "Eu penso, logo existo", é uma verdade à qual foi alcançado através do intelecto, foi um percurso trilhado pela razão, haja vista que é uma faculdade da razão e não os sentidos que nos confirmam nossa própria existência como um fato indubitável. A partir dessa constatação, emergem duas lições cartesiana essenciais: em primeiro lugar, que o conhecimento que emana da faculdade intelectual não apenas ostenta a qualidade da verdade, uma vez que se apresenta de maneira clara e distintiva, mas também, desfruta da prerrogativa de ser imune a questionamentos. Nesse sentido, o cogito, por ser uma intuição pura da mente, assume a natureza de uma verdade inquestionável. Adicionalmente, o cogito funciona como um paradigma de pensamento que viabiliza

o reconhecimento de outras verdades indubitáveis, constituindo a base a partir da qual o edifício do conhecimento se erige. Assim, ao refrear como verdadeiro qualquer coisa que não se apresente na razão com evidência absoluta, Descartes se posicionou como um racionalista, marcando uma ruptura com o pensamento medieval aristotélico que, outorgava aos sentidos o papel primordial na gênese do conhecimento.

Com efeito, para que se alcance o conhecimento da verdade no contexto do caminho metodológico proposto por René Descartes nas três primeiras *Meditações Metafísicas*, uma primeira deliberação já se encontra estabelecida: a experiência deve ser armazenada, visto que o conhecimento empírico, por sua propensão a introduzir incertezas, não possui eficácia na busca pelo conhecimento indubitável. Ademais, uma segunda determinação em direção ao mesmo desígnio se apresenta: tudo o que emana da razão constitui um conhecimento genuíno, uma vez que se mantém aderente às ideias claramente evidentes. Nesse sentido, ao "proclamar a supremacia da razão e da verdade, impede-se a submissão a qualquer autoridade que não esteja fundamentada na razão e na verdade" (KOYRÉ 1982, p. 93).

Nesse nível, entretanto, de seu itinerário epistemológico, Descartes é solipsista. Ele só tem certeza de seu ser, isto é, de seu ser pensante. Diante da total incerteza do resto a segunda tarefa agora é trazer de volta todo conhecimento que foi descartado através da dúvida para que ele não caia no solipsismo (teoria na qual nada existe fora do pensamento individual). Para isso, ele vai pensar em algo que possa garantir, não somente, sua existência, mas também todas as coisas que o cerca. Esse algo é Deus. Porém, para isso, ele tem que ter certeza que Deus existe, pois do contrário nada vai ter realidade a não ser o *cogito*. E ainda, essa certeza não pode ser a partir de um conhecimento baseado na fé ou nos sentidos, ela tem que ser uma reflexão puramente intelectual como propôs desde o início de seu método.

2.9 CRÍTICA AO COGITO

Descartes sofreu muitas críticas em relação às *Meditações*. Muitas objeções foram feitas e ainda são realizadas pelos seus críticos. Diante disso, um dos problemas levantados é a respeito do *cogito*. E o problema que foi levantado pelos seus críticos consiste em dizer que Descarte ao se propor a duvidar hiperbolicamente de todas as coisas para poder estabelecer algo preciso e duradouro no campo científico não usou do mesmo rigor metodológico em relação ao *cogito.* Ou seja, o ceticismo realizado pelo filósofo não é tão hiperbólico como aparenta uma vez que ele não usou da mesma rigidez em relação à substância pensante. Dessa forma, o *cogito* deveria também passar pela dúvida geral estabelecida inicialmente pelo seu método. Diante das críticas que foram realizadas cito a que foi realizada pelo empirista Hume nas *Investigações sobre Entendimento Humano*:

> Há uma espécie de ceticismo, antecedente a todo estudo e toda filosofia, muito recomendado por Descartes e outros como a suprema salvaguarda contra o erro e o julgamento precipitado. Ele prega uma dúvida universal não apenas sobre nossos anteriores princípios e opiniões, mas também sobre nossas próprias faculdades, de cuja veracidade, dizem, devemos nos assegurar por meio de uma cadeia argumentativa deduzida de algum princípio original que não tenha a menor possibilidade de ser fraudulento ou enganoso. Mas nem existe qualquer princípio original desse tipo, dotado de uma prerrogativa sobre outros que são auto-evidentes e convincentes nem, se existisse, poderíamos avançar um passo além dele, a não ser pelo uso daquelas próprias faculdades das quais se supõe que já desconfiamos. A dúvida cartesiana, portanto, se fosse alguma vez capaz de ser atingida por qualquer criatura humana (o que obviamente não é), seria totalmente incurável, e nenhum raciocínio poderia jamais levar-nos a um estado de segurança e convencimento acerca de qualquer assunto (HUME, 2004, p. 204).

Na objeção citada, Hume declara que o ceticismo proposto para alcançar um princípio original, visando qualquer pessoa a não cai no erro ou tomar como verdade algum conhecimento de forma precipitada não é possível de ser atingido, uma vez que diante de uma dúvida hiperbólica e tão geral, não somente cairíamos em um vazio cognitivo total acerca de qualquer coisa, como também levaria a impossibilidade de qualquer conhecimento. Segundo Hume, conforme o ceticismo proposto por Descartes, o *cogito* para ser classificado como um conhecimento original precisa ser fundamentado por outro conhecimento também original, ou seja, por um conhecimento que não tenha a menor possibilidade de ser fraudulento ou enganoso.

Porém, para que isso seja possível esse outro conhecimento original que valida o *cogito* precisa também passar pelo mesmo ceticismo proposto pelo próprio método cartesiano ao ponto de fundamentar o conhecimento posterior, e assim por diante, caindo em um círculo lógico perpétuo de validação.

Perante exposto, a primeira coisa a ser analisada é que tipo de ceticismo Descarte está tratando e qual o objetivo tem com ela nas *Meditações*. Sobretudo, embora Descartes seja geralmente denominado como um filósofo cético, o ceticismo cartesiano nas *Meditações* tem o propósito servir de ferramenta auxiliadora para construção do seu método e não como um instrumento que traga impossibilidade de qualquer certeza cognitiva. Assim, o tipo de ceticismo realizado por Descartes tem por finalidade fundamentar-se como dispositivo não somente para reavaliar o conhecimento como também servir de auxílio para reconstruir o conhecimento filosófico da época, levando dessa maneira o ceticismo cartesiano a se diferenciar dos filósofos céticos “tradicionais”. Para mais, o ceticismo cartesiano tende a proporcionar ao método cartesiano a aplicabilidade de suspensão do juízo antes mesmo de tomar algo como certo, tendo o objetivo de estabelecer na ciência algo firme e constante. Uma vez que, no período de Descartes, proceder ceticamente se fazia necessário visto que o conhecimento científico passava por diversas transformações.

Diante dos fatos, ao analisar o tipo de ceticismo que Descarte está tratando e qual o objetivo tem com ele nas *Meditações*, é possível, dentre outras possibilidades, mencionar que o tipo de ceticismo praticado pelo filósofo Moderno é um tipo de ceticismo que tem a intenção metodológica. Uma vez que tem como propósito servir de aparelho que possibilita a suspensão do juízo, porém, uma suspensão de juízo em busca da clareza e da distinção. Assim, é possível também abarcar que o procedimento cético cartesiano não serve como ferramenta para uma total incredulidade do saber ao ponto de formar um regresso infinito de dúvida. Ou seja, o ceticismo cartesiano tem a finalidade de servir como dispositivo para reconstrução do conhecimento, uma vez que esse era uns dos seus principais objetivos nas *Meditações* e não ao contrário. Dessa maneira, o ceticismo cartesiano tem um limite e o limite, está exatamente ao encontrar um conhecimento certo e seguro. E, o exemplo disso, é justamente o *cogito*. Logo, ao *cogito* não seria adequado à dúvida geral cartesiana, porque esse conhecimento é um conhecimento claro e evidente, um

conhecimento puro da razão. Quem colocou esse procedimento como critério? Quem foi que determinou isso? Resposta: foi o próprio filósofo francês nas *Meditações*. Para melhor analisar essa questão, vejamos o que é relatado a respeito do ceticismo e uso da razão na citação a seguir:

> A solução apresentada ao problema exposto por ele mesmo, que tinha por finalidade representar a ânsia dos pensadores daquela época, consistia na demonstração da capacidade da razão em se auto-afirmar, mesmo em um estado de ceticismo completo. A máxima esboçada no “penso, logo existo” foi a maior prova para Descartes da vitória do uso adequado da razão sobre as dúvidas filosóficas inculcadas pelos céticos e fideístas renascentistas (Zimmermann, 2004, p. 01).

E esse foi o critério estabelecido no início das *Meditações* que limita o ceticismo pois caso contrário cairia em círculo infinito de dúvida.

> Para esclarecer o ceticismo cartesiano cito o procedimento dos filósofos céticos: "Ao renunciar a todas as minhas crenças, tive o cuidado de tomar como exceção todas as questões relativas à fé e à moral em geral. Além disso, a [proposta] renúncia às crenças aplica-se somente àqueles que ainda não perceberam nada de forma clara e distinta. Os céticos, para quem tal renúncia é o mais comum, *qual* céticos, jamais perceberam qualquer coisa claramente; pois o próprio fato de ter percebido algo claramente implicaria deixar de ser cético" (Sétimas Respostas, AT VII476-7: CSM II321, *apud* COTTINGHAM, 1993, p. 28).

Diante disso, segundo o filósofo francês a certeza do pensamento com o *cogito* está garantida através de uma operação intuitiva que consiste em estabelecer verdades universais, pois ela é puramente intelectual e não depende de coisas externas. Em suma, das coisas da mente segundo ele não se pode duvidar.

> E, notando que esta verdade — *penso, logo existo* — era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não eram capazes de abalar, julguei que podia admiti-la sem escrúpulo como o primeiro princípio da filosofia que buscava. (DESCARTES, 2001. p. 38).

Não obstante, surgem argumentos do tipo: será que a convicção a respeito do *Cogito, ergo sum* também não é contrária à verdade, pois quem pode garantir que a primeira certeza encontrada também não é falsa se levarmos em consideração que o primeiro passo do método é o de colocar tudo em dúvida de forma exagerada. Questionar se ele poderia está errando em afirmar *penso, logo existo*, uma vez que se a dúvida é hiperbólica, não somente deveria colocar até mesmo o seu método em

dúvida, como também a sua determinação racional em dúvida. A Resposta é não, não seria possível nenhuma das possibilidades, se levar em consideração aquilo que já foi analisado. Todavia, para esclarecer melhor, vamos continuar analisando o porquê. Primeiramente precisamos analisar duas coisas: temos que ter clareza sobre o fato que a dúvida cartesiana é uma doutrina que defende a possibilidade de atingirmos a verdade. Ou seja, não é um ceticismo pirrônico onde não haveria critério seguro para se chegar a uma verdade estável. O que Descartes propõe é uma dúvida organizada, com um método para alcançar um objetivo. Isso está implícito em várias obras do filósofo Moderno, vejamos algumas:

> Pois, dado que eles não são suficientes para deixá-lo satisfeito, eles devem ser simplesmente ruins, e eu os tomo por uma casa mal construída, cujos fundamentos não são seguros. Não conheço melhor maneira de reparar isso do que lançá-los todos por terra e construir um novo; pois eu não quero ser destes pequenos artesãos que apenas se esforçam para restaurar as velhas obras, visto que se sentem incapazes de empreender novas. Mas, Poliandro, ao mesmo tempo em que trabalharmos nessa demolição, poderemos, pelos mesmos meios, escavar os fundamentos que devem servir ao nosso propósito e preparar as melhores e mais sólidas matérias que são necessários para preenchê-los; seria um favor considerardes comigo quais são, dentre todas as verdades que os homens possam saber, as mais certas e as mais fáceis de conhecer. (DESCARTES, 2018. p. 188).

Conforme a citação acima retirada da obra *A busca pela verdade pela luz natural*, “desde que, tendo começado pelos mais simples, saibamos nos conduzir de grau em grau até os mais elevados (Descartes, 2018. p. 182)”, Descartes deixa claro parte do caminho metodológico que será trilhado para levar Poliandro na busca pela verdade. De forma equivalente, logo no início da primeira *Meditação,* Descartes relata parte do caminho metodológico para instituir o seu objetivo:

> Era preciso, portanto, que, uma vez na vida, fossem postas abaixo todas as coisas, todas as opiniões em que até então confiara, recomeçando dos primeiros fundamentos, se desejasse estabelecer em algum momento algo firme e permanente nas ciências. [...] Ora, para isso não será necessário mostrar que todas elas são falsas — o que talvez nunca pudesse conseguir —, mas, porque a razão já me persuade de que é preciso coibir o assentimento. de modo não menos cuidadoso, tanto às coisas que não são de todo certas e fora de dúvida quanto às que são manifestamente falsas, bastará que encontre, em cada uma, alguma razão de duvidar para que as rejeite todas. E, para fazê-lo, não será preciso também que as percorra uma por uma, tarefa infindável, mas porque, se os fundamentos se afundam, desaba por si mesmo tudo o que foi edificado sobre eles, atacarei de imediato os próprios princípios em que se apoiava tudo aquilo em que outrora acreditei. (DESCARTES, 2004. p. 21-23).

Isso também é demonstrado no *Discurso do Método para bem conduzir a razão e procurar as verdades nas ciências.* O próprio título declara que não somente se trata de um método como também qual o objetivo do método a ser desenvolvido.

> O primeiro era de nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse evidentemente como tal; ou seja, evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor resolvê-las. O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos; e supondo certa ordem mesmo entre aqueles que não se precedem naturalmente uns aos outros. E, o último, fazer em tudo enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir. (DESCARTES, 2001. p. 23).

A segunda coisa a ser analisada é fato de que a razão vai ser justamente importante para concretizar que ao pensar ele existe de fato. Além do mais, após examinar as *Meditações* e mais outras fontes, é possível conceber uma outra característica, a saber: a ideia do pensamento trazer ao filósofo uma existência não é uma verdade que parte de um silogismo, mas sim uma conclusão puramente intelectual validada pela razão e a razão validada por um conhecimento claro e indubitável. Conforme é possível compreender na citação abaixo:

> E quando tomamos consciência de que somos entes pensantes, esta é uma noção primária que não é derivada por meio de qualquer silogismo. Quando alguém diz, “Penso, logo sou ou existo”, ele não deduz a existência a partir do pensamento mediante um silogismo, mas a reconhece como algo que é autoevidente por meio de uma simples intuição da mente. Isto é claro a partir do fato de que, se ele estivesse deduzindo por meio de um silogismo, teria de ter tido conhecimento da premissa maior “Tudo que pensa é ou existe”; contudo, ele de fato aprende por experimentar em seu próprio caso que seria impossível que ele pensasse sem existir. (DESCSARTES, 1983 2009. p. 168).

Através da citação acima, que faz parte da carta que Descartes escreve ao Reverendo Mersenne, fica compreensível que o: *Penso, logo existo,* não é silogismo, é sim um conhecimento certo uma vez que ele é intuitivo. E, para o filósofo francês, na regra III de sua obra intitulada: *Regras para Direção do Espírito,* a intuição é “o conceito da mente pura e atenta tão fácil e distinto que nenhuma dúvida nos fica acerca do que compreendemos” (DESCARTES, 2002. p. 04). Assim, a intuição “que nasce apenas da luz da razão” (DESCARTES, 2002, p. 04) é ratificada por um

conhecimento claro e indubitável, conforme as palavras de Descartes ao Marquês de Newcastle:

> Vós certamente admitireis que estás menos certo da presença dos objetos que vedes que da verdade da preposição: penso logo existo? Ora, esse conhecimento não é obra do vosso raciocínio, nem uma informação incutida em vós por vossos mestres; ela é algo que vossa mente enxerga, sente, manuseia (DESCARTES,1991, *apud* COTTINGHAM, 2009. 177).

Diante da questão se poderia o argumento do cogito ser formulado em termos silogísticos, Descartes critica a confiança tradicional no uso de silogismos e ressalta no *Discurso sobre o Método* a limitação desses raciocínios.

> Estudara um pouco, quando jovem, entre as partes da filosofia, a lógica, e, entre as matemáticas, a análise dos geômetras e a álgebra, três artes ou ciências que pareciam dever contribuir um tanto ao meu propósito. Mas, ao examiná-las, atentei que, quanto à lógica", seus silogismos e a maior parte de suas outras instruções servem mais para explicar aos outros as coisas que se sabem, ou mesmo, como a arte de Lúlio, para falar sem discernimento daquelas que se ignoram, do que para aprendê-las; e, embora ela contenha efetivamente preceitos muito verdadeiros e muito bons, existem, misturados a eles, tantos outros que são nocivos ou supérfluos, que é quase tão difícil separá-los quanto tirar uma Diana ou uma Minerva de um bloco de mármore que ainda não está esboçado. (DESCARTES, 2001, p. 21-22).

Analisando a citação, é possível dizer que ele observou que os silogismos são menos eficazes como ferramentas de aprendizado do que como dispositivos para explicar conceitos já conhecidos ou também para discorrer, sem emitir juízos, sobre temas desconhecidos. Logo, à crítica realizada a Descartes propondo que o *cogito* parte de uma verdade silogística não é adequada neste caso. Não é através da lógica que a certeza do *cogito* é adquirida. Essa é uma verdade adquirida através da razão.

Outra coisa importante de ser analisado é o fato de o próprio método racionalista se afirmar pela nomenclatura da obra. O nome da obra *Meditações Metafísicas*, em outras palavras, pode ser entendido como: meditações que vão além da experiência. Ou algo como: investigações das realidades que transcendem a experiência sensível. "Por isso reconheci que eu era uma substância, cuja a única essência ou natureza é pensar, e que, para existir, não necessita de nenhum lugar nem depende de coisa alguma material" (DESCARTES, 2001. p. 38-39). Assim sendo, é uma reflexão puramente intelectual, e o que é procedente da razão não é passível de dúvida. Logo, segundo Descartes, não poderia estar errando.

Além do mais, ele já provou de forma metódica que podemos e devemos duvidar dos sentidos, mas da razão não. Logo, se usarmos a razão corretamente, temos a garantia do pensamento correto, de um conhecimento verdadeiro. Assim, o método cartesiano não pode servir como círculo infinito de dúvida hiperbólica, onde se coloca até a própria dúvida como uma incerteza, pois essa dúvida exagerada chega ao fim quando, ele, Descartes, chega à conclusão de que, ao duvidar, ele pensa, visto que não temos como duvidar que estamos duvidando. Ademais, em relação a esse regresso infinito, o próprio Descartes vai responder na obra: *A busca da verdade pela luz natural*, quando Epistemon questiona Eudoxus em relação a verdade indubitável do *cogito,* uma vez que ele dependeria de uma série de outras certezas, como por exemplo: o que é a dúvida, o pensamento, a existência, assim sendo caindo em movimento infinito de outras certezas. “- EPISTEMON: [...] Vós dizeis que existis, que sabeis que existis, e que disso sabeis porque duvidais e porque pensais. Mas o que é duvidar, o que é pensar, vós o sabeis?” (DESCARTES, 2018. p. 174). Conforme a crítica realizada, Descartes representado por Eudoxus, responde:

> Não creio que alguma vez tenha havido pessoa tão estúpida que precisasse aprender o que é a existência antes de poder concluir e afirmar que existisse. Ocorre o mesmo com a dúvida e com o pensamento. Acrescento também que é impossível aprender essas coisas de outro modo senão por si mesmo, e de se persuadir de outra maneira senão por sua própria experiência e por essa consciência ou testemunho interior que cada homem encontra em si mesmo quando considera uma observação qualquer; de tal modo que, da mesma forma que seria inútil definir o que é o branco para torná-lo compreensível a um cego, ao passo que, para conhecê-lo, é-nos suficiente abrir os olhos e ver o branco, assim também, para saber o que é a dúvida e o pensamento, basta duvidar e pensar. O mesmo vale para a existência. (DESCARTES, 2018. p. 175 - 176).

Dessa forma, segundo o filósofo racionalista, o pensamento racional é algo que leva a verdades inquestionáveis. Ou seja, se usar adequadamente a razão alcançará o indubitável. Pois, é necessária uma garantia de critério da clareza e da distinção buscada pelo método. E, o que garante que não se engane quando concebe algo claro e distintamente é aquilo que pela razão não pode ser colocado em dúvida.

Assim sendo, o filósofo oferece uma explicação mais clara acerca da razão pela qual o conhecimento da própria existência deve ser considerado como o primeiro e mais seguro passo na trajetória em direção à compreensão das demais questões. Justamente porque a origem dessa certeza reside, principalmente, na ambientação

cuidadosamente elaborada pelo filósofo, marcada por uma atmosfera de incerteza na qual se sobressai a presença de um enganador investido de poderes supremos.

2. 10 AFINAL, POR QUE DESCARTES ACREDITA SER NECESSÁRIO PROVAR A EXISTÊNCIA DE DEUS?

Nas *Meditações Metafísicas* muitos elementos são analisados para estabelecer um conhecimento claro e distinto. Elementos como por exemplo, provar se os sentidos são enganosos; colocar em dúvida se podemos sempre confiar no resultado da soma de dois mais dois, ou se as coisas materiais podem ser mesmo verdadeiras uma vez que ao dormir às percebo de forma semelhante. Com também, questionamentos do tipo: com a dúvida exagerada que certeza tenho do conhecimento do mundo e consequentemente da minha existência. Ademais, colocar em questão se às relações matemáticas podem ser exatas com a existência de um gênio maligno ou qual a certeza de está acordado em virtude de poder semelhantemente estar mergulhando em um sono profundo. Todas essas proposições fazem parte de um sistema epistemológico. Mas o que exatamente o próprio Descarte quer fazer ao propor todas essas meditações - qual era o seu objetivo enquanto filósofo? Ele é principalmente um epistemólogo - isto é, pretendia estabelecer o que pode ser conhecido como certeza. Diante disso, é que vamos analisar o motivo que Descartes acredita ser necessário provar a existência de Deus, uma vez que essa analise contribuirá para que possamos determinar de maneira cartesiana o conhecimento correto.

Primeira coisa que temos que analisar é a importância da existência de Deus para compreensão do método cartesiano. Descartes não quer provar que Deus existe por uma simples questão religiosa ou simplesmente para convencer as pessoas ao cristianismo. O que está em questão aqui e que deve ser analisada é a existência de alguém maior em poder e existência no universo que vai dar a garantia das coisas reais. O próprio filósofo Moderno declara a importância da ideia de Deus para o seu sistema:

> E, se para o perceber foi preciso que me empenhasse numa atenta consideração, agora, porém, não só estou tão certo disso quanto de tudo o que me parece mais certo, mas, além disso, dou-me conta também de que a certeza de todas as outras coisas dependem desse conhecimento, de modo que, sem ele, nada pode ser jamais perfeitamente conhecido. (DESCARTES, 2004. p. 145.).

Assim sendo, o papel de Deus na filosofia de Descartes vai além de uma relação com o cristianismo ou uma questão de fé em Deus. A prova da existência de Deus tem a ver com o método para um conhecimento claro e verdadeiro. Pois, é, não somente, existindo Deus enquanto causa que podemos explicar a existências das coisas materiais, tais como árvores, cadeiras, animais selvagens e inclusive ele enquanto corpo finito. Como também, as existências das substâncias pensantes, como por exemplo, nós seres humanos, o "eu" pensante; aquele ser que se pode concluir nas *Meditações Metafisicas*: *"seu penso, logo eu existo"*. Ou seja, Deus não é o suporte para chegar ao conhecimento do *cogito* uma vez que essa capacidade compreensão depende de algo intelectual, mas sim, ele é o que dá existência e veracidade as substâncias pensantes. Por esses motivos, aquele que criou todas as coisas vai servir também de possibilidade em busca da existência de outras verdades claras e distintas. Em outras palavras, a partir do mesmo princípio claro e distinto que possibilitou o conhecimento do *cogito* é que Deus possibilitará a possibilidade de novas verdades também claras e distintas e não ao contrário. Dessa forma, não é Deus que valida o *cogito* como verdade indubitável, mas é a partir de Deus que podemos examinar se não existem outros conhecimentos verdadeiros dos mesmos privilégios do "penso logo existo". Consequentemente, Deus não pode ser analisado como um conhecimento prévio para admissão da ideia do *cogito*, a admissão desse conhecimento claro e distinto parte por exemplo de uma ordem racional, indubitável e evidente. Ou seja, Deus é abertura para conhecer outras possibilidades verdadeiras, para compreender previamente outras possibilidades de conhecimentos claros e corretos.

Entretanto, um questionamento possa está sendo realizado por aqueles que assim como os cartesianos também suspende o juízo para tomar algo como certo e verdadeiro, a saber: todavia, para que Deus possa dar suporte a existência de novos conhecimentos além do *cogito*, Descartes precisa partir do mesmo critério metodológico que prove a existência de Deus. Por isso, ele se serve da razão como um método não somente para compreender a existência, mas também a natureza de Deus, abrindo assim novas possibilidades de conhecimento evidentes e claros como o conhecimento do *cogito*.

Peter Markie define bem a importância de Deus para o verdadeiro conhecimento a partir do pensamento cartesiano:

> Descartes em seguida define aquele que será o problema central da epistemologia pelos próximos trezentos anos. Como podemos passar do conhecimento certo que temos do conteúdo de nossa experiência para um conhecimento de sua causa? Como podemos saber se nossa experiencia é causada por um mundo exterior que é basicamente da maneira que a nossa experiência o representa? Ou é causada por um mundo exterior que é radicalmente diferente, digamos, o que contém um dos um Deus enganador que manipula a nossa mente? Descartes resolve o problema apelando para um Deus onipotente e onibenevolente, os filósofos subsequentes fizeram movimentos mais plausíveis, mas geralmente menos elegantes. (COTTINGHAM, 2009. p. 172).

É de suma importância analisar que seu método tem objetivos importantes: Não somente o de alcançar as possibilidades de ideias claras e distintas, como, por exemplo, *o cogito*. Como também, o de formar uma base de verdade inquestionável com o uso da razão para a ciência. Por essa razão, o filósofo, para poder cumprir esse propósito necessita de alguém ou de algo que garanta esses objetivos encontrado por ele através do intelecto. E esse alguém ou algo é Deus. Consequentemente, Deus dará suporte de verdade às coisas extensas que por um o momento estavam sendo uma incerteza através da dúvida hiperbólica. Segue a palavras do filósofo:

> E, assim, vejo plenamente que a certeza e a verdade de toda ciência dependem unicamente do conhecimento do verdadeiro Deus, de tal maneira que, antes de o conhecer, não pude saber perfeitamente nada sobre nenhuma outra coisa. (DESCARTES, 2004. p. 149).

E é por esse motivo que provar a existência de Deus vai ser essencial, uma vez que “um caminho que leva dessa contemplação do verdadeiro Deus, onde afinal se encerram todos os tesouros das ciências e da sabedoria, ao conhecimento de todas as outras coisas” (DESCARTES, 2004, p. 111).

A existência de Deus não serve para dar garantia ao primeiro princípio metafísico cartesiano (penso, logo existo), uma vez que esse princípio depende de uma cognição interna e não de algo sobrenatural. Porque mesmo alcançando a dúvida mais exagerada o *cogito* se mostra como verdade inquestionável. Além disso, como foi citado a verdade desse princípio não exige que se demonstre saberes anteriores

aplicando um regresso infinito, ou seja, um saber do saber do saber e assim por diante. Provar a existência de Deus no método cartesiano é importante para dar um passo do *cogito* para frente. Por isso, antes de dizer qualquer coisa sobre o mundo, é de fundamental importância poder assegurar algo sobre o próprio *"eu pensante"*. É aí que, sem nenhuma fundamentação nos costumes, nas crenças, na moralidade e nos valores da sua época que para poder alcançar ideias claras e distintas o filósofo precisa provar a existência de Deus. Sendo assim, pelo método proposto por ele, Deus vai ser a garantia da veracidade do pensamento, do mundo sensível, dos seres humanos e de todas as outras coisas.

Outra coisa a ser analisada é que de forma metódica e com o uso correto do intelecto se chega a primeira certeza inquestionável. Contudo, Descartes não fica contente somente em achar essa verdade irrefutável. O filósofo quer ir além, quer transcender a uma consequência possível dessa verdade para não cair no que é conhecido como solipsismo. Isto significa que a ideia de que apenas *"eu"* existo e todo resto à volta desde *"eu"* são apenas uma representação enganosa daquilo eu percebo precisa ser superado. Por isso, para o filósofo francês, somente algo metafísico como Deus pode ser a saída desse solipsismo.

Nesse sentido, Descartes acredita que provar a existência de Deus é necessário para superar as dúvidas fundamentais e ele faz isso de modo estritamente intelectual, a partir de considerações hipotéticas - dedutivas. Pois, se Descartes quer refutar mesmo o solipsismo ele precisa provar, não somente a certeza do pensamento, mas também que o mundo externo existe. Ou seja, ele precisa provar que não apenas temos uma mente pensante, mas que nos relacionamos com toda realidade lá fora em toda sua extensão. Em outras palavras, será que o mundo lá fora existe ou é uma invenção de um gênio maligno? Será que eu existo enquanto penso ou até meu modo de pensar sofre influência de um ser supremo e dessa maneira impossibilitando qualquer outra verdade que não seja a do *cogito, ergo sum*? Por conseguinte, a relevância da existência de Deus, não só vai abrir a possibilidade de provar que todas essas coisas são de fato reais, bem como vai dar conta de responder que ele existe enquanto pensa no alcanço de propor outros conhecimentos também verdadeiros. Dessa forma, é possível observar que a adesão da prova da existência de Deus com o conhecimento indubitável tem relação com a verdade, uma vez que

podendo confirmar essa possibilidade, Descartes poderá reafirmar que a existência das coisar não são invenções de algo divino e com intenções ardilosas, externo ao intelecto.

Por conseguinte, a importância de provar a realidade de Deus em relação a verdade se dá ao fato de trazer a abertura de outros conhecimentos claros e distintos além da substância pensante. Pois, com a garantia da existência de Deus, o mundo e dos as outras coisas, segundo Descartes, existem de fato. Resolvendo dessa forma o problema tanto do solipsismo como a do conhecimento que começa a ter integibilidade. Sendo assim, tanto a integibilidade de outras verdades e a totalidade não são uma mera ilusão desenhada por gênio maligno querendo o enganar, pois Deus garante a possibilidade de verdade das duas coisas. O ponto é que alguém com qualidade divina serve como um autenticador das experiências sensíveis e intelectuais, tornando as sensações como geralmente confiáveis e representativas de uma verdade correta. Isto significa, através de Deus e do correto uso da razão, de que é verdade que o mundo lá fora existe e o *"eu existo enquanto penso"* do filósofo também é confiável.

Outro ponto principal. Descartes é o *"pai"* do racionalismo moderno. O racionalismo é a corrente filosófica que enfatiza o papel na busca do conhecimento certo e seguro. Isto é, somente o intelecto serve de base inquestionável para a verdade, uma vez que as experiências sensíveis não são plenamente confiáveis. E é justamente por não se bastar pelas experiências sensórias que Descartes vai precisar da existência do criador cristão do universo como um verificador metafísico da realidade. Em outras palavras, é preciso de algo que lhe possa dar realidade ao continuar a análise no encalço de estabelecer alguma coisa determinante e verdadeiro na ciência sem que ele precise depender das experiências sensíveis, portanto, apenas pensando e racionalizando. Porque se Descartes usasse ou confiasse nas sensações para provar a realidade isso contrairia o próprio método racional proposto por ele. Além de tudo, também, tornaria Descartes não um racionalista e sim o empirista, doutrina essa que enfatiza o papel da experiência no conhecimento certo e seguro das coisas. Tornando totalmente contrário daquilo que ele mesmo estabeleceu como um conhecimento certo e seguro.

Vamos dar continuidade porque Descartes precisa provar a existência de Deus e sua relação de importância com a verdade, uma vez que essa analise contribuirá para que possamos determinar de maneira cartesiana o conhecimento correto. Nas suas *Meditações Metafísicas*, Descartes forneceu argumento para existência de Deus, a fim de mostrar que a essência da matéria é a extensão, o que ele chamou em latim de *"res extensa"*, e que a essência do efeito cognitivo na mente é o próprio pensamento, o que chamou de *"res cogitans"*. Essa ideia de Descartes bem conceituada e conhecida como *"dualismo de substância"*. Uma doutrina metafísica da qual existem apenas duas substâncias no mundo: a substância pensante, puramente intelectual e a substância física, própria de um mundo físico, palpável. Mas como ele costura essas duas substâncias? Bem, é relevantemente simples, e se baseia no entendimento de que o pensamento e a matéria são intermediados por Deus. Ou seja, Deus é o intermediário entre essas duas certezas: a de que "eu sou uma coisa que pensa" e de que tenho realmente um corpo. Logo, as coisas sensíveis tem realidade. Com isso, a existência de Deus garante que a existência irrefutável do filósofo enquanto ser pensante é real. Além da certeza da existência extensiva de que ele tem um corpo. Isso são certezas amparadas na realidade de Deus. Por isso, é de extrema importância a prova do criador para que não se caia em um círculo vicioso de um ceticismo absoluto de que nada ou nenhuma verdade seja possível.

Dessa forma, o criador cristão tem essa importância para o método. Deus tem um papel fundamental, pois se aplicarmos bem o método racional desenvolvido por Descartes, Deus garante que a dúvida é sim hiperbólica, contudo, ela é metódica e não cética. Ou seja, é uma dúvida para se alcançar um objetivo, uma certeza. Assim, as garantias do conhecimento só são possíveis com uso correto da razão e um ser supremo para conhecimentos semelhantes com o mesmo princípio. Logo, é justamente contra a impossibilidade da verdade além do *cogito* que Deus é necessário, pois é ele quem valida a existência do mundo. É, ele, Deus, que traz a possibilidade, de conhecer toda a realidade e assim poder estabelecer algo firme e verdadeiro.

2.11 CRITÉRIO DA VERDADE

Principalmente, nas *Meditações Metafísicas*, *Meditações* terceira, intitulada: "*De Deus; que ele existe"*. O filósofo racionalista vai desenvolver o argumento da prova da existência de Deus começando a se desviar de tudo que vem da experiência, tudo aquilo que possa influenciar o pensamento. Ou seja, vai colocar como falso tudo que aprendeu a respeito não somente de Deus, mas também do mundo para que possa deixar o caminho livre para que nada venha o influenciar. Porque nada vai adiantar dizer a respeito da existência de Deus, ou ter uma interpretação do divino, ou do mundo, influenciado por ideias e conceitos já pré-concebidas.

Até aqui na terceira meditação, Descartes já tem certeza através do *"penso, logo existo"* que ele é *algo* que pensa. Que tem realidade pelo menos como alguém que faz uso da razão. Essa é a sua primeira verdade inquestionável alcançada de forma puramente intelectual. Mesmo que ainda ele não saiba que algo é esse que pensa, que sente, que imagina, que duvida de muitas coisas, o filósofo já concluiu que esses sentimentos e imaginações vem dele enquanto ser pensante e não da experiência. Por tanto, isso é algo que não deixa dúvida, é uma verdade indubitável. "E uma vez que a proposição "penso, logo existo" é a primeira e a mais certa que se apresenta àquele que conduz seus pensamentos por ordem" (DESCARTES, 1997. p. 30).

Para uma melhor analise e ficar mais clara a questão acima, proponho que o leitor tente colocar o exercício de duvidar em dúvida. Ou seja, tente duvidar que você duvida de algo. Você verificará que o próprio ato de duvidar, não importar com o quê, não pode ser colocado em dúvida pelo o sujeito que duvida. Você chegará à conclusão que enquanto duvida está pensando, pois é impossível duvidar sem pesar.

> De sorte que, depois de ponderar e examinar cuidadosamente todas as coisas, é preciso estabelecer, finalmente, que este enunciado eu, eu sou, eu, eu existo é necessariamente verdadeiro, todas as vezes que é por mim proferido ou concebido na mente. (DESCARTES, 2004, p. 38).

Dessa maneira, durante o próprio exercício do pensamento, é imperativo reconhecer minha existência. Ademais, o simples ato de questionar minha própria

existência, a mera consideração da possibilidade de ser iludido, reforça a certeza de que, enquanto realizo tais cogitações, efetivamente existo.

Contudo, é possível que o leitor mais cético possa estar fazendo objeções tais como: mas como ele pode ter tanta certeza do que é a verdade? Qual o critério de verdade que ele utiliza? Qual o fundamento para se alcançar a verdade? Para esclarecer, vamos encontrar em uma citação da obra *Meditações Metafísicas* a resposta, na qual o filósofo explica a distinção entre aquilo que é verdadeiro do e o que é duvidoso: "[...] E, portanto, parece-me que já posso estabelecer como regra geral que todas as coisas que concebemos mui clara e mui distintamente são todas verdadeiras." (Descartes, 2004, p. 71).

Segundo o filósofo francês, a verdade tem como critério a evidência, isto é, que não deixa dúvida. Ele mesmo afirma e estabelece como regra geral que todas as coisas que concebemos muito clara e muito distintamente são todas verdadeiras. Sendo assim, o fundamento de verdade estabelecido como norma, segundo o método proposto por Descartes, parte do pressuposto de que todas as coisas que podemos entender como um conhecimento óbvio e inquestionável são todas verdadeiras. E, consequentemente, duvidosa, portanto, é todo conhecimento que não pode ser demostrada com a mesma clareza e distinção, que não passa pelo exame minucioso da razão. Portanto, Descartes definiu que aceitaria como verdade tudo que fosse de forma racional, claro e evidente. Dessa forma, o critério de verdade se dá unicamente pelo processo racional no qual a consciência apreende um conteúdo ou determinada coisa. No entanto, outra objeção também é possível: e se o processo de raciocínio, isto é, ato de pensar, estiver sendo feito de forma errada? Assim como o leitor, Descartes vai também fazer esse questionamento no parágrafo inicial do *Discurso do Método*; Descartes reflete se todos são dotados de razão de igual modo por que uns são mais racionais do que os outros, por que existem diferentes tipos de opiniões? A resposta está em não saber conduzir bem a razão. Por isso, ele vai desenvolver um método que consiste em quatro regras para que todos possam conduzir bem a razão. As quatro regras são: a evidência, que significa aceitar como verdade somente o que não pode ser colocado em dúvida; A divisão, que tem como critério dividir o problema em maior número de partes possíveis e estudar cada um individual; A ordem, que é entendido começar dos problemas mais simples para os mais complexos; A

enumeração, que trata revisar todo processo. Dessa forma o ato de pensar não é feito de forma errada. Consequentemente, o pensamento alcança a possibilidade da verdade. Pois, ele mesmo afirma que “a terra, o céu, os astros e todas outras coisas que percebia pelos sentidos e admitia como certa, entretanto, reconheceu sendo duvidosa e incerta ao suspender o juízo hiperbolicamente” (DESCASTES 2004. p. 25). Porém, há algo que é concedido clara e distintamente que são os pensamentos ou as ideias dessas coisas. Essa certeza somente é possível com o uso correto da razão.

Assim sendo, o critério para o conhecimento indubitável é o racionalismo, uma corrente filosófica que enfatiza o papel da razão na busca pela verdade que coloca a mente como fonte primária de conhecimento. Também como critério de conhecimento certo e seguro temos as ideias inatas, ou seja, ideias que são inerentes à mente humana desde o nascimento, independentemente da experiência empírica.

Descartes busca estabelecer um critério de certeza e evidência para distinguir as ideias verdadeiras das falsas, acreditando que somente as ideias claras e distintas podem fornecer certeza. Contudo, além da certeza e da evidência outro critério para a um conhecimento claro e distinto que é possível argumentar é o método dedutivo. O autor das *Meditações* utiliza o método dedutivo em seu pensamento, partindo de princípios gerais, como por exemplo “penso, logo existo” e aplicando-os logicamente para chegar a conclusões específicas. Ou seja, Descartes parte desse princípio geral como uma verdade indubitável, pois mesmo que duvidemos de tudo, inclusive da existência do mundo exterior, não podemos duvidar que estamos pensando quando estamos em processo de dúvida.

Conjuntamente, outra norma que qualifica aquilo que para o filósofo não somente é um conhecimento verdadeiro, como também tem a função de dar suporte ao espírito na condução da verdade é a natureza do conhecimento semelhante à das relações matemáticas. O que implica por exemplo a regra da evidência, da análise, da ordem e da enumeração para condução da verdade. É possível propor, a partir da análise minuciosa das *Meditações*, que o critério do conhecimento genuíno deve ser caracterizado pela ausência de falibilidade e pela completa eliminação de qualquer vestígio de incerteza. Esse padrão epistêmico rigoroso implica que apenas aquelas proposições que alcançam um nível máximo de certeza podem ser legitimamente

consideradas como verdadeiras. Enquanto as crenças que não atingem esse nível de certeza devem ser consideradas apenas como suposições provisórias. Em contrapartida, as crenças que não atendem a esse critério de certeza absoluta são sujeitas a revisão e modificação no curso da investigação epistêmica. Além de tudo, a abordagem cartesiana em relação à verdade também busca estabelecer verdades fundamentais que não dependam de experiências sensoriais como critério.

2. 12 O CONCEITO DE IDEIA

Uma outra coisa importante também a ser analisada nas *Meditações* para que possa ser estabelecido de maneira cartesiana um conhecimento verdadeiro é precisar o conceito de ideia. Para o filósofo existem três tipos de ideias, a saber: as que nasceram com ele, ou seja, as ideias inatas. Essas são acessadas pelo intelecto e também são concebidas claras e distintamente, isto é, são verdadeiras. Além das inatas, temos também as outras ideias que vem de fora, dadas pelos sentidos e passíveis de dúvidas, logo não confiáveis. E, por último, as ideias que são feitas e inventadas por ele mesmo de maneira imaginativa. “Mas, entre essas idéias, algumas me parecem inatas, outras, adventícias outras, inventadas por mim mesmo” (DESCARTES, 2004, p. 37-38). A respeito das ideias inatas, conforme a citação abaixo, Descartes declara como um conhecimento verdadeiro:

> [...] sobre as figuras, sobre o número, sobre o movimento e coisas semelhantes, cuja verdade é tão manifesta e tão consentânea com minha natureza que, ao descobri-las pela primeira vez, não me parece estar tanto aprendendo algo novo quanto me lembrando do que antes já sabia, ou me apercebendo de coisas que estavam na verdade de há muito em mim, sem que minha mente nelas reparasse. [...] E creio seja o mais considerável aqui que encontre em mim inúmeras idéias de coisas que, mesmo se não existirem em parte alguma fora de mim, não se pode dizer, porém, que não sejam nada. Embora elas sejam pensadas por mim, de certo modo, segundo meu arbítrio, não são, contudo, uma ficção minha, pois têm suas naturezas verdadeiras e imutáveis. Por exemplo, quando imagino um triângulo, mesmo que tal figura não exista talvez e nunca tenha existido em parte alguma do mundo fora de meu pensamento, é seguro que há uma sua natureza, essência ou forma determinada, imutável e eterna, que não foi inventada por mim e nem depende de minha mente. (DESCARTES, 2004. p. 63 - 64).

Desse modo, é possível concluir do sistema cartesiana que excluindo o pensamento outras coisas podem formar ideias, porém não são tão confiáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma compreensão mais profunda do percurso intelectual delineado por Descartes em busca da verdade nas três primeiras *Meditações*, foi imprescindível realizar uma análise minuciosa de seu pensamento e seguir a progressão que ele estabeleceu. Isso implicou revisitar os fundamentos iniciais de sua filosofia e acompanhar sua evolução ao longo do tempo.

No capítulo introdutório foram pesquisados em função do contexto histórico que o circuncidava, levando em consideração os antecedentes que influenciaram a formação do pensamento cartesiano ao conhecimento indubitável. Nossa preposição inicial reside na observação de que a jornada intelectual de Descartes, em sua busca pela verdade, foi moldada por influências e preceitos que sustentam a filosofia desde sua origem. Ademais, na presente dissertação, visamos a compreensão dos elementos filosóficos presentes na obra de Descartes. Para tanto, estabelecemos um confronto entre o pensamento cartesiano moderno e aqueles oriundos de dois outros períodos históricos distintos: o período Medieval e o período Renascentista.

Essa análise é importante, uma vez que a metodologia escolástica, derivada do período medieval, revelou-se inadequada para abordar os novos desafios que surgira. Onde o paradigma medieval foi significativamente alterado, passando de uma visão geocêntrica, influenciada pela filosofia aristotélica-tomista, para uma concepção heliocêntrica, mais condizente com uma perspectiva antropocêntrica. E, esse novo modelo do universo confronta diretamente a cosmovisão teocêntrica prevalecente na idade Média. Além do mais, esta pesquisa comparativa possibilita uma análise mais ampla e contextualizada das ideias cartesianas, situando-as em relação às correntes filosóficas anteriores e posteriores, e contribuindo para uma apreciação mais completa e crítica do pensamento cartesiano.

Diante disso, o envolvimento de Descartes com o campo da matemática e sua interação com as principais instituições acadêmicas de sua época, aliados ao seu estudo e análise crítica das obras de renomados filósofos, culminaram na formulação de um Método. Dado isso, ao menos dentro da perspectiva delineada pelo próprio pensador cartesiano, o emprego criterioso e sistemático deste Método proposto por

Descartes, se seguido com inflexibilidade e diligência na execução, apresenta-se como uma via capaz de abordar e resolver as questões relativas aos fundamentos do conhecimento indubitável.

Visto que, Descartes concebeu sua filosofia com a finalidade de desbravar caminhos para a resolução dos intricados problemas que permeiam a possibilidade de o homem adquirir o conhecimento indubitável. No entanto, como ponto de partida para suas reflexões em busca de respostas, Descartes suspende o juízo e se coloca cético diante da vasta gama de conhecimentos adquiridos durante toda sua vida acadêmica. Isso se evidencia, por exemplo, em seu recurso frequente em fazer da dúvida como método de análise. Todavia não é qualquer tipo de dúvida que o filósofo toma para si como método, mas sim uma dúvida exagerada ao ponto se refugiar excessivamente somente daquilo que provém da razão.

Além do método, outro tema de fundamental importância, nos limites do presente artigo, foi a compreensão do conceito de verdade empregado por Descartes. Foi analisado durante a pesquisa que a ideia verdade possui parâmetro com aquilo que se conhece claro e distintamente e isso foi suscitada pela leitura da passagem: “toda percepção clara e distinta é verdadeira (DESCARTES, 2004 p.71)”. Não somente, foi analisado que tal conhecimento não sofre interferência alguma dos sentidos, como também a fim de empreender uma jornada rumo à verdade de forma diligente e robusta, faz-se imprescindível a aplicação metódica da razão, uma vez que somente dessa maneira será possível seguir o caminho intelectual correto que leva ao verdadeiro conhecimento.

Outro fator importante, destacado na pesquisa, foi constatar nas *Meditações* que o *cogito* persiste como uma verdade inabalável, resistente a qualquer forma de dúvida, inclusive a dúvida mais hiperbólica. Notadamente, o *cogito* se revela verídico por sua clareza e distinção, o que implica em sua veracidade incontestável. E esta comprovação é ratificada toda as vezes que ela é reavivada pelo intelecto, gerando no sujeito uma convicção tão irresistível que torna impossível negá-la. Assim sendo, a partir da segunda *Meditação,* torna-se possível inferir que não apenas o *cogito* é um conhecimento indubitável mesmo sob a hipótese argumentativa da existência de um Deus enganador, como também é possível inferir que conclusões do tipo “penso, logo

existo” são percepções claras distintas já que não depende de nenhuma outra verdade. Permitindo dessa maneira Descartes identificar seu ponto de partida para o conhecimento cientifico. Onde esse ponto está centrado no próprio sujeito que ao refletir reconhece sua própria existência, não deixando espaço para dúvidas quanto à existência de seu pensamento.

Diante disso, essa evidência revela que, usando corretamente a razão, o método cartesiano apresenta verdades incontestáveis, pois somente mediante esse enfoque, segundo Descartes, será possível seguir o caminho intelectual correto que leva ao conhecimento genuíno. Dado que para o filósofo racionalista, ao empregar o método, considera ter solucionado dois dilemas essenciais, a saber: confrontar o ceticismo filosófico que representava um desafio para a filosofia e estabelecer um fundamento robusto para o conhecimento científico.

Portanto, a trajetória intelectual em busca da verdade, em sua fase conclusiva, aponta para os objetos que a mente conhece de forma genuína e a partir do ponto onde esse conhecimento é estabelecido de maneira verdadeira. No segundo capítulo, evidenciou-se também que a verdade em questão resultou de uma minuciosa análise dos componentes do conhecimento que estão presente no intelecto, expressas por meio de ideias. Consequentemente, é a partir de uma dessas ideias, reconhecida como inata que emerge a concepção de Deus.

Por meio desse contexto analítico delineado no segundo capítulo, seguimos a trajetória na busca por um ponto de ancoragem estável para fundamentar toda a realidade para além do âmbito do pensamento. Dessa maneira, investigamos a relevância de Deus na estruturação do conhecimento verdadeiro dentro do sistema cartesiano. Por conseguinte, concluímos no segundo capítulo com a assertiva de que essa concepção de Deus é tão peculiar que sugere uma existência para além dos limites do pensamento. De acordo com a análise, Deus desempenha um papel crucial como um ponto de partida fundamental para a investigação de outras facetas do conhecimento genuíno. Sua presença e significado transcendem a mera entidade teológica, servindo como um alicerce epistemológico que permite a exploração de diferentes vertentes do saber. Por meio da concepção de Deus, o pensador é capaz de vislumbrar outras realidades e conceitos que se mostram verdadeiros e coerentes.

Esse entendimento ampliado não se restringe apenas ao âmbito religioso, mas se estende para além dele, possibilitando uma compreensão mais profunda e abrangente das diversas formas de conhecimento claro e correto.

A partir da análise empreendida sobre a filosofia cartesiana em busca do estabelecimento do conhecimento indubitável, torna-se evidente a relevância contemporânea do pensamento de Descartes. Uma reflexão significativa, derivada desse percurso investigativo, reside na forma como Descartes concebeu epistemologicamente a noção de verdade. Consciente do contexto histórico em que estava inserido, Descartes reconheceu a necessidade de elucidar o método a ser percorrido para alcançar um conhecimento claro e distinto. Todavia, tal explicação não se revelou simplória. O filósofo estabeleceu três conexões fundamentais em seu trajeto de fundamentação do conhecimento verdadeiro.

A primeira conexão estabelecida reside na incursão cartesiana de suspender o juízo antes de tomar qualquer conhecimento como verdadeiro no âmbito de compreensão da realidade. Em seguida, a segunda associação se manifesta por meio da reflexão sobre o presente, mediante uma adaptação metodológica. Por fim, a terceira interligação implica a transcendência temporal, na qual o filósofo se volta ao passado para apropriar-se do rigor e precisão da matemática.

Outras contribuições de relevância contemporânea do pensamento de Descartes que é possível caracterizar é que o método cartesiano enfatiza a importância da clareza e distinção no processo de conhecimento, destacando a necessidade de ideias claras e distintas como base para a compreensão e formulação de verdades. Além da clareza e da distinção a universalidade é outra contribuição contemporânea importante, uma vez que o método de Descartes pode ser aplicado em uma ampla gama de disciplinas e áreas do conhecimento, fornecendo uma estrutura sólida para a investigação e o desenvolvimento do saber em diversos campos, desde a filosofia até a ciência. Ademais, ao incentivar o uso da razão como guia para o conhecimento, o método cartesiano promove uma abordagem racional e lógica na análise de questões complexas, contribuindo para a formulação de argumentos fundamentados e coerentes até os dias atuais. Outra contribuição além da racionalidade e da lógica é possível caracterizar a autonomia intelectual como o

caminho para o conhecimento verdadeiro. Ou seja, o método cartesiano valoriza a autonomia intelectual do sujeito, encorajando-o a questionar e investigar por conta própria, sem depender exclusivamente da autoridade externa ou da tradição para a obtenção de conhecimento. Também citamos o uso da dúvida como Método diante de um tempo de tantas certezas. Dado que a ênfase na dúvida metódica como ponto de partida para o conhecimento estimula uma abordagem crítica e reflexiva, levando os indivíduos a examinar cuidadosamente suas crenças e preconceitos antes de aceitá-las como verdades. Outrossim, é a contribuição que pensamento cartesiano traz para evidências e certezas fundamentais. Isto significa que o método cartesiano busca identificar certezas fundamentais e evidências indubitáveis que sirvam como bases sólidas para a construção do conhecimento, oferecendo uma fundação sólida e confiável para a investigação científica e filosófica.

Além do mais, nossa dívida com Descartes também se dá na organização e na estruturação do pensamento verdadeiro. Pois, ao propor um método sistemático para a busca da verdade, Descartes contribui para a organização e estruturação do pensamento humano, facilitando a análise e a resolução de problemas complexos.

Não somente na organização e na estruturação do pensamento que o sistema cartesiano proporciona contribuir na coexistência, o sistema epistemológico das *Meditações* disponibiliza também a capacidade do sujeito de realizar crítica à superficialidade. O método cartesiano desencoraja abordagens superficiais e simplistas para a compreensão do mundo, incentivando uma investigação profunda e minuciosa que leve em consideração todas as nuances e complexidades envolvidas. Juntamente, é possível destacar a relevância das *Meditações* em outras áreas da filosofia, como por exemplo na filosofia da mente. A distinção entre mente e corpo proposta por Descartes continua a ser objeto de debate e investigação na filosofia da mente contemporânea, influenciando teorias sobre a natureza da consciência e da cognição. Além de tudo, a investigação a respeito da verdade cartesiana continua a influenciar na metodologia científica. O método cartesiano teve e ainda hoje tem um impacto significativo no desenvolvimento da metodologia científica, influenciando a forma como os cientistas conduzem suas pesquisas, formulam hipóteses, coletam dados e chegam as conclusões.

REFERÊNCIAS

ALQUIÉ, Ferdinand. **A filosofia de Descartes**. Tradução de M. Rodrigues Martins. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

BROUGHTON, J.; CARRIERO, J. [Org.]. **Descartes.** Tradução Ethel Rocha; Lia Levy. Porto Alegre: Penso, 2011.

COTTINGHAM, J. **Dicionário de Descartes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1993.

COTTINGHAN, J. (org.). **Descartes.** Tradução de André Oídes. Ed. Ideias & Letras. Aparecida, São Paulo, 2009.

DESCARTES, René. **A busca da verdade pela luz natural.** v 2. Organização e Revisão de César Augusto Battisti. UNIOESTE, 2018.

DESCARTES, René. **Discurso do método.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DESCARTES, R. **Discurso do Método, Meditações, Objeções e Respostas, As Paixões da Alma**, Cartas. Trad. J. Guinsburg e B. Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores).

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas.** Tradução: Fasto Castilho. São Paulo: UNICAMPE, 2004.

DESCARTE, René. **Princípios da filosofia.** Tradução: João Gama. Lisboa: Edições 70, 1997.

DESCARTES, René. **Regras para Direção do Espírito.** Tradução: João Gama. Lisboa: Edições 70, 2002.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2014.

FRANCO JR., Hilário. **O feudalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GILSON, H. E. **A filosofia na Idade Média.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

GRIMAL, Pierre. **A mitologia grega.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros Voos).

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral;** Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

KOYRÉ, Alexandre. **Considerações sobre Descartes** / editor: Editorial Presença, abril de 1992.

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo Fechado ao Universo Infinito**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento científico** / tradução e revisão técnica de Márcio Ramalho. — Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Campo teórico).

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**: Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 13.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

MELO, Álvaro M. (2016). **O percurso de desconstrução do antropocentrismo**. Revista Athena. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/athena/article/view/1204>. Acesso em: 17 setembro 2023.

NASCIMENTO, Ernani Carvalho do. **O percurso epistemológico de René Descartes em sua busca pela verdade.** 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

NUNES, Álvaro, **O racionalismo de Descartes**. Crítica**,** 2017. Disponível em: <https://criticanarede.com/his_descartes.html>. Acesso em: 20 novembro 2022.

PLATÃO. **Teeteto.** Tradução Nogueira, A. M.; Boeri, M. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

REALE, Giovanni; DARIO, Antiseri. **História da Filosofia: do humanismo a Descartes**, v. 3. Tradução: Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

REALE, Giovanni; DARIO, Antiseri. **História da Filosofia: patrística e escolástica,** v. 2. Tradução: Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, Giovanni; DARIO, Antiseri. **História da Filosofia: filosofia pagã antiga**, v. 1. Tradução: Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus. 2003.

SÁNCHEZ, Pedrero; GUADALUPE, Maria. **História da Idade Média**: **textos e testemunhas**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

TOUCHARD, Jean. **História das ideias políticas**. Lisboa: Europa-América, 1970.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego.** São Paulo: Difel, 1984.

ZIMMERMANN, Flávio Miguel de Oliveira. **A primeira certeza cartesiana**. In: Cadernos PET filosofia. Paraná: UFPR/DEFI. n° 6.2004. p.9-26.